

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Letras e Artes
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROURB – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo

Isabela de Carvalho Ono

“ESPAÇO PÚBLICO” – UMA NOÇÃO EM MUTAÇÃO
UM BREVE ESTUDO DOS ATUAIS ESPAÇOS DE PRAZER
E SOCIABILIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO
2004

“ESPAÇO PÚBLICO” – UMA NOÇÃO EM MUTAÇÃO
UM BREVE ESTUDO DOS ATUAIS ESPAÇOS DE PRAZER
E SOCIABILIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Isabela de Carvalho Ono

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Letras e Artes
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROURB – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo

ORIENTADORA: Professora Doutora MARGARETH DA SILVA PEREIRA
CO-ORIENTADORA: Professora Doutora ANA LÚCIA NOGUEIRA DE PAIVA BRITTO

RIO DE JANEIRO
2004

Ono, Isabela de Carvalho

"Espaço Público"– Uma noção em mutação. Um breve estudo dos atuais espaços de sociabilidade de sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro/ Isabela de Carvalho Ono
Rio de Janeiro, 2004. 226p.

Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo- PROURB-
Universidade Federal do Rio de Janeiro:UFRJ/Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo,2004.

Orientadora:Professora Doutora Margareth da Silva Pereira

1.Espaço público 2.Sociabilidade 3.Urbanismo 4.Cidade 5.Rio de Janeiro

**“ESPAÇO PÚBLICO” – UMA NOÇÃO EM MUTAÇÃO
UM BREVE ESTUDO DOS ATUAIS ESPAÇOS DE PRAZER
E SOCIABILIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Aprovada por:

Professora Doutora Margareth da Silva Pereira

Professora Doutora Ana Lúcia Nogueira de Paiva Britto

Professor Doutor Paulo César da Costa Gomes

RIO DE JANEIRO
2004

Resumo

Ono, Isabela de Carvalho. “Espaço Público”– Uma noção em mutação. Um breve estudo dos atuais espaços de prazer e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro. Orientadora: Margareth da Silva Pereira. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 2004. (Mestrado em Urbanismo)

O presente estudo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o espaço público contemporâneo, observando as atuais formas sociais de vida na cidade, pretendendo entender o processo de construção de seus significados à luz de uma possível re-significação da sua noção contemporaneamente. Para tanto, foi necessário realizar um estudo que fosse além das formas físicas, levando-se em conta também as diferentes formas de apropriações sociais que vêm tomando corpo nos espaços urbanos na atualidade, focando particularmente o Rio de Janeiro.

Neste sentido, o presente trabalho pretende apontar a existência de algumas apropriações atuais não planejadas, de materialização “efêmera” e mutável no Rio de Janeiro, Esperamos ressaltar a importância dos espaços livres tratados aqui, apontando para a relevância de seu caráter público para a significação e manutenção da vida social na cidade do Rio de Janeiro.

Como metodologia, foi necessário o estudo da conceituação da noção moderna e ocidental de espaço público, no que diz respeito ao seu caráter físico, social e político. Também fundamental e necessário, foi o processo de entendimento sobre a forma como esta noção foi construída “culturalmente e urbanisticamente” até a atualidade.

Foi traçada então uma breve história da construção da noção de espaço público e de sua materialização complexa nas cidades: sob a forma de ruas, calçadas, praças, jardins e parques, ressaltando as apropriações “prazerosas”

ocorridas muitas vezes de forma efêmera e democrática trazendo em paralelo as discussões internacionais no campo do urbanismo.

As observações empíricas de alguns dos atuais “espaços públicos” da cidade foram fundamentais, mostrando como eles vêm sendo utilizados e significados. Foi realizado um breve mapeamento de algumas áreas (centro/zona sul), onde observamos a ocorrência das apropriações de prazer e sociabilidade na cidade, as quais foram documentadas e registradas através de fotos.

O que tem de novo no presente estudo, não é só apontar para a maneira como os “espaços livres públicos” são apropriados, mas sim à atenção para diversidade de formas materiais de apropriações não previstas, e também sua intensidade no momento atual, sendo, por exemplo, fácil de verificar a proliferação hoje destes espaços por toda cidade do Rio de Janeiro. Esta diversidade e intensidade, aliada a extrema mutabilidade com que certas áreas são eleitas ou abandonadas como “espaços livres públicos de lazer” questionam uma série de lugares que, historicamente, atribuíamos como os “espaços livres públicos” por excelência e ao mesmo tempo como “áreas de lazer”, como os parques e as praças.

Assim, ressaltamos ter sido um desafio pessoal refletir sobre tal tema, pois, ao mesmo tempo, que as experiências vividas na cidade enquanto cidadão e usuário dos espaços públicos, foram confrontadas com a visão enquanto pesquisador (que buscou refletir sobre as questões teóricas que envolvem o tema) e também de certa forma, enquanto interventor (por força da atuação profissional) que vem efetivamente planejando tais espaços da cidade.

ABSTRACT

Ono, Isabela de Carvalho. “Espaço Público”– Uma noção em mutação. Um breve estudo dos atuais espaços de prazer e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro. Orientadora: Margareth da Silva Pereira. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 2004. (Mestrado em Urbanismo)

Public Space – A Changing Concept: A brief study of areas of leisure and sociability in the city of Rio de Janeiro.

The objective of this study was to reflect on the contemporary public space, by examining the current social forms of city life to develop an understanding of the process of meaning construction in light of the possible re-interpretations of public spaces. For that purpose, a study was conducted to go beyond the physical form and consider the social utilizations that are developing in current urban spaces, focusing particularly on the city of Rio de Janeiro as a case study. We hope to draw attention to some current utilizations in Rio de Janeiro that are unplanned, ephemeral and changeable and to emphasize the importance of the meaning of public open spaces pointing to the relevance of their public role for the social life of RJ.

The study methodology entailed an investigation of the contemporary and Western notions of public space, with regard to its physical, social and political dimensions. In addition, it was fundamental to examine the process by which the notion of public space was constructed, culturally and urbanistically, until today.

This paper reviews the construction of the notion of public space and its complex materialization in cities, as streets, sidewalks, squares, gardens and parks, highlighting the “pleasant” utilizations which often occur in ephemeral and democratic fashion and discussing international themes in the field of urbanism. The study also includes the empirical observation of some current public spaces to demonstrate how those spaces have been utilized.

Finally, this study contributes to the field of urban studies by going beyond a review of ways in which public open spaces have been utilized. This paper brings to light the diversity and intensity of unplanned utilizations at the present time and the proliferation of these spaces in the city of Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Á minha mãe, Iná, mãe amorosa e companheira de todas as horas, professora nata, que me incentivou no início dos estudos, me apoiou durante o desenvolvimento da tese e que me ajudou na sua finalização.

Ao meu pai, Haruyoshi, que desde de pequena me ensinou a amar nossa profissão, me incentivando na caminhada profissional e acadêmica, com generosidade e carinho.

Á minha orientadora Margareth da Silva Pereira, pela sua sensibilidade e delicadeza, pelas longas e deliciosas orientações, fontes de aprendizado, e por sua generosidade em ensinar sempre.

Aos meus irmãos Júlio e Fernando, pelas perturbações e alegrias.

Ao Cyro, companheiro de todas as horas, pela subversão de conceitos pré-estabelecidos.

As minhas amigas, Carla, Chantal, Tatiana, Karina, Mônica, Clarice, que entenderam minhas ausências durante o percurso e me incentivaram sempre.

Aos colegas da turma do mestrado, em especial, Lúcia, Adriana, Marisol, Carlos, Helena, Lulu, Rosalia, Flávio, por estarmos juntos na busca pelo conhecimento.

Aos funcionários do Prourb, Keila, D. Francisca, Edson, pela presteza e simpatia, na resolução dos problemas acadêmicos.

Aos professores do Prourb, em especial a professora Lúcia Costa e professora Ana Lúcia Britto pela dedicação, disponibilidade, cuidado e amizade ao longo do curso.

ÍNDICE:

1-INTRODUÇÃO	12
2-CAPÍTULO 1 – Noção moderna de “espaço público” e a “nova” cidade industrial	35
2.1. A construção da moderna noção de espaço público	35
- O entendimento da noção de espaço público	22
- O direito público proposto por Norberto Bobbio	24
. As reflexões político-sociais associadas a questão do espaço público	25
. A questão da sociabilidade: resgate da noção proposta por G. Simmel	27
. A questão da esfera pública proposta por Hannah Arendt	30
2.2. Um breve resgate histórico:	47
. O século XVIII, início da constituição de uma cultura urbana moderna	
. Século XVIII/XIX-primeiro momento de tematização da noção de espaço público.	
. Revolução Industrial (séc. XIX) – mudanças na estrutura das cidades e conseqüentemente dos seus espaços públicos	
. Final do século XIX, o que muda no âmbito público com a tematização da circulação	
. As contribuições de Camillo Sitte, Ebenezer Howard, Raymond Unwin, para o debate sobre a questão do espaço público	
. As contribuições de Jürgen Habermas e da Escola de Chicago para o debate sobre a questão do espaço público	
2.3. O caso da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX, uma breve introdução à questão da materialização dos espaços públicos	71
. A importância da rua carioca na virada do século XX	
3-CAPÍTULO 2 – A cristalização da visão funcionalista no espaço público: herança e crítica do movimento moderno	92
3.1. A herança do pensamento funcionalista moderno	92

3.2. A gênese do urbanismo funcionalista – os CIAM's (1928/1959)	93
3.3. As primeiras críticas ao funcionalismo moderno ocorrido dentro dos CIAM's	110
3.4. As críticas ao funcionalismo moderno após o término dos CIAM's :as contribuições de Jane Jacobs, Edward Relph, Kevin Lynch, Christopher Alexander, William Whyte	114
3.5. As contribuições das críticas ao pensamento funcionalista de Richard Sennett e Michel Foucault	133

4-CAPÍTULO 3 – Diferentes abordagens sobre a noção de espaço público

. A introdução dos debates atuais sobre a questão do espaço público	138
4.1. A noção atual de “espaço público” – um debate	145
4.2. “Visão pessimista” da cidade contemporânea	147
. A questão da mobilidade	
. Os comportamentos sociais e a segregação social nos espaços da cidade	
4.3. As noções atuais de urbanidade e civilidade	160
4.4. A “visão otimista” da cidade	163
4.4.1. A reflexão da dinâmica atual da cidade, e a questão da mobilidade vista positivamente	166
4.4.2. Resgate da noção de sociabilidade	169
4.4.3. O resgate atual da rua	171

5-CAPÍTULO 4 – Os espaços de prazer e sociabilidade na cidade contemporânea – o caso específico da cidade do Rio de Janeiro

5.1. A rua atual – o caso específico da cidade do Rio de Janeiro	180
5.2. Os espaços de prazer na cidade do Rio de Janeiro	187
1. Rua Joaquim Mamede (Juarez)	
2. Rua do Mercado	
3. Rua do Catete	

4. Rua Alice	
5. O chorinho na praça em Laranjeiras	
6. Largo de São Francisco da Prainha (“escravos da Mauá)	
7. Largo da Carioca	
8. A orla das praias da Zona Sul do Rio de Janeiro (Leme ao Leblon)	
9. Lagoa Rodrigo de Freitas	
10. Parque do Flamengo	
5.3. A questão da informalidade	210
5.4. O resgate da “cidade subjetiva”	214
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222

“ESPAÇO PÚBLICO: UMA NOÇÃO EM MUTAÇÃO - UM BREVE ESTUDO DOS ATUAIS ESPAÇOS DE PRAZER E SOCIABILIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”

1. INTRODUÇÃO:

Ao longo das últimas décadas, tem se observado que o ritmo da vida urbana e, conseqüentemente, as relações humanas podem estar se modificando sob o impacto de novas tecnologias de comunicação. No âmbito social, se observarmos sob uma ótica simplista, as relações humanas atuais, possivelmente estão ocorrendo de certa forma, de modo transitório, impossibilitando um nível de trocas e vínculos mais aprofundados, podendo ser consideradas virtuais (sem contato físico), como por exemplo, os contatos realizados através do telefone, do celular ou pela internet.

Esta diminuição do contato “face a face” entre os indivíduos, provavelmente vem ocorrendo devido à falta de priorização do tempo destinado ao lazer e aos encontros sociais, ou talvez devido à “real” falta de tempo, gerada pelo excesso de obrigações com o trabalho e pela excessiva oferta de informações, as quais os indivíduos contemporâneos vêm sendo expostos, informações estas que supostamente devem ser processadas rapidamente.

Juntamente com outros hábitos sociais que vêm alterando o sentido atual da vida pública, surgem de maneira crescente os espaços privados de uso coletivo, como é o caso dos shoppings centers, com suas “praças de alimentação” e “áreas de convívio”, assim como os “complexos de lazer” - como os parques temáticos “Game Works” e “Wet & Wild”, por exemplo.

Porém, começamos a observar que estes espaços não são os únicos que

estariam, possivelmente, substituindo de maneira “privada” as antigas áreas de “livre acesso” destinadas ao lazer, como por exemplo, os parques e outras áreas públicas.

Observamos que ocorre paralelamente a institucionalização destes espaços privados de uso coletivo, a proliferação de lugares, que vêm sendo apropriados por diferentes grupos sociais de maneira não prevista nos planos urbanísticos, vindo assim a caracterizar um uso público “informal” e “efêmero” do território da cidade. É esse fenômeno que gostaríamos de sublinhar aqui, através da análise de alguns casos que vêm ocorrendo nos espaços públicos do Rio de Janeiro, e que talvez estejam mostrando uma espécie de resistência à suposta falta de contato físico entre os indivíduos da cidade. Estas práticas urbanas talvez traduzam novos modos de vivenciar as relações sociais e, assim, talvez estejam re-significando tanto as antigas práticas sociais, quanto transformando os lugares físicos da cidade onde se exercitam a vida coletiva.

De fato, parece que neste início de século XXI estão surgindo maneiras distintas de vivenciar a cidade, no qual se verifica uma re-significação e uma re-territorialização, possivelmente mais “efêmera” e “dinâmica”, dos seus espaços públicos.

Deste modo, entre o boulevard haussmaniano de Pereira Passos, que foi a antiga Av. Central, há décadas obsoleta como lugar de encontro e diversão, e a orla marítima fixada desde a década de 20 como um dos ícones da Cidade Maravilhosa, quais seriam na atualidade os locais privilegiados que desempenham funções importantes de convívio social, como desempenhavam nas cidades antigas a ágora grega ou os boulevards do século XIX? Quais os “territórios urbanos” que vem funcionando como catalisadores das trocas e interações sociais na cidade, sobretudo no Rio de Janeiro hoje?

Alguns indícios apontam que antigos espaços públicos projetados em momentos históricos distintos estão “desaparecendo”, ou talvez estejam “desfuncionalizados”, enquanto outros vêm sofrendo re-significações através de outras formas de apropriação e usos.

Neste sentido, considerou-se relevante neste trabalho, o estudo da atual noção, moderna e ocidental, de espaço público, no que diz respeito ao seu caráter físico, social e político.

Para tanto, o resgate dos debates a cerca da noção de “espaço público”, estudados ao longo da História, foi fundamental para entender o processo e a forma como esta noção veio sendo construída “culturalmente e urbanisticamente” até a atualidade.

De fato, nos dias de hoje, quando se fala em “espaço público”, refere-se ora à noção física e tipológica de “áreas livres” e “áreas verdes”, ora o termo é entendido em oposição ao espaço privado, ou por fim quer se referir ao seu entendimento social e político, enquanto esfera pública. Ora, se por um lado a definição do conceito não é clara, por outro, ela é complexa.

Assim, a necessidade de retornarmos aos diferentes processos de conceituação da noção de espaço público pareceu-nos importante à medida que colocamos como desafio entender a problemática dos espaços públicos atuais, refletindo sobre as relações sociais e físicas que se estabelecem nestes espaços nos dias de hoje.

Aqui, destacamos a contribuição de Gomes (2001), que já há algum tempo vem discutindo as questões que envolvem o debate sobre o espaço público. Ele se pergunta, a partir da reflexão de outro autor: “Porque nos impedir uma aproximação entre estas duas acepções de espaço público, entre o espaço abstrato que se

constrói e se elabora no falar-junto de dois ou vários locutores (a conversa) e o espaço físico e sensível da co-presença de dois estrangeiros (a rua)?” (Joseph,1998)

Neste sentido, as observações empíricas de alguns dos atuais “espaços públicos” da cidade foram fundamentais, uma vez que nos mostraram as maneiras como eles vêm sendo utilizados e significados, incitando ainda mais a necessidade de estudar a problemática tanto das diversas definições que recobrem o conceito, quanto às formas como vem se materializando os espaços públicos na cidade contemporânea. Porém, pareceu-nos necessário estudar os “espaços públicos”, não só com base nas observações presentes, mas também indo mais a fundo, repensando e concebendo, como dissemos, todo o processo moderno de construção de sua própria noção, refletindo tanto sobre como é entendida genericamente pelos arquitetos e urbanistas, quanto sobre as atuais mudanças no seu entendimento (e que por sua vez incidem sobre as práticas de projeto).

Assim, nos propusemos a estudar a questão do espaço público sob uma ótica de uma construção histórica e cultural, privilegiando a noção de processo, o qual envolve diversos fatores temporais, sociais, econômicos e políticos, quer seja relativo a sua materialidade (os espaço físicos em si), quer seja nos seus aspectos e significações sociais e políticas.

Para tanto, foi traçada uma breve história da construção da noção de espaço público e de sua materialização complexa nas cidades: sob a forma de ruas, calçadas, praças, jardins e parques, trazendo em paralelo as discussões internacionais no campo do urbanismo.

Sobre a questão, Velloso (2004) bem lembrou que a história da cidade deve ser vista através de um “terreno acidental do cotidiano e das experiências concretas,

através das quais os homens deixam impressas as suas marcas de vida e de pertencimento. O que está em perspectiva é a cidade habitada, cidade que se faz e se refaz continuamente em corpus, texto e teoria a partir do experimento e do exercício dos cidadãos”, reforçando o papel das práticas culturais na organização do espaço urbano.

Importante ressaltar que durante a análise histórica do processo de construção da noção moderna de espaço público, observamos que, ora a problematização sobre o espaço público aparece com mais força em determinado período histórico, sendo, portanto entendido e discutido como um espaço de possibilidade de ocorrência de atos de sociabilidade (como verificado no início do século XX, e que de certa forma vimos ressurgir no início do século XXI), ora foi entendido como um espaço possuidor de uma função determinada na cidade, como problematizado no movimento moderno.

Estes distintos modos de problematizar o “espaço público”, abordados na presente pesquisa, foram construídos em um processo histórico longo, não necessariamente evolutivo e linear. Observamos que em determinados períodos estas representações são postas em prática por certos atores sociais e/ou questionados por outros, não sendo de maneira nenhuma uma proposta fechada, nem tão pouco “geradas” espontaneamente.

Como sublinhou Roncayolo (1997), a cidade “deve ser pensada como espaço onde se projetam ambições, esperanças e utopias, marcadas pelas relações de luta e de conflito social”, pensada inclusive como “soma de experiências históricas e não meramente como satisfação das necessidades físicas e sociais”, sendo “justamente através desse mosaico de gestos, de vozes, de trajetos, de ações e de reações que se pode alcançar a intrincada trama do fenômeno urbano”.

Neste processo, o planejador, assim como o próprio cidadão, é entendido como parte da própria História da cidade e intervêm na gênese, cristalização e re-significação das práticas sociais, em um movimento de constante transformação.

Como tão bem colocou Velloso (2004), “essa perspectiva de pensar a História implica tomá-la não apenas como discurso do passado, mas, sobretudo enquanto construção voltada para o presente. Dessa maneira, as identidades passam a ser forjadas no cotidiano, a partir de relações, de escolhas e de práticas”.

Na presente pesquisa procuramos nos fixar em três focos de reflexão. O primeiro se baseou nas análises sobre o espaço público desenvolvidas pelos urbanistas a partir do plano físico das implantações. O segundo foi calcado nas reflexões sobre o próprio pensamento urbanístico, no plano teórico das idéias, e o terceiro e último buscou apontar a reflexão de alguns sociólogos, antropólogos, historiadores e geógrafos, que vem ressaltando a importância do questionamento sobre o espaço público enquanto um projeto urbano e social, sendo, portanto, um “local” de sociabilidade.

Estes focos foram abordados por nós, ora separadamente, ora se sobrepondo, pretendendo deste modo enriquecer ainda mais as reflexões sobre uma questão tão complexa e importante para a cidade, como a do espaço público.

As abordagens mais recentes sobre a questão do espaço público, vêm procurando se aprofundar sobre as questões sociais, além das questões físicas.

Ao contrário da visão de alguns teóricos, que acreditam que a cidade moderna vem sendo problematizada a partir de uma visão de crise ou “declínio” da esfera pública, (calcada no individualismo e na perda das relações sociais na cidade), os teóricos mais recentes (com uma visão mais otimista), nos levam a

pensar que talvez estejamos diante de uma mudança nas formas de relações sociais que definem a “esfera pública”, que passaram a ocorrer de maneira distinta.

Esta visão mais positiva tem buscado resgatar a importância dos espaços públicos enquanto locais democráticos, que possibilitam a manutenção de vínculos e trocas sociais na cidade e que mais do que um lugar físico, são lugares sociais e políticos.

Estas reflexões atuais abrem uma nova perspectiva de se pensar o espaço público, conjugando as idéias passadas, que evolutivamente vieram construindo a sua noção, com as atuais vivências, possibilitando uma reflexão sobre as re-significações da vida social e da dimensão pública, inclusive sobre os “lugares” onde estas práticas se exercem.

Neste sentido, no caso atual da cidade do Rio de Janeiro, observamos que, através das apropriações “prazerosas” ocorridas muitas vezes de forma efêmera e democrática, possíveis re-significações do espaço público vêm tomando corpo.

Foi a partir das observações de alguns destes espaços de lazer, prazer e de sociabilidade no Rio de Janeiro, que o nosso interesse foi despertado para o desenvolvimento da presente investigação, incitando o aprofundamento das diversas reflexões que envolvem a noção de espaço público, as quais procuramos desenvolver aqui.

Inicialmente, vale salientar que estas formas de sociabilidade que ignoram a “previsibilidade” própria da afirmação de um “urbanismo” totalitário, empregados ao longo do século XIX e XX, não são novas, mas estavam fora do debate sobre a cidade. Somado a isso, nas duas últimas décadas, tanto a mídia, como alguns teóricos contemporâneos enfatizaram, sobretudo em relação à situação urbana atual, a violência e o isolamento do indivíduo nos grandes centros urbanos. Esta

situação poderia conseqüentemente nos levar a pensar a cidade apenas como local de quebra de contatos pessoais, onde a frieza do formalismo e das relações social estaria imperando.

Porém, buscamos na atual pesquisa, resgatar o debate sobre o espaço público, a partir de uma ótica “positiva”, acreditando ser necessário o desenvolvimento de um olhar e análise mais sensível sobre o espaço urbano, ressaltando e resgatando a importância das vivências pessoais e coletivas na vida da cidade contemporânea, tomando como foco de reflexão certas tendências observadas no caso do Rio de Janeiro.

Acreditamos que estes usos e apropriações, ditos “informais”, gerados por uma interação social não prevista, não são novos, mas vem sendo resgatados e podem vir a ser um sintoma de mutações nas relações sociais na cidade, mostrando um forte caráter dinâmico, diferentemente das tentativas de homogeneizar as práticas sociais ocorridas em boa parte dos séculos XIX e XX.

Compreendemos, contudo, que estas trocas sociais já vinham ocorrendo anteriormente, e que ainda vem ocorrendo nos dias de hoje em ambientes fechados de uso público, como por exemplo, em cafés e bares. Porém, buscamos analisar a maneira como eles ocorrem atualmente nos espaços livres públicos, por acreditar que nestes espaços eles se desenrolam de maneira mais aberta, ou pelo menos a princípio, de maneira menos seletiva e mais democrática, e sem alguns elementos de sedução do consumo, “atrativos” oferecidos pelos espaços privados.

Entende-se que o espaço público é parte física que compõe a cidade. Assim, ele acolhe atividades humanas, que de certa maneira exigem um posicionamento funcional e também uma certa programação espacial. Porém, ainda mais significativamente, o espaço público entendido na sua materialidade, possibilita a

ocorrência de relações que devem ser analisadas a partir de uma ótica mais sensível, que vá ao encontro das atuais formas de sociabilidade urbana.

A complexidade da problemática do espaço público aponta para atos múltiplos, que englobam diferentes enfoques, como por exemplo, o das ciências sociais, que permitem um melhor conhecimento das práticas e culturas sociais e urbanas, mas também o do urbanismo e da história das profissões que se dedicam à questão do arranjo e gestão do espaço físico.

Desta forma, investigar as novas relações que se dão nos espaços públicos de uma cidade é permitir entender e confirmar que a intervenção urbana deve estar em consonância com seu tempo e conectada com as dinâmicas locais. É buscar o significado para os espaços projetados, e de alguma forma, aumentar as possibilidades da vida cotidiana e das suas dimensões simbólicas, cientes, entretanto, de que cada localidade e sociedade possui códigos culturais próprios que viabilizam a leitura, apropriação e a função dos “lugares”.

LEVANTAMENTO DA LITERATURA - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS:

Nesta perspectiva, foram escolhidos alguns autores contemporâneos na área de arquitetura e urbanismo, e em áreas afins, como a sociologia e a antropologia, que estivessem refletindo sobre as questões de representações individuais e coletivas relacionadas à vida urbana e também estivessem preocupados com o entendimento das práticas que demarcam os “territórios” da cidade, balizando, assim, os “territórios públicos”.

Esses autores têm olhado a cidade sob a ótica de um fenômeno interligado: os homens, os seus grupos sociais e afetivos, as suas visões de mundo e os seus territórios. A “cidade” nesta visão, ao contrário do que ainda insistem alguns autores,

seria não só um território físico, mas, sobretudo seria uma espécie de interface entre estas “formas físicas” e formas políticas, culturais e sociais.(Roncayolo,1997)

Assim, baseados nestes autores, buscamos nos aprofundar sobre às questões políticas, culturais e sociais que cercam o tema de espaço público, além de investigar a construção de uma nova ordem social, que a partir do fim do século XVIII implicou na disciplinarização, na setorização e funcionalização de determinados aspectos da vida coletiva, vindo a engendrar novas formas urbanas, e também novas formas de sociabilidade urbana. Este procedimento mostrou-se necessário para que pudéssemos nos interrogar sobre os “novos territórios” de uso público que estão sendo culturalmente construídos na atualidade.

Dentro desta visão, os novos estudos e questionamentos da História Cultural pareceram-nos pertinentes, como viés teórico nesta investigação, na medida em que procura defender o estudo do “mental” sem abrir mão da própria História como disciplina ou ciência específica. Estes estudos têm buscado deslocar uma visão muito esquemática das sociedades que ainda marcavam diferentes formas de abordagem dos anos 70, não recusando, contudo, a aproximação com a antropologia, com a longa duração, e nem com a valorização do cotidiano. Foi ao longo dos anos 80, que os estudos da História Cultural passaram a rejeitar o conceito de mentalidades, considerado vago e ambíguo, em benefício dos conceitos de “representações” e de “campo social”, entendendo este último como local onde estas representações se tencionavam. Emerge então deste outro olhar uma história plural, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica, o qual privilegiamos neste trabalho.

O levantamento de textos que abordavam à questão da História das mentalidades e a História Cultural, proposta a partir dos Annales (1929), nos

ajudaram a entender os processos históricos e a própria história de maneira mais “encarnada”, sem o distanciamento comum naquelas abordagens históricas dos anos 70, colocando a ênfase assim nas visões de mundo de diferentes momentos do passado. Foi possível, portanto, analisar as tendências hegemônicas do passado como fatos construídos por indivíduos ou grupos de indivíduos e por suas “representações”, sendo observadas como, individual ou coletivamente, foram tecidas, inclusive as formas físicas, as práticas, o modo de vida de cada indivíduo ou grupo social, em determinada época. Estes “fatos” históricos não estariam congelados no passado, mas seriam passíveis de distintas interpretações no presente, de acordo, inclusive, com as nossas próprias visões de mundo contemporâneo e com o que conseguimos desenhar atualmente como “problema”.

Acreditamos que analisando a historicidade da própria noção de “espaço público” e, sobretudo dos “espaços de lazer”, seja possível refletir sobre o que parecem ser mutações significativas nas representações e nas práticas relativas a estes termos atualmente.

A maneira de observar os fatos históricos proposta pela História Cultural vai assim ao encontro do presente estudo, que se preocupa em entender as apropriações não previstas e as manifestações “informais” e populares que vêm ocorrendo atualmente na cidade do Rio de Janeiro. Em relação ao campo arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, as contribuições da nova História Cultural são ainda pontuais e seguidas por poucos historiadores. Entre eles, Cardoso, escrevendo sobre esse tema há alguns anos atrás, salientava: a nova história cultural “não recusa de modo algum as expressões culturais das elites ou classes “letradas”, mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências as crenças

heterodoxas...Em uma palavra, a Nova História Cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo popular”.

Dentre os atuais teóricos que vem refletindo, a partir da visão trazida pela História Cultural, Berestein (2001) apontou para a necessidade de compreensão do processo espaço-temporal, que possibilitaria um entendimento do planejamento arquitetônico e urbanístico, diferente da lógica racionalista e funcionalista. Para ela “o ponto de partida são sempre percepções da realidade a que chegamos através de entrevistas, fotografias e, sobretudo, de nossa própria experiência.”. E ainda: “Não procuramos estudar as formas, mas sim os processos que as (trans)formam.”

Como vemos, esses estudos colocaram em primeiro plano as relações sociais, as visões de mundo e, começaram por contribuir para tirar do esquecimento as reflexões de Georg Simmel(1898), retomando e inclusive dando impulso aos seus estudos sobre as noções de “sociedade” e “sociabilidade”, conceitos que também se tornaram relevantes para esta pesquisa.

Cabe ressaltar que a noção de sociabilidade está sendo abordada por nós como uma forma “positiva” de interação social, mesmo entendendo que existe atualmente um “desvio” desta noção, podendo, talvez, também ser entendida através de uma ótica mais “negativa”, onde o contato e as relações sociais se realizariam através do confronto ou da violência. Na realidade, através de uma releitura de Simmel (1898), faremos um resgate da “essência” da noção de sociabilidade, que parece perdida nos dias de hoje, devido aos novos conteúdos que foram associados à palavra, possivelmente trazida pelo crescimento da violência urbana nas últimas décadas.

Simmel explica a questão da sociabilidade como sendo relações que se travam entre os indivíduos, onde a troca é feita de forma positiva, oferecendo e

recebendo elementos valorados e prazerosos. Uma espécie de jogo social onde o objetivo é alcançado na experiência destas trocas e relações.

Como mencionamos, diversos trabalhos contemporâneos desenvolvidos em áreas como a história, geografia, antropologia e estudos sociais, e inclusive na área do urbanismo, como por exemplo, a publicação dos seminários do CIFP em Paris (2000, 2001, 2002), a exposição “Penso-Cidade” no RJ (2002), e o livro “Marvilla - Lisboa capital do nada” (2002), têm sido tentativas de uma discussão mais aprofundada sobre o espaço urbano, objetivando um debate consciente quanto à complexidade das relações sócio-cultural e temporal.

Porém, continuamos a verificar que parte da literatura atual que aborda a questão do espaço público continua dando ênfase principalmente às questões relativas à forma física e suas diferentes tipologias, não existindo um aprofundamento significativo da interface entre o espaço físico e as relações sociais passíveis de ocorrer nele.

No campo do urbanismo, a maior parte dos estudos e publicações sobre o tema dos “espaços livres públicos” e da “paisagem urbana” têm enfatizado a discussão do desenho urbano, tratando de forma genérica e atemporal o entendimento sobre as práticas e significações sociais, assim como o entendimento das particularidades de cada indivíduo.

Esta literatura tem fixado a noção de espaço público à “tipos” fixos e atemporais de soluções ou arranjos formais, como se estas tipologias pré-determinadas pudessem ser repetidas continuamente, independentes das distintas situações geográficas (localidade), históricas, culturais e sociais, de cada espaço urbano. Como exemplo desta tipologia, poderíamos citar os programas para praças e parques, que possuem funções pré-estabelecidas e equipamentos que permitem

esta programação, com setores destinados a fins específicos, mantendo assim a função primordial de “educar” e civilizar os indivíduos através da forma física.

Vale ressaltar que estes estudos vêm ocultando a importância da percepção destas “novas” formas de sociabilidade que estão emergindo no ambiente público. De certa forma, também vem “silenciando” o debate e a reflexão sobre a interseção entre as relações sociais e a forma física da cidade, possivelmente “congelando” as noções de “espaço público” e de “sociedade”, o que nos fez sentir a urgência de retomar o debate quanto à complexidade e riqueza do tema.

Assim, procuramos iniciar neste trabalho uma reflexão sobre o espaço público contemporâneo, observando as atuais formas sociais de vida na cidade, pretendendo entender o processo de construção de seus significados à luz de uma possível re-significação da noção contemporaneamente. Buscou-se realizar um estudo que fosse além das formas físicas, observando também as formas de apropriações sociais que vem tomando corpo nos espaços urbanos na atualidade, focando particularmente o Rio de Janeiro.

Neste sentido, as reflexões de Foucault (1977) sobre o poder disciplinatório foram importantes, uma vez que elas, em contraste, apontaram para a liberdade no ato de apropriação dos espaços públicos contemporâneos, pelo menos em relação ao que se observa em algumas cidades como o Rio de Janeiro.

De fato, grande parte da literatura nos anos 90 sobre a cidade atual, vem relatando que, com os avanços tecnológicos e com o crescente desenvolvimento das cidades, os cidadãos teriam cada vez menos tempo disponível para as relações sociais e para usufruir de maneira “informal” a cidade como espaço de vivência, ocorrendo então o declínio da vida pública (Sennett, 1988). Porém, poderíamos pensar que com esta “evolução”, novas maneiras de utilização dos espaços urbanos

estariam gerando formas distintas de sociabilidade, talvez mais dinâmicas, mais descompromissadas e possivelmente não prevista pelos planejadores.

Como pudemos constatar através da análise das datas de publicação de diversos artigos, o movimento de reflexão mais aprofundado sobre o tema torna-se mais significativo a partir dos anos 80, quando passam a se multiplicar estudos que discutem as noções de cidade e de espaço público.

O que pretendemos aqui não é propriamente traçar uma história exaustiva destes espaços na cidade, mas sim compreender o processo histórico que construiu, ao mesmo tempo, tanto as noções, quanto algumas de suas formas físicas. A exploração conceitual destas noções, em uma perspectiva histórica longa, tornou-se absolutamente necessária para se chegar à compreensão do porque de alguns “espaços” planejados estarem sendo cada vez menos utilizados para os fins propostos. E ainda, o porque de surgirem na cidade contemporânea espaços “informais” significativos, sem necessariamente terem sido planejados para o uso desejado.

OBJETIVOS DO ESTUDO:

O que nos interessou analisar e entender no presente estudo, em um esforço de objetivação e crítica, é a noção atual de espaço público, iniciando assim o debate sobre a multiplicação de “territórios” urbanos que, nascido muitas vezes longe das pranchetas dos urbanistas, são utilizados como espaços de sociabilidade de modo “ágil”, “transitório”, “não planejado” e dinâmico, e sobre os quais ainda não refletimos suficientemente.

Possivelmente estes territórios já vem há algum tempo cumprindo o papel de atração e fixação de grupos urbanos, garantindo, a despeito das críticas quanto à “morte da cidade” e o “declínio da esfera pública”, a sua sobrevivência enquanto

idéia, forma e experiência de convívio em comunidade.

Neste sentido, o presente trabalho pretende apontar a existência de algumas apropriações não planejadas, de materialização “precária” e mutável no Rio de Janeiro atualmente, buscando esclarecer se o surgimento destes fenômenos não aponta para mudanças mais substantivas a respeito de um novo processo de “re-significação” da noção de espaço público que questionaria a associação que freqüentemente se faz entre ela e as “áreas verdes” e “áreas de lazer”, congelando-lhe o significado e reduzindo-lhe o alcance.

Esperamos ressaltar a importância dos “espaços livres” tratados aqui, apontando para relevância de seu caráter “público” para a significação e manutenção da vida social na cidade do Rio de Janeiro. Poderíamos entendê-los, assim, como locais de possibilidade de materialização dos desejos e das necessidades dos seus habitantes e também como palcos de sociabilidade e hospitalidade na experiência da vida democrática, coletiva e urbana.

Resumindo as questões que motivaram esta dissertação, podemos dizer que partimos de uma primeira pergunta que engendra uma série de outras interrogações, a saber:

Qual é a história da noção moderna e ocidental de “espaço público” e como esta história se materializou e foi escrita no Rio de Janeiro? O que resta deste processo? Como entender, tanto a desfuncionalização ou esvaziamento de certas áreas de lazer, quanto à emergência de “novos” espaços de sociabilidade na cidade?

E como e quais são estes novos espaços de lazer? Quais são suas “novas” funções? E seus potenciais? Como ocorrem e quais os fatores que movem a apropriação desses espaços?

METODOLOGIA:

Duas vertentes de trabalho nos auxiliaram na compreensão da atual noção de espaço público bem como na reflexão sobre as atuais formas de apropriações não “planejadas” que vem ocorrendo nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro.

A primeira foi em torno do estudo das discussões teóricas a cerca do próprio conceito. Para tanto, foi necessário um breve estudo histórico, atento à dimensão sócio-cultural buscando entender o processo da construção da noção moderna e ocidental de espaço público.

A segunda foi em torno de uma pesquisa empírica, identificando aonde vêm ocorrendo algumas apropriações não “planejadas” de áreas públicas do Rio de Janeiro, cujos usos demonstram um forte caráter de prazer.

Na verdade, e como já salientamos, foi a observação das atuais apropriações que instigaram a busca por um maior aprofundamento teórico sobre o assunto.

Para tanto, foram observados e registrados através de fotos, alguns espaços públicos da cidade nos quais verificamos a ocorrência destas apropriações, enfocando aqui, para uma primeira amostragem, a região centro-sul do Rio de Janeiro. Para uma melhor visualização, alguns destes locais foram marcados em um mapa, com o intuito de demonstrar que esta tendência não vem ocorrendo de forma pontual, mas é observável em diversos locais, mostrando com isso a existência de uma multiplicidade de apropriações de espaços distintos, e que estão sendo vistas em diversos pontos dispersos da cidade. Foram por fim analisados alguns tipos de interação social que vem ocorrendo em alguns destes espaços.

Através das observações destes espaços livres públicos tão distintos em escala, características e utilização, buscaremos destacar a importância da celebração da rua como local onde se travam as interações sociais, em um recorte

temporal (os dias de hoje), mas também um recorte geográfico (região centro-zona sul), onde observamos a proliferação de diversos focos de sociabilidade, em maior ou menor escala. O que talvez venha apoiar nossa hipótese de que os “espaços públicos” e a “dimensão pública” não estejam morrendo, mas simplesmente, mudando de forma e sendo vivenciados de outra(s) maneira(s).

RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

Estes espaços públicos que se formam das apropriações “informais”, muitas vezes não são considerados nos estudos sobre a cidade, talvez devido ao seu caráter efêmero ou em função de sua escala pouco considerável em relação à própria escala da cidade. Entretanto, eles apontam para a importância do próprio ato de apropriação cotidiana da vida urbana e se caracterizam como uma crítica concreta à institucionalização dos espaços de lazer e a tentativa de setorização e “formatação” dos comportamentos humanos, através do planejamento de diferentes tipos de espaço físico.

O que tem de novo no presente estudo, não é só apontar para a maneira como os “espaços livres públicos” são apropriados, mas sim à atenção para diversidade de formas materiais de apropriações não previstas, e também sua intensidade no momento atual, sendo, por exemplo, fácil de verificar a proliferação hoje destes espaços por toda cidade do Rio de Janeiro. Esta diversidade e intensidade, aliada a extrema mutabilidade com que certas áreas são eleitas ou abandonadas como “espaços livres públicos de lazer” questionam uma série de lugares que, historicamente, atribuíamos como os “espaços livres públicos” por excelência e ao mesmo tempo como “áreas de lazer”, como os parques e as praças. É assim neste aspecto que o esforço empreendido aqui se justifica e talvez seja nesse questionamento que se encontre a relevância deste trabalho.

Para uma melhor compreensão da problemática tratada, a presente dissertação foi dividida em 4 capítulos:

O capítulo 1, “A construção da moderna noção de espaço público e a “nova” cidade industrial”, dedica-se, como seu título resume, a tecer uma síntese sobre a moderna noção de espaço público, enfocando o próprio processo de construção da noção e alguns dos seus significados.

Tomamos como marco histórico deste processo a Revolução Francesa que possibilitou uma ampliação das conquistas democráticas no âmbito público, criando com isso uma maior conscientização quanto aos comportamentos e práticas sociais e melhor delimitando as noções de público e privado.

Primeiramente foi organizada uma revisão conceitual, já que a pesquisa mobilizou uma série de conceitos e posturas teóricas que precisavam ser melhor exploradas, sendo abordados os seguintes pontos: a relação público/privado; o resgate da noção de sociabilidade proposta por Simmel, a discussão sobre a esfera pública e espaço público trazidos pelas contribuições de Habermas e Arendt. Também nos apoiamos em outros autores dos campos filosóficos, jurídicos, da geografia, antropologia e ciências sociais, buscando entender, paralelamente, o processo de institucionalização e formalização dos espaços públicos em sua dimensão física.

Destacamos neste período a atenção com as ruas e os primeiros parques urbanos e o início do desejo do poder público de civilizar os indivíduos através do planejamento da cidade. Neste sentido foi estudado o caso específico da cidade do Rio de Janeiro na virada para o século XX, onde a partir de um breve panorama das relações sociais que vinham se travando na cidade, verificamos uma mudança da relação da família com a rua.

O capítulo 2 trata “A cristalização da visão funcionalista no espaço público: herança e crítica do Movimento Moderno”. Neste capítulo procuramos nos deter no entendimento do processo de cristalização da idéia de espaço público moderno, vista, mais marcadamente, a partir do apogeu do pensamento funcionalista, nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAMs, ocorridos entre 1929 e 1959. Observamos neste período, uma ênfase na tematização do espaço público agora entendido muito mais em termos de “formas físicas” do que em termos de uma interação e uma vivência entre os cidadãos ou entre estes e às formas materiais da cidade. Vê-se uma multiplicação de espaços públicos institucionalizados para diversos fins e, sobretudo para o lazer, com programas que os setorizavam em zonas de atividades destinadas cada uma a um fim específico.

Tal fato demonstra uma radicalização do processo de projetar, baseado principalmente em uma preocupação racional ligada a função, e onde a noção do homem enquanto sujeito-individual vai se enfraquecendo, dando lugar a noção de “homem-tipo”, que seria “adaptável” aos diferentes tipos de espaços planejados.

Neste período o espaço público passaria a ser associado com mais força à função de “área verde” e de “área livre pública”, e sua definição passa a ser confundida com soluções formais tipificadas. Neste sentido, destacamos já um certo deslocamento da problematização do espaço público em relação à virada do século XX, quando era visto como local da sociabilidade, sendo a rua o lugar de circulação de pessoas e palco de trocas sociais.

A partir dos anos 50, constatamos particularmente o aparecimento de discussões sobre o isolamento do indivíduo na cidade, marcado pelo questionamento da esfera pública e da vida urbana moderna e pela crítica ao funcionalismo e a setorização.

No capítulo 3, “Diferentes abordagens contemporâneas sobre a noção de espaço público”, nos propusemos a abordar as atuais reflexões e os novos debates acerca da questão do espaço público, no campo da idéias. Este movimento trouxe, contudo, uma crítica ainda mais contundente às práticas sociais na cidade herdada do funcionalismo, vistas a partir de duas visões distintas. A primeira enfocou o complexo entendimento das cidades atuais, mas a partir de uma certa ótica negativa, enfatizou o “declínio” do domínio público e o distanciamento dos indivíduos na cidade. A segunda se posicionou de forma mais positiva, passando a refletir sobre uma possível mudança no entendimento da noção de espaço público, destacando, porém, a importância destes espaços para a manutenção dos vínculos sociais na cidade.

Neste sentido foram introduzidos os debates sobre as questões da urbanidade, civilidade, mobilidade, assim como o resgate da noção positiva de sociabilidade, abordada inicialmente nos estudos de Simmel, e ainda os textos que re-habilitam o uso da rua.

O capítulo 4, “Os espaços de prazer e sociabilidade na cidade contemporânea – o caso específico da cidade do Rio de Janeiro”, pode-se dizer que foi o ponto de partida e representa a “essência” das preocupações da presente dissertação. Nele analisamos alguns espaços livres públicos da cidade do Rio de Janeiro, procurando estudá-los como sintomas de re-significações e de mutações, inaugurando formas de sociabilidade que parecem romper com a “previsibilidade” introduzida pelo planejamento urbano ao longo dos séculos XIX e XX, no que diz respeito a setorização das atividades de lazer e ao uso destes espaços nas cidades modernas.

Destacamos os seguintes espaços, considerados significativos para dar embasamento às idéias presentes nesta reflexão: Estrada Joaquim Mamede(bar do

Juarez- Santa Tereza); Rua do Mercado (centro do RJ); Rua do Catete; Rua Alice (Laranjeiras); Praça General Glicério (Laranjeiras); Largo de São Francisco da Prainha (perto da praça Mauá); Largo da Carioca (centro do RJ); Orla da praia (Leme/Leblon); Lagoa Rodrigo de Freitas; Parque do Flamengo.

Ao que tudo indica, observam-se hoje certas práticas sociais, que por suas características, apontam para a necessidade de uma reflexão crítica do processo histórico de criação e setorização das áreas livres públicas destinadas ao lazer urbano, bem como apontam para uma desejável revisão da própria noção de “espaço público”, com frequência entendida na prática do urbanismo como uma forma tipológica: “áreas livres públicas” ou as “áreas de lazer”, ou ainda o “sistema viário” (ruas e calçadas).

Observamos na cidade do Rio de Janeiro uma multiplicação de apropriações não planejadas que vêm se desenvolvendo em áreas de domínio público da cidade, gerando “territórios informais” de sociabilidade. Poderíamos dizer que, de certa maneira verificamos o retorno às antigas práticas sociais supostamente perdidas, onde os logradouros públicos são apropriados de maneira “informal”, de uma forma menos institucionalizada, talvez mais rápida e efêmera, abertas às novas práticas sociais. Neste sentido, é importante ressaltar que algumas apropriações efêmeras, não planejadas para os fins que lhes são dados, apesar de serem muitas vezes iniciativas de órgãos institucionais públicos ou privados, não impedem que afirmemos que estas apropriações se caracterizem como uma nova significação do espaço público, em termos de entendimento e efetivamente de uso, uma vez que o planejamento não previa esta ou aquela utilização.

Neste trabalho, assim como Velloso (2004), o que se busca, “é o ambiente urbano, não como descrito e analisado, mas experimentado pela sensibilidade dos

seus participantes através de recursos intelectuais e psíquicos. Nesse sentido, interessa colocar em evidência as subjetividades, para, a partir delas, redimensionar o pensar urbano”.

No capítulo 4, que pode ser visto como o início, mas também a conclusão desta dissertação, foi interessante “investigar as brechas de liberdade, através das quais os cidadãos conseguem reinventar práticas e maneiras próprias de vivenciar o espaço. É através dessas “microliberdades” que os grupos- considerados subalternos- [mas não só] exercitam a sua criatividade e capacidade de dar respostas às injunções dos poderes. É nessa perspectiva que são enfatizados os movimentos táticos, através dos quais tais grupos, na atitude de aparente aceitação da ordem imposta, fariam deslocar- de forma imperceptível- as fronteiras da dominação”[sejam elas às vezes políticas, mas também das próprias representações da vida social].(Velloso, 2004). Complementarmente, poderíamos lembrar com Certeau e Velloso que “as microliberdades, astúcias e táticas sociais são percebidas como movimentos capazes de expressar uma experiência antropológica, poética e mítica do espaço. E é essa experiência que interessa, quando possibilita pensar a cidade, além da perspectiva dos controles e das estratégias”, pois “o caminho para se alcançar a cidade se faz pela experiência, pela vivência que se traduz numa permanente invenção do cotidiano”.(CERTEAU,1998).

2- CAPITULO 1 – NOÇÃO MODERNA DE “ESPAÇO PÚBLICO” E A “NOVA” CIDADE INDUSTRIAL

2.1- A construção da moderna noção de espaço público

A construção da noção de “domínio público”, entendida como uma área que não seria de propriedade particular, se confunde com a moderna acepção de espaço público. Ambas foram sendo construídas em oposição à noção de “espaço privado”, e foram insufladas pela organização institucional da família. Pode-se dizer que a organização institucional e cultural da família e da estrutura familiar refletiu na especialização do espaço externo, que inicialmente era considerado como o lugar do anonimato. A estruturação da família no ambiente privado, teria pouco a pouco, desencadeado um processo de utilização do espaço externo à moradia, favorecendo, assim, a funcionalização e formalização dos espaços públicos.

Embora esse processo de construção da noção de “espaço público” comece a ganhar sua forma moderna desde a Renascença, foi se afirmando, sobretudo, a partir do século XVIII e XIX para ganhar no século XX, inclusive, uma classificação tipológica. Com a Revolução Francesa, começa-se a observar um “interesse” acentuado pela vida pública e coletiva, o indivíduo passando então a ser entendido como um “cidadão” com direitos e deveres perante o grupo social do qual faz parte.

Sobre este assunto, Paiva (2000) acentua que “a antiga distinção entre privado e público se dilui quando as atividades, dantes executadas no recesso dos lares, passaram a ser exercidas na esfera pública, resultando no surgimento da esfera social”. Pode-se dizer então que “as palavras público e privado mudaram de significado na Era Moderna”.

• Os distintos entendimentos da noção de espaço público ao longo do século XX:

O entendimento da noção de espaço público, inicialmente passa pela idéia simplificada de que “público é o que não é privado”. Também, por sua noção jurídica, onde a lei determinaria o que é objeto público (bem de responsabilidade pública) e que poderia ser entendido como de “livre acesso”, concepção que, igualmente às outras abordagens, não abrange toda a complexidade de seu entendimento.

O espaço público poderia ser entendido “como o lugar onde as relações e ações comunitárias se passam, se abrigam e têm curso: o espaço onde se exteriorizam as demandas, as reivindicações da comunidade; espaço acolhedor de diversas instituições estatais e não-estatais, do agir publicamente, das reuniões; espaço, por excelência, do debate e do agir livre e coletivo”. (Paiva,2000).

No campo da geografia, como nos mostra Gomes (2002), seria necessário se deter um pouco na própria conceituação da noção de espaço, uma vez que ele apresenta uma dupla dimensão – a física e a social. Segundo o autor, o espaço “é composto do dialético mantido entre a disposição física das coisas e ações ou práticas sociais que aí tem lugar”. Logo, sob um olhar geográfico, o “espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem”, passando a se entendido como um conjunto indissociável das formas físicas e das práticas sociais.

Ainda para o autor, este olhar “parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva”, e onde a cidadania seria considerada, como “um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território”.

Da Matta (1985), em seu texto sobre a casa e a rua, assinalava que os espaços públicos “não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais, institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”. (Yásigi, 2000)

Atenta à História Cultural, mas, sobretudo à própria história da cultura urbanística, Choay (1988) também escreve sobre a noção de espaço público, ajudando-nos a refletir como cada noção é construída pela sociedade ao longo do tempo. Segundo a autora, a própria noção de “espaço público pode ser superficialmente entendida como um conceito isolado e estático, verificando, porém, que o próprio conceito ao longo do tempo tem o seu significado alterado e assim, sofre mudanças”.

Segundo Choay, “o espaço público não possui uma definição rigorosa”, sendo sua noção sempre correlacionada com as práticas sociais coletivas, e pensada à luz dos diferentes contextos históricos da sociedade ocidental.

Para a autora, apesar de ultimamente sua fisionomia estar sendo modelada por regras urbanas, a noção do “público” no urbanismo não estaria calcada apenas nos aspectos jurídicos e físicos.

A autora mostra que, o que vem sendo definido como “espaço livre público” e “espaço verde”, corresponde às formas diferentes de ocupar superfícies e de responder as influências e diversidades de milhares de desejos urbanos, onde a localização (urbana, suburbana, rural); o grau de grupamento; o status da propriedade (público, privado, privado aberto ao público); tipos de usuário; a frequência de utilização (cotidiana, ocasional), evidentemente interagem com a

própria forma física.

Para ela, o conceito de “espaço público” se cruza ao longo da história com a própria construção da ideia de “domínio público” assim como com a noção de “espaços verdes” ou “áreas verdes”.

•O direito público proposto por Norberto Bobbio:

Para auxiliar na compreensão entre as relações de direito público e privado, resgatamos na literatura, uma revisão de Norberto Bobbio (1995) sobre o conceito kantiano de direito público e privado.

Segundo Bobbio: “as relações de direito privado seriam caracterizadas pela igualdade dos sujeitos, e seriam, portanto relações de coordenação [...] as relações de direito público seriam caracterizadas pela desigualdade dos sujeitos, e seriam, portanto, relações de subordinação”.

“O direito privado seria caracterizado pela proteção que oferece aos interesses privados e o direito público, pela proteção oferecida aos interesses coletivos”.

O autor, baseado em Kant, identifica que existe um direito, fora do direito estatal, que seria o “direito natural, entendido no sentido próprio e estrito, como o que regula as relações entre os homens no estado de natureza”.

Deste modo, o direito privado “é próprio do estado de natureza, no qual as relações jurídicas atuam entre os indivíduos isolados, independente de uma autoridade superior”, e o direito público “é o próprio do estado civil, no qual as relações jurídicas são reguladas – tanto com respeito às relações entre os indivíduos, quanto com respeito a relação entre o estado e os indivíduos – por uma autoridade superior aos simples indivíduos, que é a autoridade do estado”.

“No estado de natureza, sendo cada indivíduo uma totalidade por si mesmo, subsistem somente interesses individuais: somente no estado civil instaura-se um interesse coletivo, e, portanto o direito público, próprio deste estado, torna-se um sistema para proteger, além dos interesses individuais, também interesses coletivos”. (Bobbio,1995).

Complementando as reflexões sobre as noções de “direito público” e “privado”, levantadas por Bobbio, Bordreuil (2002) retoma a questão da “propriedade”, apontando como pontos principais a serem considerados: a propriedade jurídica e o livre acesso. Segundo ele, a propriedade pública se definiria não só em oposição ao que é particular, mas sim ao que é coletivo e de livre acesso, podendo ser considerados públicos até os espaços que são de posse particular, mas que evocam o critério público de acesso, como por exemplo, o caso dos estabelecimentos comerciais. Para ele, estes espaços podem superpor a dimensão da propriedade privada do solo, evocando, porém, a noção pública de acesso. O autor ressalta, contudo, que algumas vezes esses espaços podem recusar o acesso de indivíduos, permitindo que o proprietário exerça uma espécie de direito de escolha e filtragem de utilização de pessoas. Neste sentido, Bordreuil afirma que o critério de propriedade não é suficiente para circunscrever o domínio público universal, uma vez que um espaço público teria como caráter principal a acessibilidade.

Porém, o debate que envolve a reflexão sobre as questões legais não encerra e nem tão pouco, alcança a abrangência das reflexões sobre a noção de espaço público.

•As reflexões político-sociais associadas à questão do espaço público:

Mais do que uma questão legal, o entendimento da noção de espaço público passa pela questão política, tendo relação direta com a vida pública.

Resgatando os estudos de J. Habermas, Gomes (2002) aponta que suas reflexões, ainda hoje, pontuam o entendimento de espaço público muito bem, ao colocar que o espaço público seria entendido como o lugar do discurso político, o local onde se faz necessária a co-presença de indivíduos, devendo os mesmos, terem a capacidade de se expor em público, confrontando opiniões e instituindo um debate. Através de uma reconstituição do ambiente social nos séculos XVIII e XIX, Habermas iniciou a reflexão sobre o processo de conformação e instituição de um espaço público e de uma opinião pública, colocado em oposição ao espaço privado, o que vem contribuindo até os dias de hoje para a reflexão sobre esta questão. Porém, o enfoque de Habermas não se baseou especificamente sobre o aspecto urbanístico, mas sim sobre o processo de publicização da vida no ocidente, vindo a alimentar, contudo, o entendimento da própria noção de espaço público e de sua materialização.

Neste sentido, Gomes (2002) conclui que “o espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos”.

Segundo o autor, o espaço público entendido fisicamente, pode ser qualquer tipo de espaço que não possua obstáculos de utilização, permitindo assim a possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa. Para ele, esta condição, assim como as regras de convívio e do debate, devem ser respeitadas e revividas constantemente. Coloca, porém, que o espaço público é o “lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer

que sejam, devem se submeter às regras de civilidade”. Nesta mesma direção, Sennett (1988), já havia colocado que a cidade é o lugar da possibilidade do encontro, sem, contudo induzir a intimidade ou uma suposta identidade profunda, sendo, portanto essencialmente “o local onde se processa a mistura social”.

Ainda para o autor, “diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente de civilidade e do diálogo”.

Gomes (2002) aponta também que o código de conduta que se estabelece pelo relacionamento, pela co-presença e pela coabitação, devem tomar a sociabilidade como forma de reconhecer nessas práticas, comportamentos socialmente significativos.

Citando Agulhon, o autor coloca que a sociabilidade apresenta-se de forma variada no espaço e no tempo, devendo, portanto, ser levada em conta na análise do espaço público. Neste caso, a sociabilidade se “transforma em civilidade, em comportamento que extrapola a simples maneira convencional que uma sociedade atribui ao homem educado de se apresentar e se conduzir - a “etiqueta”.

Apesar da importante contribuição de Habermas para a construção do pensamento sobre o espaço público, Gomes (2002) levanta uma questão muito pertinente, ao apontar que muitos estudos da época mostraram que houve um certo exagero da parte de Habermas, no que diz respeito à dimensão e a leitura da participação política no espaço público. A relevância de tais observações foi o de “colocar em dúvida a interpretação de que houve um grande momento, uma espécie de” anos dourados “, em que a participação democrática e uma plena racionalidade tenham existido no espaço público”. Este questionamento não deixa de ser atual, à

medida que continuamos tendo a necessidade de uma rediscussão e de um melhor entendimento do processo da construção moderna das questões que envolvem a noção de espaço público, tais como a democracia e a cidadania.

- **A questão da sociabilidade: resgate da noção proposta por Georg Simmel:**

Segundo Simmel (1898) a sociedade é a interação que ocorre entre os indivíduos devido à certos impulsos ou em função de certos propósitos, onde a importância desta interação se dá pelo fato de “obrigar” os indivíduos a formarem uma unidade – “uma sociedade”.

“A sociação é a forma (realizada de incontestáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas.”

Para o autor, o indivíduo é o dado mais concreto e importante em qualquer realidade histórica, e todos os seus atos, gestos e sentimentos (impulso/ interesse/ propósito/ inclinação/ movimento/ estado psíquico) engendram e mediam a influência de uns sobre os outros.

Através das interações sociais (relações entre indivíduos ocasionadas por impulsos e propósitos), desenvolvem-se conteúdos e interesses materiais ou individuais. Os resultados destes processos geram formas, que ganham vida própria – a sociabilidade, que passa a existir independente de sua origem.

O que move essas associações são os interesses e necessidades específicas e um sentimento valorado de pertencer a um grupo.

Simmel complementa, apontando para a questão da vontade e do prazer que

estão inerentes em qualquer interação social. Porém, coloca que para uma coexistência social “harmônica” existiriam os “balizadores de comportamento”, que seriam alguns comportamentos e requisitos individuais “satisfatórios”, validados e seguidos pelos indivíduos.

O contato entre os indivíduos se faria “sem a redução da autonomia, e da exacerbação pessoal”, permitindo que fossem traçados os limites de cada um, permitindo a existência desta reunião. Esses limites, para Simmel, seriam construídos meio “desarticulados” “nas reivindicações dos outros, dos impulsos do indivíduo, da ênfase do ego e dos desejos intelectuais e materiais”.

Nesta interação social, denominada de sociabilidade, não seriam levados em conta atributos ou “pré-requisitos”, tais como riqueza, posição social, entre outros. Para se fazer parte desse processo “riqueza, posição social, cultura, fama, méritos e capacidades excepcionais não podem representar qualquer papel na sociabilidade”, entretanto, não é possível nesta interação se expressar traços íntimos, tais como depressão, excitação, desespero, uma vez que cada indivíduo é “um elemento de um grupo que se conserva formalmente” Enfim, “o homem é, por assim dizer, um complexo dinâmico de idéias, forças e possibilidades”.que,”de acordo com as motivações e relações de vida e suas mudanças, faz de si mesmo um fenômeno diferenciado e claramente definido.”

Em resumo, para o autor, “o impulso de “sociabilidade” extrai das realidades da vida social o puro processo da sociação como um valor apreciado, e através disso constitui a sociabilidade no sentido estrito da palavra.”

Segundo ele, a sociabilidade mantém uma relação formal com a “realidade”, mas extrai dela “uma riqueza de vida simbólica e lúdica”, e apesar do caráter democrático, a sociabilidade só se faz possível e “harmônica” dentro de um mesmo

grupo social.

“Esse caráter democrático só pode se realizar no interior de um dado extrato social: a sociabilidade entre membros de classes sociais muito diferentes é amiúde inconsistente e dolorosa. Como vimos, a igualdade resulta da eliminação tanto do inteiramente pessoal quanto do inteiramente objetivo, isto é, resulta da eliminação do próprio material da sociação”.

Importante salientar que a sociabilidade idealizada pelo autor foi entendida como o encontro social “positivo”, onde os conflitos ou interações sociais violentas existem, mas não associadas ao conceito de sociabilidade descrito por ele.

“As condições e os resultados do processo de sociabilidade são exclusivamente as pessoas que se encontram numa reunião social. Seu caráter é determinado por qualidades pessoais tais como amabilidade, refinamento, cordialidade e muitas outras fontes de atração”.

A relação entre a liberdade individual e a coletiva é claramente exposta por Simmel, que entendeu o impulso de sociabilidade e a sua natureza democrática, como o ato de gozar da liberdade e satisfação comum e compatível com a do outro.

Como fundamento do direito de liberdade social, “cada indivíduo deve gozar da liberdade na extensão compatível com a liberdade de todos os outros indivíduos”, devendo “ter tanta satisfação deste impulso quanto seja compatível com a satisfação deste por parte de todos os outros”.

- **A questão da esfera pública proposta por Hannah Arendt :**

As reflexões acerca dos diversos debates sobre a noção de espaço público e sociabilidade, envolvem a questão da esfera pública, cujas contribuições significativas foram trazidas pelos autores Hannah Arendt e Jurgen Habermas. Para

Arendt (1958), o termo “público” significa, em primeiro lugar “tudo o que vem a público, [que] pode ser visto e ouvido por todos e [que] tem a maior divulgação possível”. Porém, ela ressalta que o “mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica”, afirmando que “conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum”. Coloca ainda que “a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer”.

Habermas (1978), assim como Arendt, (1958) utiliza muitas vezes o termo “esfera pública” ao invés de “espaço público”, possivelmente para desassociar da conotação de espaço físico. Ambos abordaram a questão do espaço público, entendendo o seu papel e sentido social, e não necessariamente só focando o seu aspecto físico. Neste sentido, Arendt frisa que o espaço público é, antes de mais nada, o espaço da palavra e da ação, passando a ser entendido como um lugar social e político, de liberdade e possibilidades de exposição e definição de uma postura, perante ao outro e a comunidade. O espaço público teria, como função, iluminar a conduta humana, permitindo que cada indivíduo se expusesse através de palavras e ações, sendo o lugar do exercício da cidadania. Este ato de “exposição” estabeleceria assim, as relações sociais e possivelmente dariam uma significação à cidade. Neste sentido, Arendt coloca que “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. E este é o significado da vida pública” O espaço público seria um lugar de enriquecimento do indivíduo e, conseqüentemente da sociedade, através da possibilidade de troca de múltiplas opiniões, levando em conta vários aspectos e pontos de vistas distintos. Para Arendt, “só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do

mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais”.

Ainda sobre este debate, Souza (2000), de forma atual, enfatiza que, para Habermas, o espaço público tem sua base constituída pela sociedade civil, não sendo concebido como uma instituição, nem tão pouco como uma organização. Não é também uma estrutura normativa, com diferenciação de competências e de papéis, com regulamentação de afiliação de seus membros. Não se constitui, portanto, como um sistema, uma vez que admite certas fronteiras interiores, mas que, com relação ao exterior, se caracteriza por horizontes abertos, porosos, móveis. O espaço público se descreveria melhor, portanto, como uma rede, que possibilitaria a comunicação de seus conteúdos, tomadas de posições e, portanto, opiniões, permitindo assim um fluxo constante de comunicação, considerando, porém, que a prática cotidiana de comunicação estivesse ao alcance de todos.

Apesar de Bobbio estar abordando o tema a partir de uma ótica jurídica e Arendt se baseando em um viés filosófico, e juntamente com Habermas, refletindo sobre as questões políticas e sociais, esses autores nos auxiliaram no entendimento da noção de “espaço público”.

Outras contribuições teóricas mais recentes como as de Bordreuil, Claude e Joseph (2002), entre outros, se aproximam mais das questões relacionadas às práticas do urbanismo. Estes autores vêm refletindo sobre a noção de “espaço público”, entendendo a sua construção ao longo da História, a partir do ponto de vista das práticas urbanísticas, dando ênfase na reflexão sobre o cruzamento das

abordagens sócio-histórica, política e cultural e das questões relativas aos aspectos físicos, tipológicos e funcionais da cidade.

Vistos historicamente, os conceitos que envolvem a noção de “espaço público” parecem um pouco difusos, gerando uma possível confusão no seu entendimento atual. Esta confusão vem sendo alimentada por diferentes abordagens que envolvem as questões relacionadas com o gênero, espaço físico, espaço social e espaço de debate público, como nos mostrou Roncayolo (1997). Por outro lado, para Jolé (2002), socióloga e estudiosa na área, provavelmente esta confusão ocorreu devido à transferência de uma abordagem, feita talvez de maneira excessivamente mecanizada, dos enfoques das questões da esfera política (dentre as quais a noção de “cidadania”), para as questões físicas da cidade e conseqüentemente de seus “espaços públicos”.

2.2-Um breve resgate histórico

•Século XVIII : início da constituição de uma cultura urbana moderna

Joseph (2002) ressalta que a partir do século XVIII começou a se constituir uma cultura urbana , em oposição ao espaço de poder da corte e da Igreja. Essa cultura urbana e “burguesa”, se construiu nos ambientes acadêmicos, na sociedade erudita e nos salões e cafés. Foi uma cultura de emancipação da corte e de seus rituais, e se desenvolveu primeiramente em um contexto misto (feminino e masculino), principalmente na França, onde os cafés passaram, na época, a acolher as mulheres.

Um dos fundamentos que esta sociedade urbana tomou para si, a partir do século XVIII, e que Kant resumiu, assim como Foucault muito comentou, foi o “uso livre e público da razão”. Além disso, como Norbert Elias mencionou, passou a existir

assim, “uma auto-regulação social e não mais psicológica”, onde todos tinham agora o direito à palavra.

O que ressaltam autores tão diferentes quanto Bobbio, Arendt, Habermas, Elias e Joseph é o entendimento de que o espaço público, a partir do século XVIII, começou a se constituir como um espaço de debate, onde era decisivo não apenas a possibilidade de um uso livre da palavra, mas também a possibilidade da existência de uma igualdade das “vozes” na esfera pública, permitindo a instauração de uma capacidade social de se auto-regular.

• Primeiro momento de tematização da noção de espaço público - século XVIII / XIX

A importância da contribuição do século XVIII para a “nova” cultura urbana, segundo Viviane Claude (2002) foi evidenciada pelas mudanças ideológicas que estavam em curso na cidade neste período. Estas novas formas de entendimento da cidade levaram, conseqüentemente, a implementação de novas práticas de ordem social, assim como uma melhor “lisibilidade” das formas e claridade de usos. Destacam-se neste período, por exemplo, o ato de nomear ruas, datado em Paris, em 1728, e a numeração nas casas, em 1768, que contribuiu para facilitar a localização na cidade.

Através de planos de embelezamento implementados entre 1750 e 1800, as cidades começam a se estabelecer baseadas nos ideais de higiene, que se impõem em nome da preservação da saúde pública. Neste período se observa um grande esforço para implementação de condutores d’água, esgoto, além de outras melhorias de infra-estrutura da cidade.

Sobre essa questão, Bordreuil (2002) ressalta que os arranjos urbanos das primeiras calçadas, datados de 1782, foram propostos para solucionar o problema da desordem do fluxo. Estes arranjos visavam proteger o pedestre, além de assegurar uma melhor circulação de veículos, possibilitando assim uma melhor fluidez do sistema de circulação nos espaços públicos.

Neste sentido poderíamos então dizer que, entre os interesses e deveres individuais e coletivos, a Revolução Francesa (1790), foi um marco no processo de construção da moderna noção de “espaço público”, ao introduzir novas posturas civis, que incluíram uma nova forma de tematização dos espaços públicos, cuja noção passou, a partir de então, a ser relacionada com a noção de cidadania.

A partir da Revolução Francesa foi introduzido, como princípios da vida social as noções democráticas de “igualdade, fraternidade e liberdade”, modificando a própria maneira de se pensar e de se materializar a cidade. Esta nova postura começou a delinear a idéia moderna de cidadania, enfatizando assim uma nova compreensão da “vida pública”, e de direito e deveres a ela concernentes, como de usos, costumes, posturas, que levaram conseqüentemente a formulação da nova noção de “espaço público”.

De fato, a partir de 1789, observamos evidências do início da construção da noção moderna ocidental de espaço público, e um início de ruptura entre esfera privada e a pública, como nos mostra Sennett.



Figura 1: passeata anti-religiosa durante a Revolução francesa. Aquarela Béricourt, 1790

Importante sublinhar que a idéia de liberdade individual, e assim do direito de ir e vir e de cidadania (cidadão como sujeito com responsabilidades individuais e coletivas), interferiu na maneira da sociedade ocidental se relacionar com o espaço público, fortalecendo a noção de “nação”, ao mesmo tempo em que era despertada a atenção para a “necessidade” de espaços comunitários.

Outro ponto de mudança na cidade foi à introdução de certos benefícios, que permitiram que um determinado conforto coletivo passasse a existir na vida da cidade, marcado pela chegada de água e de gás, podendo ser observado, neste momento, o desenvolvimento na esfera privada, em paralelo ao crescimento da vida pública.

A noção de “espaço público” passou então, pouco a pouco, a se tornar cada vez mais viva da cidade, fazendo-se sentir no campo físico, onde os até então jardins particulares dos reis e de sua aristocracia passaram gradativamente a se tornarem de uso coletivo.



Figura2: Palácio de Versailles - o Jardim Barroco

Esta transição também foi sentida nas ruas, que passaram a partir deste período, a serem mais utilizadas, principalmente devido ao aumento do comércio. Esta intensificação dos usos públicos da rua possibilitou que as trocas sociais se tornassem mais significativas.



Figura 3: Rua de Paris, 1900. A vivência nas ruas.

Viviane Claude (2002), uma das autoras que recentemente se dedicou a refletir sobre a noção de “espaço público”, em relação ao urbanismo, buscou responder o que havia sido problematizado na esfera pública em diferentes épocas. Tentou compreender inicialmente quem estava formulando a problemática e quais haviam sido os determinantes que levaram a sua formulação. Ela salienta que: “é aqui que a história das idéias é interessante, pois nas idéias existem expectativas, os sonhos que fazem completamente parte da enquete histórica”.

Segundo a autora, o uso de certas palavras empregadas ao longo do tempo, apontam para a problematização de determinadas questões. Neste sentido, ressalta que não era propriamente uma questão se falar sobre espaço público no século XVIII. Neste século falava-se de rua, praça, e conjunto de vias, mas não exatamente de “espaço público”.

Poderíamos dizer que a noção de “espaço público” começa a ser delineada no Antigo Regime, como nos mostrou Bordreuil (2002). Ele coloca que no século XVIII, a noção de “espaço público” estava relacionado com a funcionalidade social que buscava de certa forma, manter uma ordem, através de um controle social.

Complementando esta reflexão, Sennett (1987), destaca que a relação do homem com o ambiente público já apresentava mudanças importantes na Europa, desde o século XVIII. Para o autor, a intensificação da livre circulação de indivíduos na cidade e entre as cidades, como consequência dos postulados igualitários, vieram a imprimir uma importante noção de circulação no planejamento urbano, a partir de então.

Vimos assim que, já no século XVIII, começam a surgir (apesar de hoje serem referenciados ao século XIX) três grandes princípios que viriam a contribuir na organização da composição urbana: a circulação, higiene/salubridade e a estética.

Tais princípios fizeram parte das reflexões da época sobre a organização e concepção dos espaços físicos da cidade.

Segundo Sennett (1987), no Iluminismo, os conhecimentos científicos quanto a circulação sanguínea e processo da respiração, levantados inicialmente por Harvey em 1628, influenciaram os planos urbanísticos em todo o mundo, inclusive a respeito da melhoria da estruturação da saúde pública. Novas idéias começaram a ser aplicadas aos centros urbanos, com a abertura de vias/artérias de circulação na cidade, determinando uma “identidade entre saúde e locomoção/circulação”. A compreensão do espaço público começava então a ser associada à livre circulação, o que levou Sennett a frisar que, neste período “o homem moderno [passa a ser], acima de tudo, um ser humano móvel”.



Figura 4: Boulevard des Capucines, Paris, 1900. Circulação de pessoas e carruagens nas ruas.

Referindo-se ainda ao século XVIII, Viviane Claude coloca que, a rua “é sobretudo um espaço preso em uma geografia de poderes”, poderes estes que envolviam questões relacionadas à política, religião, e as corporações, estando “essa geografia de poder associada à geografia econômica e social”

Longe de ser homogênea, a cidade do século XVIII “era um ponto no espaço vazio”. Ela possuía singularidades que possibilitavam a organização de atividades sociais e de controle (reuniões, intercâmbios, tráfego e controle). Neste sentido, é possível observar a existência de “sinais de novas práticas de ordem que contribuem para assinalar a importância do século XVIII para nossa cultura urbana”.

A autora destaca, neste período, o surgimento de um enfoque de racionalização da rua, que passando do plano das idéias, os engenheiros, médicos, arquitetos e urbanistas propuseram ser um espaço construído a partir de uma ordem técnica.

Para ela, era tênue a linha que separava o espaço público do privado, com lojas que abriam suas portas para as calçadas, e a intensa circulação de carros nas vias e cruzamentos. A rua era assim um lugar da rapidez, violência, insegurança, e até de acidentes, ocasionados pela grande circulação de veículos, homens e animais, sendo consideradas como um espaço de incertezas.

No entanto, as obras de infra-estrutura urbana, iniciadas neste período, possibilitaram uma transformação da forma física da cidade, utilizando o emprego de novas tecnologias oriundas da ciência hidráulica, da química mineral e da ideologia médica, com uma maior conscientização à respeito da higiene.

“A cidade entra em movimento, as formas desta organização passam enfim pela elaboração de planos de embelezamento e de salubridade concebido pelos arquitetos e engenheiros. Esses planos dão uma representação global da cidade, uma representação do futuro”.

Ainda em relação à questão da esfera pública, Sennett aponta que, no fim do séc. XVIII, os temas rousseauianos e a influência dos parques ingleses, levaram ao re-arranjo de diversos jardins. Mas, assim como Claude também havia apontado,

Sennett acredita que foi depois do segundo Império na França, com as obras de Haussmann e de Alphand, que começou se construir a definição das formas e dos modos de uso nos espaços públicos, que vieram a caracterizar o jardim “público”, presente desde então nas cidades. Porém, o debate só viria a tomar força significativa a partir de meados do século XIX, quando se iniciou realmente um debate mais específico sobre estas questões.

• **Revolução industrial (séc.XIX): mudanças na estrutura das cidades e nos seus espaços públicos**

Segundo Bordreuil (2002), o ideal de transparência da cidade, ocorrido na transição entre o século XVIII e XIX, era evidente, e possibilitou uma nova maneira de problematizar a cidade. Os centros passaram a ser legitimados e visíveis, possuindo “gares”, centros comerciais e a circulação de pessoas, capital, informações e trocas.

A partir da Revolução Industrial, que começou em momentos distintos, em meados do século XIX, em diferentes países europeus, mudanças econômicas e demográficas começaram a eclodir no espaço urbano. A cidade sai de seus limites, os subúrbios aumentam em tamanho e as fortificações tornam-se obsoletas, assim como os demais limites físicos, fiscais, sociais e religiosos.

Como se sabe, com a Revolução Industrial a cidade se desenvolveu amplamente, gerando um desenvolvimento pleno, inclusive de seus espaços públicos. Esta evolução ocorreu principalmente em função de determinados fatores, como por exemplo: a diversificação dos modos de construção que permitiram espaços maiores; a mobilidade e suas conseqüências sobre a materialidade da

cidade; a aparição do arquiteto como interventor de obras públicas, tais como museus, teatros, óperas.

Pode-se dizer que neste momento houve uma mudança na maneira de problematizar a cidade, vistas, por exemplo, através de novas leis sanitárias, com ênfase na saúde e higiene urbana, e de novas intervenções urbanísticas de regulamentação dos espaços físicos da cidade.



Figura 5: Circulação em Paris início século XX.

Traçando um paralelo entre a questão da higienização e a noção de “espaço público”, Claude (2002) aponta que o higienismo e o pensamento ecológico da cidade do século XIX abordavam o espaço público como um espaço livre, de isolamento e resguardo, local que possibilitasse a circulação de ar e a entrada de luz solar na cidade. Com destaque para os espaços entre as habitações, inclusive as situadas no interior dos espaços residenciais, que eram considerados também como espaços públicos.

Ao longo do século XIX verificou-se na Europa, e posteriormente na América do Norte e subseqüentemente na América do Sul, a proliferação de praças, parques, boulevardes, formalizando a própria noção de “lazer”, que vieram a introduzir e a materializar assim os locais definidos para tal fim.

Como se sabe, foi o então prefeito de Paris, (nos anos de 1853 a 1870), Georges Eugène Haussmann, quem desenhou a transformação da cidade de Paris. “Esta transformação respondeu as exigências da Revolução Industrial e de suas conseqüências econômicas, sociais e culturais”. Como princípios do urbanismo haussmannianos podemos destacar: “a higiene, a segurança, a rapidez de comunicações e a moral pública”.

O fim do século XIX foi o período da comunicação universal, e, portanto, a circulação, que antes era deficitária, devido ao complexo sistema medieval de ruelas estreitas, mais adaptadas ao percurso feito a pé e a carruagem, foi pouco a pouco se modificando através das novas propostas viárias, que garantiam uma nova comunicação entre os pontos da cidade e entre os quarteirões, até então constituídos como áreas autônomas.

Conjugada ao debate acerca da circulação urbana, a proposta de higienização da cidade foi também um dos pontos muito discutidos. Nessa época via-se a necessidade de abrir amplas ruas e espaços verdes, que permitiriam a entrada de luz e de ar na cidade, diminuindo assim a proliferação de epidemias e as altas taxas de mortalidade. Além da preocupação higienista, um outro objetivo da reforma do sistema de vias propostas por Haussmann, foi o de assegurar a paz social na cidade, na tentativa de acabar com a insegurança nas suas ruas. Através da reorganização do sistema de vias, as novas ruas amplas, substituíram as antigas ruelas tortuosas que favoreciam o perigo.(Haussmann in Choay, 2000).

Em relação aos espaços livres, voltados para o lazer e a contemplação, além de serem representativos como espaços disseminadores de salubridade e assim da defesa da vida humana, materializavam também a representação do poder do governo, podendo destacar a implantação de uma série de praças e de importantes

avenidas, que marcavam com sua monumentalidade a afirmação do poder. Neste período, possivelmente movido pelo pensamento humanista, que defendia que todas as classes da população de Paris deveriam ter acesso as áreas verdes, foram criadas as “promenades exteriores”, localizadas nas periferias da cidade, como o “Bois de Bologne” e o “Bois de Vincennes”. Estes espaços foram destinados à parte da população que estava longe do centro, mas que nem por isso seria impossibilitada de ter acesso a locais destinados ao lazer. Acreditava-se que, nestes locais, a população destinaria parte de seu tempo livre. Diferentemente das promenades localizadas no centro de Paris, a proposta destes novos espaços verdes, afastados do centro de Paris, tinha como objetivo engrandecer, transformar e embelezar a cidade como um todo.(Hausmann in Choay, 2000).

O serviço de iluminação pública também acompanhou as mudanças das áreas públicas de Paris. Sua função não se reduzia meramente a iluminar e garantir a segurança noturna, mas passaram a participar, juntamente com outros elementos, como a vegetação e o mobiliário urbano, do embelezamento da cidade. Destaca-se a contribuição dos projetos de Alphand para as áreas públicas de Paris em 1859, que desenvolveu uma proposta estética que ordenava os pontos luminosos em um mesmo nível, dispostos em linha a fim de criar perspectivas interessantes.

Portanto, pode-se então dizer que o período do governo de Hausmann foi a época de afirmação da esfera pública, não somente quanto ao seu caráter político-social, mas também como a seu caráter institucional e jurídico. “O período dos grandes trabalhos” marcou uma mutação do status jurídico reservado ao domínio público e a codificação de seus usos”, podendo-se apontar também um crescente interesse privado na cidade e conseqüentemente nas suas ruas, que apresentavam

intensa efervescência pela circulação de pessoas e situações. (Hausmam, in Choay,2000).

Bordreuil (2002), ressalta que os equipamentos comerciais implantados nesta nova Paris permitiam que o capital circulasse facilmente. O espaço público era assim um lugar propício para a ocorrência das mais diversas trocas, sendo o local de possibilidade de circulação de capital, pessoas, informações e mercadorias.

Destacamos a importância do desenho da rua que, assim como a instalação de mobiliário urbano e o plantio de árvores, foi um dos signos que apontou para as novas práticas sociais, como, por exemplo, a “flanerie”, que representava o prazer de passear descompromissado na cidade. A existência da figura do “flaneur”, descrito na literatura de Baudelaire, pessoa que circulava livremente nas ruas da cidade, movida pelo simples prazer de ver coisas, pessoas e situações, só foi possível devido à formação desta atmosfera de intensa circulação de pessoas e informações, que foi tomando corpo na cidade a partir da revolução industrial. Importante ressaltar que esta figura não surgiu espontaneamente, mas graças a um espaço que foi organizado e sinalizado para a “nova” sociedade civilizada, materializada mais significativamente nas “promenades” urbanas. Neste ponto pode-se dizer que o “flaneur” não existia antes das reformas de embelezamento urbano da época de Hausmann, uma vez que o modo de comportamento do “flaneur” “solicitava” um espaço urbano e dinâmico, mais do que um simples “espaço verde”. O território do “flaneur” era o boulevard parisiense, que mesmo possuindo áreas verdes, abarcava um espaço complexo, contrastado por informações visuais, oriundas de diversas situações cotidianas ocorridas no território urbano.(seminário do Centre Interrégional de Formation Professionnelle de Paris, 2000-2002)

Neste ponto, Claude (2002) ressalta que este modelo “ideal” de rua ficou validado por um longo tempo, devido a uma série de normas estabelecidas e impostas por um corpo profissional. De certa forma, podemos colocar que esta tipologia continua influenciando, até os dias de hoje, as práticas urbanísticas.

A preocupação de Haussmann com a questão da circulação, como já ressaltado, colocou em destaque a tematização e debate sobre o espaço público. Neste período foi observado uma evolução do meio de transporte, com a introdução do transporte comum - o ônibus a cavalo, que evoluiu posteriormente, em função das transformações tecnológicas, para o transporte elétrico e em seguida para o automóvel. Estes novos meios de transporte intensificaram a circulação de pessoas nos espaços públicos.

Assim, a formalização e o estabelecimento das vias, com a supremacia do automóvel e do transporte coletivo, segundo Claude, delinearão o campo de experiências do espaço no tempo, onde, pouco a pouco, se observa a desqualificação da caminhada, dando lugar a outros meios de deslocamento no espaço.

Segundo a autora, os problemas evidenciados no período precedente e que permanecem como problemática até a atualidade, foram resultados da exclusão do pedestre de certos setores, reconhecidamente de domínio público, como por exemplo, as vias e as zonas de atividades periféricas. Neste sentido, ela aponta que a mobilidade e a velocidade foram fatores que alimentaram os conflitos relacionados com ocupação dos usos do espaço, bem como o conflito entre o carro e o pedestre.

Importante ressaltar que a circulação foi problematizada, em um primeiro momento, ligada às preocupações com melhoria das condições de vida trazidas pelos médicos higienistas. Segundo Foucault (1977), esta busca de melhoria da

saúde na cidade, ao qual ele chamou de “medicina urbana”, foi “afetada pelo intenso processo de urbanização ocorrido após a revolução industrial”.

Como primeiro objetivo da medicina urbana, Foucault destacou “a análise das regiões de amontoados, de confusão e de perigo no espaço urbano”, que fez surgir uma preocupação com um ar mais saudável na cidade, construindo assim ruas e espaços verdes. Na visão de Foucault “neste momento o mais importante não era o controle da circulação de indivíduos, mas sim o controle “das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar”. (Costa,2004).

• Final do século XIX: o que muda no âmbito público com a tematização da circulação

Com a introdução do automóvel no fim do século XIX, juntamente com a ênfase na discussão sobre a questão da circulação na cidade, poderíamos colocar que passaram a existir outras formas de relações nos espaços públicos, deixando transparecer uma intensificação na sua utilização, imprimindo assim um caráter dinâmico na vida da cidade.

Preocupado com o crescimento da cidade, Cerdá (1815/1876), começou a refletir sobre a circulação e expansão das cidades, formulando teorias que foram publicados em seu livro “Teoria geral da urbanização” sobre as ampliações das cidades espanholas, dando atenção especial a cidade de Barcelona. Nesta mesma direção, Hénard (1849/1923) publicou mais tarde “Etudes sur les transformations de Paris” e Raymond Unwin lançou em 1909 “Town planning in Practice” no qual também mostrava suas reflexões sobre a problemática das cidades.

Para estes primeiros urbanistas, a cidade era como um corpo humano, uma máquina complexa, que provavelmente só seria sanada com uma urbanização

perfeita, como Cerdá destacou. Para tanto, em 1859, previu em seu plano (revisado do original de 1855) para Barcelona, ruas com 14 a 20 m de largura, com áreas destinadas a pedestres e aos veículos, onde ele desenvolveu e empregou a idéia de anéis viários em torno da cidade. Anos mais tarde, esta idéia iria influenciar outros planos urbanísticos, como a “Ringstrasse” em Viena.



Figura 6: Plano de Cerdá para Barcelona 1859 (esquerda) e imagem hoje.

Para Choay, porém, Hénard “foi sem dúvida o maior urbanista visionário: devemos a ele a primeira teoria geral de circulação”, que viria a anunciar o status da rua moderna.

Hénard desenvolveu diagramas para as grandes cidades européias, enfatizando modelo de anéis viários que buscavam resolver os problemas decorrentes do já inadequado sistema viário herdado de Haussmann, permitindo assim a penetração nas cidades e a sua expansão.

Em seus estudos sobre Paris, entre 1903/1909, o urbanista se preocupou em canalizar todos os elementos de infraestrutura que permitiriam “uma cidade sadia e moderna, como o ar puro e a água potável, para depois adotar as canalizações das comunicações, como o telégrafo e o telefone”.(Costa,2004).

Esse processo de modernização dos novos meios de transporte e circulação baseou-se em uma construção progressiva de um sistema de regras de usos que tangenciava diversos fatores, como os veículos, o espaço físico, os comportamentos humanos e que, entre outros, alcançava desde os objetos técnicos, até os dispositivos espaciais, às representações, a dimensão cognitiva, os hábitos e comportamentos humanos.

Claude (2002), conclui que “a história dos espaços públicos mostra desde então a concomitância permanente que existe entre o espaço público - matriz de práticas e objeto de especulação (sobre a cidade, a sociedade e o seu futuro), e espaço público - objeto material em transformação”.

Importante ressaltar que, conforme apontou Choay (1988), e tanto detalhou Claude (2002), ao longo do século XIX, as reflexões e teoria sobre a cidade, assim como suas intervenções urbanas, estavam pouco preocupadas com o conceito de espaço público, que até Haussmann e Cerdá, era abordado principalmente ligado às questões de circulação.

Observamos que algumas heranças dos pensamentos, e efetivamente as intervenções urbanas do século XIX, auxiliaram na construção da noção de “espaço público”. Primeiramente, o “espaço público”, foi pouco a pouco sendo percebido através de uma visão global e integradora, mas que veio se desdobrando para “buscar separar-se” em diferentes “enfoques”. As vias públicas passam a ser classificadas e hierarquizadas a partir dos estudos sobre tráfego e circulação, como já apontava Cerdá. A rua passa então a ser vista como parte de um sistema, que poderia ser decomposta em outros “sub-sistemas”, como proposto por Hénard. A rua ideal, estrutura assim, os sistemas de água, gás, esgoto, transporte, telefonia,

eletricidade, cada qual com sua lógica específica, mesmo que conflitantes, mas integrando a totalidade da cidade.

No sistema mais amplo, o espaço público passa a ser considerado, não apenas como sendo prismas de ventilação e insolação entre os edifícios, mas também como uma série de “áreas livres”, residuais dos processos de renovação do tecido urbano ou deliberadamente planejadas como tal, atendendo assim aos preceitos higienistas.

Assim, vemos nas primeiras décadas do século XX uma nítida preocupação com estes “espaços livres públicos”, que recebem diferentes tipos de tratamentos paisagísticos, gerando um “sistema de áreas verdes”, com novas praças e grandes parques urbanos, que buscaram “costurar” as possíveis desarticulações de território urbano. (Pereira,2003)

• As contribuições de Camillo Sitte, Ebenezer Howard, Raymond Unwin, para o debate sobre a questão do espaço público:

O urbanismo culturalista, ao qual estes urbanistas podem de algum modo ser associados, contribuiu também substancialmente na elaboração da noção de “espaço público”, principalmente nas abordagens morfológicas iniciadas por Camillo Sitte e nas teorias anglo-saxônicas das cidades-jardins de Ebenezer Howard, delineadas por Raymond Unwin, que mostrou magistralmente essa associação entre “espaço público” e “áreas verdes”.

Em relação a Camilo Sitte (1843/1903), ele foi um dos primeiro a criticar as transformações funcionais da cidade e a forma de planejamento de “Ringstrasse”.

Antes de suas reflexões influenciarem decisivamente as idéias das cidades-jardins inglesas, os escritos de Sitte (1889) inspiraram uma geração de urbanistas alemães, e de diversos projetos de extensão de cidades.

Já neste período, Sitte começou a perceber que a questão tipológica das ruas e praças vinha ocupando o campo das reflexões sobre a cidade. Ele observou que esta preocupação estava pautada muito mais em um viés funcionalista do que nas questões das vivências e das experiências sociais e individuais no espaço urbano.

Com uma visão idealizada, ele lembrava que “uma cidade deve ser construída de modo a proporcionar a seus habitantes, segurança e felicidade”.

O autor colocou que, a função racional dos locais públicos seria, principalmente na questão higienista, proporcionar a entrada de ar e luz nas moradias. Mas, em sua visão, estas questões deveriam ser abordadas de forma diferenciada, como feita na antiguidade, onde as praças, assim como os mercados, teatros e inclusive os conselhos que ocorriam ao ar livre, desempenhavam um papel importante na vida pública, tendo uma dimensão mais política e social e menos programada em funções racionais. Já nesta época ele apontava para a privatização dos antigos espaços públicos que abrigavam os mercados: “hoje, elas [as praças] servem no máximo como locais de estacionamentos de veículos e não tem nada a ver com as casas que dão para elas. [e onde]... uma multidão agitada não circula mais”. (Choay,1998) Com o intuito de combater esta “realidade”, Sitte propôs que as praças deveriam ser caracterizadas como um espaço fechado, o que segundo ele, produziria um efeito harmonioso. Competiria ao artista e não ao técnico ou higienista, desenvolvê-la, o que já demonstrava uma forte crítica à proliferação das idéias de Haussmann. Para ele, “um espaço fechado é a condição mais essencial de qualquer efeito artístico e, no entanto, é hoje ignorada pelos que elaboram os planos

urbanos”. (Choay,1998). No entanto, constatamos que o conceito da praça fechada de Sitte, já revela uma estreita associação entre forma física e forma social, que não só se tornaria hegemônica como não foi frontalmente criticada.

Ele questionou ainda a perda das relações entre cidade e o lugar público com os cidadãos: “Em nossa vida pública, muitas coisas transformaram-se irremediavelmente, por conseguinte, muitas formas arquitetônicas perderam sua importância de outrora. O que podemos fazer se os acontecimentos públicos são hoje contados nos jornais, ao invés de ser proclamados, como nos tempos antigos, na Grécia e em Roma .O que podemos fazer se os mercados abandonam cada vez mais as praças para fechar-se em construções de aspecto pouco artístico ou para transformar-se em vendas ambulantes a domicilio?”(CHOAY,1998).

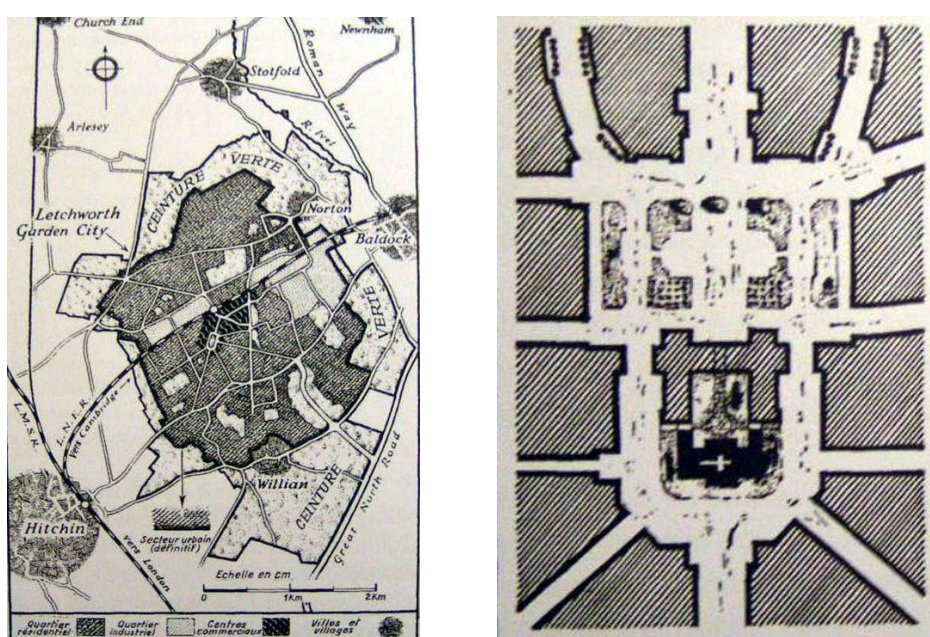
Como já mencionado, os estudos de Sitte muito influenciaram as reflexões do século seguinte, inclusive os ideais das cidades-jardins desenvolvidas por Ebenezer Howard (1899).

Apesar de não ser urbanista, Howard (1899), planejou o funcionamento da Cidade-Jardim baseado nas reformas de aspectos sócio-econômicos, políticos e administrativos das cidades inglesas no final do século XIX, criando, inclusive, um diagrama sobre o funcionamento das atividades sociais dentro do espaço físico da cidade.

Foi, porém, R. Unwin quem interpretou seus ideais, conjugando-os com a visão estética de cidade trazidas das idéias de Sitte. Em seu plano da “Cidade-Jardim” de Letchworth (1902), na Inglaterra, Unwin buscou condensar os ideais progressistas de Howard, voltando-os para as práticas sociais de um mundo já industrializado, mas dentro de um espaço físico cercado de verde, com inspirações estéticas da vida comunitária do período medieval. Pode-se pensar que durante um

certo período, sua proposta se baseava em uma percepção fragmentada da cidade, introduzida pela classificação de fluxos, mantendo, todavia a visão de um todo “homogêneo”, agora garantida por uma “muralha verde” das zonas agrícolas.

Ao mesmo tempo, Unwin acreditava que a nova cidade deveria ter vantagens da vida urbana moderna, mais dinâmica e ativa que a vida no campo, mantendo, porém as características sensíveis, como a qualidade de vida e a proximidade com a natureza.



. Figura 7: Plano da cidade-jardim de Letchworth, Inglaterra 1902 e praça central da cidade.

Choay,(1996) apontou que os culturalistas, citados aqui, não visavam apenas conservação nem tampouco a idéia congelada de cidade histórica, “mas, sim, extrair experiência quanto à sua estética e conforto”, transpondo e adaptando suas idéias para as cidades modernas.

A relação entre a maneira destes urbanistas pensarem o espaço físico e, sobretudo, problematizar a relação entre as áreas públicas da cidade e de seus cidadãos, dando demasiada importância às formas físicas, foi analisada pelo cientista político Gaudin (1991) que alertava: “esses urbanistas reforçaram a

tendência de considerar dentro de um mesmo movimento a cidade e a sociedade, o social e o espacial,... dando abusivamente lugar ao que se pode chamar de determinismo ecológico, onde o meio urbano é responsável para determinar os termos da vida social. (Daher,2003).

Porém, Howard, dadas as suas convicções políticas, foi um dos principais disseminadores da idéia de cidade sob uma visão não apenas das elites, mas vista como um espaço democrático, aberto às possibilidades dos indivíduos em exercer sua cidadania, mantendo, entretanto a nostalgia de um “esquema comunitário”, onde os planos urbanísticos não se limitariam às questões funcionais e estéticas, mas envolveriam toda a vida social.

De forma mais atenta às especificidades locais e culturais, e apostando em uma revolução científica e tecnológica e no progresso, esses urbanistas propunham equipar a cidade com serviços coletivos que atendessem a população na área de saúde, educação, circulação, lazer e moradia, saneamento. Como destacado por Gaudin:“...a transformação da vida urbana é considerada pelos urbanistas não somente o vetor do progresso, mas também pela celebração de uma memória, visando a constituição de uma identidade coletiva que possa oferecer pleno sentido a cidadania e fortificar a sociedade local.”

- **.As contribuições de Jurgen Habermas e da escola de Chicago para o debate sobre a questão do espaço público**

Buscando refletir sobre as tradições da filosofia e das ciências sociais, para o debate contemporâneo sobre espaço público, Michèle Jolé (2002) salienta que os anos 80 marcaram o primeiro momento significativo de discussão sobre a temática “pública” com a difusão do trabalho de Juergen Habermas (1978), quando se

observa que alguns autores das ciências políticas, das ciências sociais e do urbanismo passaram a se utilizar dessa noção.

Habermas (1978) se referiu ao século XVIII justamente como um século de crítica, quando o gosto do público passa a exprimir a subjetividade da sociedade através das críticas de peças teatrais, pinturas, musicais e literatura. Este novo tipo de interrogação e de elucidação subjetiva passou a fazer parte de um domínio público das decisões. (CIFP-Paris,2000-2002).

Além da tradição européia sedimentada a partir dos escritos de E. Kant, Joseph (2002) mostrou que, uma segunda tradição que levantava o debate sobre a questão do espaço público, que tomou corpo na Escola de Chicago (Grafmeyer,1991), com a idéia de “ecologia urbana”, herdada de uma tradição pragmática norte-americana nos anos 20, presentes nos seus estudos. Para se entender esta idéia, seria preciso compreender os ensejos políticos que envolviam os trabalhos sobre a cidade nesta tradição, que não se limitava apenas em pensar uma população e seu território, mas se interrogava sobre a variedade de populações em um mesmo território, marcando um interesse no todo. É importante destacar que, neste período, como mostrou Grafmeyer (1991), a organização social das metrópoles apontava para a reflexão sobre a co-habitação e a co-presença de populações diferentes em um mesmo território. (Joseph,2002).

As discussões da Escola de Chicago abordaram questões relativas à sociedade e a mobilidade nas cidades. Podem ser destacados, como uma das grandes influências nestas discussões os estudos de Simmel. Estes estudos procuravam abordar os novos padrões de sociabilidade e de contatos sociais possíveis na cidade, levantando as discussões sobre a mobilidade e a relação do indivíduo com a grande cidade. Neste sentido foram abordadas as questões sobre o

anonimato e sobre as múltiplas personalidades que cada indivíduo se propunha a estabelecer, passando assim a representar uma identidade diante de um grupo social. Estes múltiplos contatos sociais colocariam o indivíduo em contato com situações diferentes e grupos distintos, alimentando e fazendo-o à medida que aumentassem as trocas de experiências.

Importante destacar a relevância do espaço público, enquanto espaço físico, que possibilitava ou favorecia a existência destas práticas. Ele seria palco de possibilidades de trocas de experiências sociais, tornando-se um espaço social. Em relação à mobilidade, poderíamos dizer que o indivíduo da metrópole passa, pouco a pouco a se tornar um indivíduo móvel. Esses contatos impulsionariam o seu movimento, permitindo a existência das multiplicidades de deslocamentos, envolvendo todo o território da cidade, permitindo assim que nestes locais livres públicos passassem a existir regras de civilidade e de comportamentos.

Como já havia sido mencionado por Gaudin (1991), e que Roncayolo (1997), um dos primeiros a estudar a tradição da Escola de Chicago na França, tão bem coloca, “é a partir do exemplo americano, Chicago, que em 1920 Burgess construiu um primeiro modelo que deu conta da repartição de grupos sociais de uma grande cidade. Utilizando os métodos e as noções das ciências naturais, sobretudo a ecologia vegetal, Burgess mostrou como por um jogo de competição, se constituía os “ares naturais”, homogêneos, definidos pela presença de grupos sociais determinados. Estes ares do espaço, não são mais que a expressão de um processo que os diferencia e que os fazem se descolar do interior para o exterior da cidade, no curso de um crescimento.(Roncayolo,1997) Park, que, junto com seus colegas da Escola de Chicago, iniciou os estudos sobre a ecologia urbana, colocou que: ”a cidade é finalmente o habitat natural do homem civilizado.

“É a escola de Chicago que vem de uma situação histórica determinada (o crescimento urbano americano no começo do século) e de um caso privilegiado, Chicago dos anos 20, de re-prender estas teses, de dar uma construção teórica aonde a cidade vem a ser o objeto central. Ao contrário de Burgess e Park, o estudo dos mecanismos sub-sociais e inconscientes de concentração, de competição e repartição de grupos em “áreas naturais“, Wirth se interessa então pelos comportamentos, pelas condutas individuais e coletivas, mesmo se elas se fundem nas características ecológicas da cidade (a aglomeração, tamanho, densidade e a heterogeneidade social). Seria o “urbanism way of life“, que constrói o esquema de uma sociedade urbana na qual a sociologia americana não estaria trazendo o aporte com as relações que os complementa.”

2.3- O caso da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX, uma breve introdução à questão da materialização dos espaços públicos

Analisando a cidade do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX, Rosa Maria Araújo (1993) traçou um panorama das relações da família com a rua, enfatizando o contexto público, em contraponto com as relações sociais na esfera privada. A autora mostra que, antes da virada do século XX, os “logradouros públicos” no Rio de Janeiro eram, em sua grande maioria, pouco investidos esteticamente, com ruas estreitas e consideradas sujas, tendo espaços verdes pouco convidativos.

Pode-se dizer que até a proclamação da República, embora já se percebesse uma série de iniciativas de valorização dos espaços livres públicos e de atividades de lazer, a casa representava a estabilidade, o controle, a calma, e era entendida como lugar de proteção, em oposição a rua, que representava a imprevisibilidade, a

desorientação, a decepção, a permissividade.

Como resume Araújo: “até o fim do século XIX a rua representava, para família tradicional, uma forte ameaça ao equilíbrio, capaz de corromper seus valores morais e desintegrar sua solidez como instituição.”

De modo global, e que poderia ser empregado no caso do Rio de Janeiro, Sennett (1988) coloca que “a família burguesa do séc. XIX tentou preservar uma certa distinção entre o senso da realidade privada e os termos muito diferentes do mundo público exterior ao lar.”

Porém, esta relação começou a se modificar, inclusive no Rio de Janeiro, fazendo emergir um novo relacionamento de “descompressão” entre o espaço da casa e da rua. A instituição familiar passou a dar mostras de novos padrões de comportamento social, começando então a freqüentar a rua e a modificar o seu estilo de vida. Percebe-se, uma série de fatores interligados que provocaram estas mudanças, como por exemplo: a maior autonomia das mulheres; a valorização da criança; a diversificação das oportunidades de trabalho; o maior acesso a serviços comuns; a expansão da rede de transportes, entre outros.



Figura 8: Rua da Carioca 1848 – imagem de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro

Como Velloso (2004) tão bem apontou, “as primeiras décadas do século XX constituem-se em referencial elucidativo para se pensar a história da cidade. As reformas urbanísticas empreendidas durante a gestão de Pereira Passos (1903-1906) prefeito da cidade, configuram-se na historiografia como marco instaurador da nova ordem urbano-industrial. Inicia-se, a partir daí, a intervenção do Estado na cidade, acelerando-se o processo de estratificação social do espaço (Velloso,2004), tendo como “principal conteúdo do programa de governo” a “regeneração” urbanística, higiênica e social da capital (Del Brenna,1994). Vimos neste momento, a cidade passar por uma transformação estética e funcional, construída a partir de um discurso baseado nas questões de embelezamento e melhoria das condições sanitárias, que permitiram o aparecimento das discussões sobre as funções do espaço urbano e o lazer no âmbito público.

Sob influência das obras haussmannianas de embelezamento e higienização da cidade de Paris, já citadas anteriormente, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos iniciou uma série de obras de regeneração na cidade.

“A maior transformação por que passou a cidade do Rio de Janeiro, em toda a sua história se verificou de 1903 a 1906, no governo Rodrigues Alves, que teve como auxiliares na execução de benemérita obra os ilustres brasileiros: Oswaldo Cruz, na higiene; Pereira Passos, na Prefeitura; Paulo de Frontin, na abertura da avenida Rio Branco e desmonte do morro do Senado; Francisco Bicalho, na construção do Cais do Porto e prolongamento do Canal do Mangue. (Del Brenna,1994).

Foram nos primeiros anos do século XX, que modificações significativas começaram a tomar corpo na cidade: em 1904 Paulo de Frontin abre a Av. Central. Neste período, constrói-se o primeiro aquário marinho no Passeio Público, o que

demonstra a noção de lazer ligado à instrução do cidadão; inicia-se uma intensa ação de arborização nas ruas; assim como a implantação de diversas áreas verdes na cidade. Essas mudanças refletiram e deixaram transparecer o desejo do então governo de “civilizar” os indivíduos da cidade, acompanhando “as tendências da Europa, considerada como modelo de civilização e desenvolvimento”.



Figura 9: Av. Central, fim século XIX/início século XX

O plano urbanístico teve como proposta principal a estruturação da cidade e de sua sociedade, “civilizando” o comportamento e os costumes da sociedade carioca.

“É visível o esforço do mapeamento da cidade viabilizado por meio de rígidos padrões civilizatório-espaciais”(Pimenta,2004). Neste sentido, “A república pôs em prática a proposta de estruturação do estado Nacional tomando a capital como modelo para adotar seu programa de ordem, desenvolvimento e civilidade (Barbosa,1993).

De acordo com Velloso (2004), os relatos da época favoreceram a constituição de uma memória calcada no imaginário dos “produtores de espaço”, tirar total, auto-atribuídos da “função de construir o moderno espaço urbano no Rio de Janeiro”, onde a “imposição de um padrão homogeneizador de cultura

contrastava fortemente com a dinâmica dessa realidade, marcada pela mistura cultural”.

“No Rio de Janeiro, a instauração do moderno espaço urbano durante a gestão do prefeito Pereira Passos deixa clara essa perspectiva, centrada no predomínio da visão dos chamados “produtores de espaço”.

Porém, paralelamente ao esforço de normatização dos modos de viver na cidade, começa-se a observar uma ascendência da esfera pública, chamando a atenção para: “a percepção do conjunto dos cidadãos sobre o moderno espaço urbano, mais especificamente a percepção das camadas populares”. Para Velloso (2004), “essa percepção traduz visões esclarecedoras sobre o urbano, possibilitando entender outras espacialidades e temporalidades latentes no Rio de Janeiro do início do século XX”, apesar do “fato de o Estado propôr-se a regulamentar, controlar e coibir o espaço das camadas populares”.



Figura 10: Carnaval nas ruas – 1917 (MIS)

Neste sentido, a autora coloca que “esses fragmentos de lembranças e de memórias pertencentes a estruturas informais compõem uma rede extensa de

sociabilidades” e podem ter sido silenciadas ou passadas despercebidas na história da cidade.(Pimenta, 2004)

Para ela, o Rio de Janeiro, na condição de cidade-capital, “funcionava simultaneamente como pólo captador e irradiador de culturas, apresentando um clima de forte efervescência de idéias e de práticas culturais, muitas vezes intercambiantes.

Com a implantação da reforma urbana, um novo cenário social se abriu. A construção e a valorização de um “sistema” de áreas de lazer/públicas para a cidade, que objetivava aumentar as trocas sociais e “civilizar” os indivíduos, foi crucial para tal fato. O uso dos espaços públicos, incorporado no cotidiano dos cidadãos, não era usual até então, e a abertura de novas vias, assim como o investimento na remodelação e criação de áreas verdes, estimularam novos costumes sociais.

Observa-se assim, uma transformação da cidade, passando de uma feição colonial para uma metrópole progressista, onde a família, apesar do conflito interno que esta passagem gerou, passou a assumir uma nova postura e conseqüentemente um novo papel social. Entre o velho e o novo, mantiveram-se algumas tradições e abriu-se mão de outras para adaptar-se ao cosmopolitismo dos novos tempos, que as cidades capitais do mundo inteiro buscam espelhar.

“A cidade modernizada estimulou a família a usufruir do espaço público tornando-a mais consciente de seus direitos de circular na rua com segurança, numa atmosfera saudável onde pudesse passar boa parte das suas horas de lazer.O estilo de vida carioca atravessou um longo processo de transformação impulsionado pela acelerada urbanização do Rio no início da república. A mudança de valores familiares se faz notar ao observarmos que os padrões de comportamento

tradicional vão aos poucos dando lugar a uma forma mais moderna de convívio social, solidificada na década de 20.(Barboza,1993).



Figura 11: Praia do Flamengo (sem ano)

Estes novos ares da vida na cidade, trazidos pelas transformações urbanas, influenciaram novos comportamentos sociais que possibilitaram ao cidadão a utilização mais intensa do espaço público. Estes novos hábitos da vida social na cidade, também foram marcados por festas institucionalizadas e eventos cívicos, como foi a “Batalha das Flores”, evento idealizado por Pereira Passos, que se realizava anualmente no Parque da Praça da República. Tal evento objetivava “chamar a atenção do povo para que freqüentasse os novos jardins da cidade.”

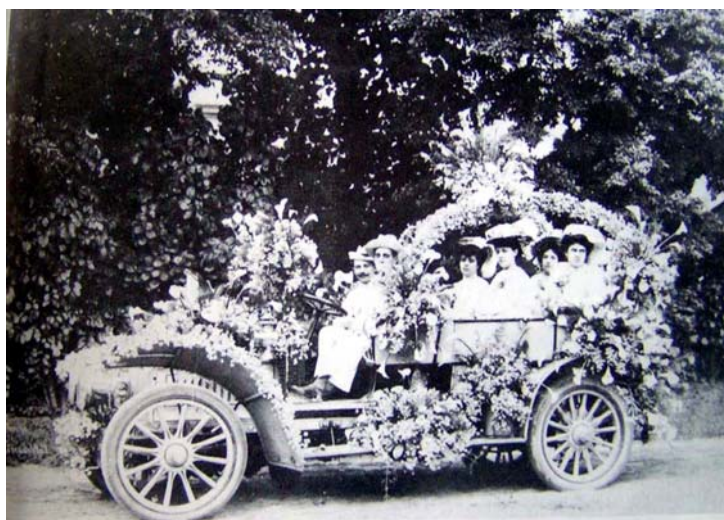


figura 12: Batalha das flores, Praça da República 1907 (foto Augusto Malta)

Antes das reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos, os encontros sociais aconteciam normalmente nos ambientes fechados e privados, muitas vezes ocorrendo inclusive, dentro do próprio seio familiar. A partir das reformas, começa a se construir uma nova forma de utilização do espaço urbano, transparecendo uma intensificação dos usos sociais nos espaços públicos da cidade.

A partir do início do século XX, a relação da família com a rua passa por uma transformação significativa. A rua, antes vista como local de perigo, se torna local de possibilidades de encontros e trocas, passando a ser espaço de lazer e prazer dos cidadãos, apesar da existência de diferenças sociais.

“A intimidade da família com a rua desenvolveu o gosto da comunidade pelo prazer, construindo uma identidade cultural do Rio. A atmosfera urbana de alegria e o culto do prazer marcaram esta fase de transformações, definindo o caráter de interação da família com a cidade, sem, contudo, esconder as contradições inerentes à deterioração do tecido social. (Barboza, 1993)



Figura 13: Av. Central, 1907 (foto Augusto Malta)

Diferente do que podemos ver no momento atual, nesta época a família também festejava no espaço público os “rituais nacionais”, organizados pelo governo, como o dia da Pátria, a data da Independência do Brasil, e da proclamação

da República, datas institucionalizadas. Fazendo um contraponto com os dias de hoje, poderíamos talvez afirmar que existe atualmente um esvaziamento da participação civil e do sentido patriótico destes ritos, que institucionalizavam a noção de pertencimento e de cidadania, vistos mais marcadamente no início do século XX. Esta consciência estava se construindo e se explicitava com mais clareza na celebração destas festas “públicas”.



Figura 14: festa institucional, início século XX.

Poderíamos dizer que a reforma de Pereira Passos gerou não só uma remodelação física no corpo da cidade, mas também gerou mudanças no seu corpo social e no corpo individual. Esta inserção de novos costumes modificou o entendimento sobre a noção e valorização do corpo do indivíduo, indicado pela intensificação das práticas de esportes e lazer ao ar livre.

Observamos assim neste período uma intensificação do uso dos espaços públicos, onde os parques e jardins tornam-se os “locais favoritos para o lazer ao ar livre”, mais do que os banhos de mar na praia, que não só ficava longe da grande concentração populacional no centro e na zona norte, como ainda não se impusera como o espaço de sociabilidade por excelência dos cariocas.

O Passeio Público como se sabe, já havia sido concebido em século XVIII, sendo o primeiro jardim planejado da cidade, ornamentados com obras de esculturas

de Mestre Valentim, e reformado pelo paisagista Auguste F.M. Glaziou em 1860, tendo uma concepção de um parque inglês. Assim, em meados do século XIX, remodelado e valorizado, torna-se um local importante, “onde as crianças poderiam brincar à vontade, sem receio de estragar ou abalar o espaço doméstico”, onde piqueniques, que durante o século XIX eram restritos à aristocracia, tornaram-se programas favoritos do Rio de Janeiro “civilizado”, e das camadas médias urbanas quando “podiam se reunir famílias, moças e rapazes da sociedade carioca. (Barboza, 1993)



Figura 15: Passeio Público, 1890

“A recuperação dos parques do Passeio Público e da Praça da Republica, coração verde do centro da cidade, a criação do grande parque de São Cristóvão, a construção dos novos jardins da Lapa, Glória e Botafogo, assim como a valorização da Floresta da Tijuca, fazem parte do programa da Prefeitura de “regeneração” da cidade, na linguagem dos cronistas da época.(Chiavari ,1994).

No início do século XX, o Rio de Janeiro, “embelezado” e “reformado”, intensifica o gosto pelo passeio ao ar livre, “promovendo interação social e valorizando esse tipo de lazer, como ocorreu em outras cidades do mundo através de programas de embelezamento e reformas urbanas (Barboza, 1993), e onde “a inserção de novos espaços verdes no tecido urbano assume a função de costurar

fragmentos de cidade e preencher os vazios deixados pela abertura de grandes avenidas. Para Velloso (2004), as praças ou as ruas da cidade passam a ser os lugares que condensam essa multiplicidade do urbano.(Pimenta, 2004).

Neste momento são criadas pela Inspectoria de Mattas e Arborização (dirigida por Julio Furtado, com a colaboração do “paisagista” francês Paulo Villon) algumas áreas verdes abertas ao público, como a Praia de Botafogo e “os [jardins] da Glória, Lapa e do Monroe, [que] mesmo não assinados por ele [Paulo Villon], testemunham sua influência. Todos obedecem ao esquema dos jardins–sanduíches franceses: ilhas verdes contornadas por grandes avenidas verdes. O verde projetado estabelece com o ambiente antrópico à sua volta uma relação finalmente moderna. (Chiavari,1994) Ao que tudo indica, o planejamento destas áreas objetivavam principalmente a produção de uma imagem da cidade que pudesse ser projetada internacionalmente, definindo “o conceito convencional de embelezamento [ligado] a confecção de imagens destinadas ao consumo.

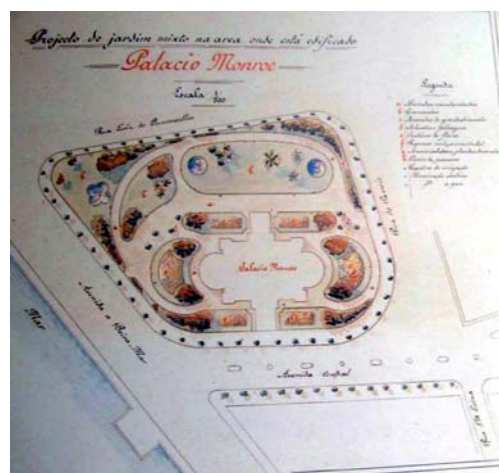
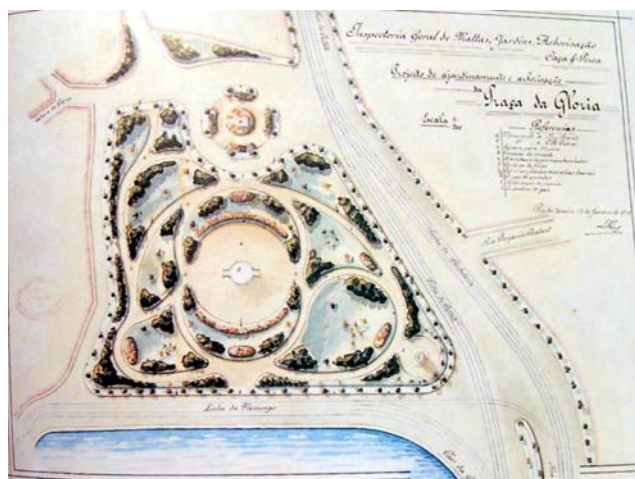


Figura 16 e 17: Praça da Glória e Palácio Monroe, 1904.

A implantação destas novas áreas livres, acessíveis ao público, foi antecedida por uma política de “limpeza da cidade”, que se constituiu pela retirada de grupos populares da área central. Objetivava, contudo, colocar em prática um exercício do

controle e de civilizar os habitantes desta “nova cidade moderna”. Importante ressaltar que em relação às questões sociais, não por acaso, estes projetos de embelezamento coincidiram “com uma socialização efetiva dos modos de fruí-los. (Chiavari, 1994).

“Nos novos jardins, são semeados equipamentos públicos para orientar diretamente as praticas neles adequadas à “saúde” e ao “prazer, onde “os equipamentos coletivos urbanos [que] passam a fazer parte da moderna cultura urbana brasileira. Os parques e avenidas tornam-se espaços privilegiados para festas, espetáculos, esporte, onde “tão importante quanto ver é ser visto”.

Retomando a questão do desejo de civilizar os cidadãos, destacamos a atenção para as legendas nos desenhos dos projetos para áreas abertas, que refletiam um forte desejo de disciplinarização dos comportamentos humanos. Elas indicavam: o planejamento de alameda, que orientavam o caminhar, a implantação de quiosques como locais destinados à música, e a proposta de colocação de viveiros de pássaros e aquários, cujo objetivo era educar o cidadão. “A legenda torna-se manual pedagógico, cujo aprendizado torna-se critério de urbanidade.” (Chiavari, 1994)

Em contra partida, Velloso ressalta que a virada do século XX foi também o período em que se iniciou a construção de um movimento de resistência a esta normatização do espaço físico e de sua sociedade, calcado nas “idéias que identificavam as camadas populares como organizadoras de cultura” e quando começa a ser observada uma “certa sensibilidade em relação ao registro das diferentes expressões culturais”.(Pimenta,2004) A autora considera que “o exercício dessa intermediação é particularmente significativo, mostrando outras possibilidades

de vivências do urbano”. Tais movimentos passam a ser expressos pelos cidadãos nas festas da cidade, “no sentido de imprimir marcas de pertencimento ao território”.

“Nas festas populares como o carnaval e a Festa da Penha, a mediação é reforçada pela atuação dos próprios foliões [e religiosos], que reterritorializam os espaços urbanos através de suas práticas simbólico-corporais.



Figura 18: Carnaval nas ruas do Rio, 1919

Nestas festas “vemos despontar outras espacialidades e inteligibilidades urbanas intermediadas pela moderna mídia”, onde é possível perceber “espaços dialogais entre distintos segmentos sociais”. “A cidade-capital, “geográfica”, “geométrica” e “panóptica”, passa a revelar as suas fissuras, permitindo entrever a organização de outros grupos sociais em cena. Tais grupos são detentores de concepções, de valores e de experiências sociais próprias”. “Daí a importância do espaço da festa, capaz de revelar sociabilidades que, inicialmente, passam despercebidas na rotina, mas acabam sendo integradas por ela, [e onde] essas sociabilidades urbanas no Rio de Janeiro não se constroem de forma isolada,” (Pimenta, 2004).

Neste sentido, seria importante salientar que a concepção do planejamento de Pereira Passos “não é compartilhada indistintamente pelo conjunto da

sociedade”.Cada indivíduo ou grupo social “produz percepções próprias, reelaborando e traduzindo valores de acordo com a sua própria experiência. As ruas não são, portanto, concebidas apenas como vias de acesso público nem os indivíduos podem ser considerados como meros transeuntes. Isso porque, já neste período, vimos iniciar uma “discussão conceitual sobre o espaço, possibilitando pensá-lo além do exercício meramente funcional entre os distintos grupos sociais (o que veremos com mais detalhes adiante). Ficando assim visível o início de uma reação “ao princípio de segmentação das esferas pública e privada que se deseja introduzir no moderno espaço urbano.

Neste ponto a autora ressalta a importância dos cronistas e cartunistas da época que “reforçam o exercício da mediação cultural numa ordem social partilhada.” Seria através de seus trabalhos que se torna possível visualizar “um novo ângulo para a compreensão da relação estado-sociedade, culturas de elites e culturas populares”, deixando transparecer “uma negociação contínua de interesses, propiciando, senão pactos e acordos, ao menos brechas de entendimentos e aproximações entre camadas populares, intelectuais e imprensa.(Pimenta, 2004)

A autora relembra que as crônicas, caricaturas, letras de samba e verbetes de gírias mostram nitidamente e de forma crítica o quão conflituoso foi o processo de instauração do moderno espaço urbano. Porém, expuseram também, “a dimensão comunicante dessas tensões, provocando o estreitamento de contatos entre diferentes modos de saberes e de expressão”.Para ela, os mediadores, situavam-se entre dois mundos sociais, vindo a concretizar, através de sua prática cotidiana, esse ir-e-vir pela cidade. “Nos seus registros, produzem esboços, fragmentos, indeterminações em que a tônica é dada pela momentaneidade.”

Para Velloso, “essa variedade de ethos e de papéis sociais marca indelevelmente a trajetória dos mediadores culturais, flexibilizando-os no exercício das negociações”. Ela considerava que “o lugar dos espaços intermediários [seria] de fundamental importância para a compreensão da dinâmica social brasileira”, uma vez que “o nosso próprio sistema cultural é marcado por uma dupla lógica de vinculação”. Esses relatos marcam de forma significativa o entendimento de cidade e deixam “vazar a presença de outros códigos culturais na cidade. Negocia-se constantemente com os modernos cânones organizacionais do espaço físico e simbólico, ao mostrá-los na sua frágil relatividade.”

- **A importância da rua carioca na virada do século XX:**

“Na modernidade, o espaço público haussmaniano apresenta-se como lugar privilegiado da intervenção do interesse público; o espetáculo situa-se nas ruas. Tudo se ordena em torno da rua, do bulevar, das praças e a partir do desenho desses. Essas se apresentam, portanto, como um dos lugares centrais da disputa dos diferentes grupos sociais. De acordo com as concepções difundidas pela cultura da modernidade, a rua se define como lugar de circulação de pessoas e de mercadorias. Essa idéia de um trânsito contínuo explicita-se incessantemente através de uma linguagem arquitetônica, cujos signos remetem ao deslocamento: setas, placas, sinais luminosos, autopistas e anéis rodoviários.



Figura 19: O transporte de bonde nas ruas da cidade (s/data)

No processo de reformas urbanas do período Passos, a abertura da Avenida Central (1905), representou um marco histórico, uma vez que desempenhou o papel de arejar “...não somente a cidade, como as idéias e hábitos. Com ela chegaram o cinema, o automóvel, o ônibus, que iriam tudo revolucionar e modificar. Ela “promoveu a paz entre a cidade e a família descontente com as más condições dos espaços públicos. (Barboza ,1993).



Figura 20 e 21: Rua do Ouvidor e Av. Central (promenade junto ao mar) (s/data)

Junto com a Rua do Ouvidor, a Avenida Central intensificou o prazer da flanerie, movida pela atração do comércio. Fazendo uma certa geografia dos

espaços de sociabilidade na época, Araújo salienta: “Estas duas ruas e a Avenida Beira Mar eram as mais concorridas para o lazer, sendo que a última substituía a atração das lojas e cafés pelo prazer de admirar a natureza.(Barboza ,1993).



Figura 22: Av. Beira Mar, 1906

Quanto à questão da valorização da paisagem natural a abertura da Avenida Beira-Mar foi significativa. Com seus 33m de largura, se localizava a margem do mar, sendo considerada durante anos, uma das mais belas avenidas do mundo, (Gama-Rosa, 2004).

Em 1919 é inaugurada a Av. Niemeyer, que se desenvolvia entre o mar e a montanha, o que desperta a atenção para o seu desenho tanto “na exploração do litoral, como paisagem urbana e como uma representação de cidade”. Começa a se delinear então a sedimentação da forte consciência da força da paisagem natural, que mimetizada com as novas intervenções urbanas, viria a reforçar a construção da imagem da então “cidade maravilhosa”. Seu desenho de valorização da paisagem do Rio se colocou décadas a frente das propostas do mesmo cunho de Le Corbusier. (Pereira, 2004)

Vimos à preocupação na relação da arquitetura com a paisagem existente, transparecida no exemplo da edificação do “Pavilhão das Regatas de Botafogo,

implantado diretamente sobre o mar, com o acesso por duas pontes leves”, sendo “na transparência do esqueleto estrutural que se repropõe a relação entre a cidade e o mar na vista da baía em toda sua integridade”. (Chiavari, 1994)

Neste momento começam a ser ressaltadas “as ruas como lugar do jogo das subjetividades, da constituição de imaginários e de representações cotidianas”, podendo dizer que elas “freqüentemente extrapolaram a esfera do controle institucional. Fica [então] patente a idéia das ruas como campo de batalhas simbólicas, onde convivem as esferas da ordem e da desordem, do legal e do ilegal”. (Velloso, 2004) A rua passou então a exercer uma espécie de fascínio, sendo o lugar das novas experiências, da possibilidade de trocas e surpresas. O homem passa a usufruir o espaço externo com um certo prazer – o prazer da flanerie, que desde meados do século XIX Baudelaire já descrevia, e aqui é resumida por Araújo: “a atração exercida pela vida na rua exacerba a conhecida vocação do carioca pelo prazer, especialmente estimulado pela reforma urbana do prefeito Pereira Passos.” (Barboza, 2004).



Figura 23 e 24: Largo da Glória (1906) e Largo da Lapa (1908)

Resgatando os escritos de João do Rio e Orestes Barboza, observamos que “a questão da rua enquanto detentora de um saber e de uma arte informais está vivamente presente”.

“Orestes Barbosa, identificado com a figura do malandro, enfatiza a condição da miséria como possível “apuradora dos sentidos”, gerando a criatividade espontânea e o espírito de rebeldia das ruas [do Rio], (Pimenta, 2004).

“João do Rio, na sua obra, assumindo a condição de flâneur, guia-nos pela cidade, desdobrando-a em uma multiplicidade de imagens. Essas se revelam por intermédio dos artistas anônimos, dos músicos dos coretos, dos murais pictóricos, das trovinhas populares, dos trabalhadores ambulantes das ruas que, incessantemente, reinventam sobrevivências à margem da vida oficial”. Para mostrar “o quanto os moradores do Rio de Janeiro são influenciados pela cultura das ruas”, João do Rio “sugere que pensemos a rua como pólo agregador de identidades e de interesses”.

“A visão de João do Rio é permeada pela perspectiva do dândi que, seduzido pela cultura decadentista fin-de-siècle, incorpora o exótico e as alteridades da vida social nas metrópoles como elementos constitutivos das suas crônicas. O flerte configura-se como modo de ser da sociedade moderna, suscitando movimentos de agudização na figura do flâneur.(Pimenta, 2004)

João do Rio se pergunta sobre a seguinte questão relevante: “as ruas fazem os habitantes da cidade ou esses habitantes são modelados por elas. Temos aí dois enfoques distintos, mas ambos enfatizando a rua como lócus capaz de dar sentido e identidade ao urbano. A rua se constitui, assim, em uma espécie de representação-síntese da cidade.” “Nas grandes cidades, a rua cria o seu tipo, plasmando a moral dos seus habitantes, marcando o seu gosto, costumes, hábitos, modos e opiniões

políticas (...) cada rua tem um stock especial de expressões, de idéias e de gostos”.
(Barreto,1997)

Como Velloso (2004) destacou, “Michelle Perrot estabelece um paralelo entre as figuras do dândi, do flaneur, do marginal, observando que eles, de distintas maneiras, estariam à margem do modelo da vida privada burguesa, transformando-se em atores do teatro urbano, ao fazerem da rua o seu palco de atuação” (Perrot, 1991) Porém, nas duas visões, a rua é entendida “como instância representativa da identidade cultural urbana no Rio de Janeiro”, e onde vemos, portanto, que ela seria “o ponto nevrálgico na questão das posturas urbanas que regulamentaram o uso do espaço público”, deixando transparecer “o conflito das representações referentes ao uso do espaço e às sociabilidades urbanas”.

“A cultura urbana do Rio de Janeiro do início do século XX denota essa dinâmica, marcada pelo encontro de culturas que propicia interações e conflitos”, destacando “a idéia dessa modalidade participativa que se constitui em função da territorialidade.”(Pimenta, 2004).

Le Corbusier colocou posteriormente, a respeito do período Pereira Passos: “bem sei que o prodigioso espetáculo natural que envolve e domina o Rio - suas baías, suas montanhas - existiram sempre. Faltava, entretanto, dar a esses elementos naturais e exuberantes o meio de nos tocar profundamente. Era preciso encontrar a escala humana que pudesse servir de base de aplicação. Sem Passos o Rio permaneceria uma agradável cidade de colônia. Com Passos ingressou de vez no rol das grandes capitais do mundo; Rio, paisagem admirável, transformou-se em Rio, grande cidade. (Grinberg, 1994).

Curiosamente, seria com o desenvolvimento do urbanismo funcionalista, tão bem representado pelos Primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura

Moderna (CIAM) e com Le Corbusier, que o "postulado ecológico", citado por Gaudin e a idéia de construção de uma cidade para todos -ou para um "homem-tipo", encontraria uma de suas mais importantes expressões.

Como contribuição, este capítulo introdutório se propôs a auxiliar no entendimento do próprio processo de construção da noção moderna e ocidental de espaço público. Para tanto, foi feita uma revisão histórica sobre a noção de espaço público, observando-a a partir dos ideais urbanísticos mais calcados na idéia do espaço físico, e também através da contribuição de outras áreas, como a sociologia, o campo jurídico e filosófico. Estes últimos campos auxiliaram na discussão da própria conceituação da noção vistos através de um viés menos físico, entendendo o espaço como um campo de possibilidades sociais. Estas discussões tematizaram o espaço da cidade (no nosso caso específico, o espaço público) ao mesmo tempo através de sua materialidade e de sua significação social, o que veio a nos ajudar no entendimento da evolução do processo de construção da noção de espaço público. O que está se buscando compreender é a própria relação entre a formalização dos espaços públicos versus a construção de seu significado social construído ao longo da história. Neste sentido, foi de fundamental observarmos o caso específico do Rio de Janeiro na virada do século XX, período este que, como concluímos, construiu-se uma nova percepção da relação do indivíduo com a cidade.

Como veremos, este processo, historicamente, acabaria por gerar uma funcionalização e institucionalização extrema dos espaços da cidade, formalizados com o urbanismo racionalista moderno, e que veremos no capítulo seguinte.

3-CAPITULO 2 – A CRISTALIZAÇÃO DA VISÃO FUNCIONALISTA E SEU REFLEXO NO DEBATE E NA MATERIALIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: HERANÇA E CRITICA DO MOVIMENTO MODERNO

3.1- A herança do pensamento funcionalista moderno

O contínuo crescimento demográfico das cidades e o desenvolvimento de novas tecnologias que se generalizaram ao longo do século XIX, vieram a influenciar a vida urbana, levando a uma maior especialização dos serviços, acentuando assim a divisão social e de funções nas cidades.

Em um longo arco temporal de mais de um século, constatamos que nas primeiras décadas do século XX inicia-se um processo de “formalização” e lenta “estruturação” dos espaços públicos das cidades pós-industriais. Para além da “rua”, estes espaços foram formalizados nos boulevardes, avenidas, promenades, praças, jardins e parques. Nesta perspectiva, o período entre 1920 e 1960 parece ser o de cristalização das idéias de um espaço público funcional, entendido através da concretização de uma forma física.

De fato, o novo ciclo de expansão econômica, observado após a 1ª Guerra Mundial, passou a ocasionar a partir dos anos 20, modificações urbanas importantes acarretadas pelo crescimento demográfico, levando ao aumento da circulação de indivíduos, de informações e de mercadorias. Poderíamos dizer que a partir deste período, começa-se a observar uma espécie de crise da cidade burguesa, sendo constatado então um cenário diferente em relação aos “espaços públicos”.

Neste período, principalmente movido pela situação de mudança ao qual a cidade vinha passando, começam a ser levantadas novas formas de se pensar a

cidade, iniciando assim intensas discussões e trocas de idéias que buscavam diferentes modos de compreender a nova cidade.

Dos diversos movimentos profissionais que se organizaram neste período, interessou-nos observar como a discussão sobre os “espaços públicos” e as “áreas verdes” foi sendo tratada no interior de um dos mais importantes fóruns de arquitetos e urbanistas do século XX, os CIAM’s -Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, criados em 1928.

3.2- A Gênese do urbanismo funcionalista – Os CIAMs (1928/1959)

Como se constata, o Movimento Moderno foi expresso e realizado como uma trajetória de rompimentos e mudanças, buscando novos paradigmas. Pode ser considerado assim, como uma caminhada de experimentações e discussões teóricas e também efetivamente práticas, no campo arquitetônico e urbanístico.

Poderíamos dizer que este movimento foi calcado muito mais em uma questão ética, preocupada em “sanar” as questões sociais e os problemas físicos da cidade, do que com uma preocupação apenas estética, apoiando-se na idéia de “grupo” em torno de um ideal comum. A esfera “pública” ou a própria noção de “espaço público”, entre outras noções, estava no centro das preocupações das vanguardas modernas.

Como visto em algumas publicações sobre os CIAMs, acreditamos que o urbanismo funcionalista foi entendido pelos planejadores e teóricos modernos como um ideal certamente utópico, mas que explicitou a possibilidade de uma discussão ampliada sobre as próprias noções de habitar e viver em um espaço físico coletivo, que seria a cidade. Esses teóricos buscavam, em resumo, soluções para resolver os “problemas” da cidade, propondo melhores espaços para viver, trabalhar e habitar.

Em seu livro sobre o tema, Eric Mumford (2000) ressalta a importância de se estudar a história dos CIAMs, como forma de clarear o entendimento sobre as origens da vanguarda da arquitetura e urbanismo moderno. Ele fez uma reflexão sobre a diversidade de discursos que transpareceram nos primeiros encontros, buscando assim, entender porque alguns discursos foram levantados com mais força e porque outros foram excluídos ou perderam importância.

Ele detectou que, inicialmente, os CIAMs tinha a intenção de criar apenas uma vanguarda contra uma arquitetura tradicionalista que começava a despontar no início do século XX. Esta nova maneira de pensar e de agir estava baseada em precedentes históricos, como por exemplo, as influências das idéias de Saint-Simon (1760-1825), para quem o desenvolvimento do conhecimento, da indústria e da ciência possibilitava um novo sistema social, baseado na associação humana universal, no qual os artistas serviriam a toda a sociedade com os seus ideais de vanguarda. Vale destacar que, ao longo do século XIX, os ideais saint-simonianos, alcançaram, além dos engenheiros politécnicos, também os artistas e arquitetos. Como Choay já havia apontado antes, Gaudin também enfatizou que, possivelmente, o desejo dos participantes dos CIAMs era que, os ideais nascidos nestes encontros pudessem vir a reformar a sociedade através da arquitetura e do urbanismo.

Neste momento, a Avant Garde era definida como um ataque à aristocracia e às instituições de arte burguesa, como por exemplo, a Ecole des Beaux-Arts, e contra o neoclassicismo dominante nas escolas de arquitetura.

Através da disseminação dessas idéias nos congressos, os membros dos CIAM's conseguiram encontrar um instrumento de propaganda da nova arquitetura desenvolvida a partir dos anos 20 na Europa.

O primeiro CIAM foi realizado em La Sarraz, na Suíça, em 1928. Foi organizado por Le Corbusier, Gabriel Guevrékian e Siegfried Giedion, tendo como objetivos principais, formular um programa contemporâneo de arquitetura. Essas idéias motivaram a introdução de alguns ideais, tanto sociais, como de técnica e economia, para resolver os problemas arquiteturais e sociais. Foram discutidos neste primeiro encontro, principalmente, os seguintes pontos: a “standardização”, a forma de expressão da arquitetura moderna, a higiene, o urbanismo, a educação primária, sendo ainda debatidas as relações entre governo e arquitetura moderna.(Mumford,2000)

Quanto à abordagem das questões que envolviam os espaços livres, e baseado em argumentos técnicos e econômicos, Le Corbusier publicou em 1928, no *Bulletin*, trabalho sobre suas idéias de quadruplicar a densidade de Paris, mantendo, porém, cerca de 90% de seu território livre destinado à vegetação. Estas idéias tinham sido levantadas anteriormente, no plano Voisin para Paris, em 1925. Importante salientar que neste mesmo texto, Le Corbusier se colocou hostil ao movimento das “Cidades-Jardins” e de sua recente implantação francesa em Suresnes. (Mumford,2000)



Figura 1: Imagem da cidade moderna de Le Corbusier, 1925.

Ao contrário das idéias criadas e difundidas por Ebenezer Howard (sobre a dispersão urbana no território, ocorrida por meio da organização de pequenos pólos), Le Corbusier (1925) propunha, no seu livro “Urbanismo”, a importância da construção de prédios altos e de grande densidade, nos centros das cidades, permitindo assim, o máximo de concentração populacional em um vasto espaço verde e áreas destinadas às vias de circulação. Ele propunha também, artifícios projetuais, como terraços jardins e ruas sobre pilotis. Resgatava ainda a idéia proposta no Plano Voisin, de enfatizar o desejo de uma cirurgia urbana para reorganizar as cidades existentes, ao invés de aplicar um mero remédio no alargamento de suas ruas.

Nesta época Le Corbusier considerava Camillo Sitte saudosista e inimigo de um pensamento mais aberto e moderno, sendo os seus conceitos também considerados ultrapassados. Destacamos deste período suas declarações: *“A rua curva é o caminho dos burros, a rua reta, o caminho dos homens. A rua curva é o efeito do puro prazer, da indolência, do afrouxamento, da descontração, da animalidade. A rua reta é uma reação, um ato positivo, o efeito do auto domínio. É sã e nobre.”*(Le Corbusier, 1925)

Mumford afirma que, apesar desta sua hostilidade para com Sitte e com o século XIX, a proposta de Le Corbusier, com blocos densos de casas, derivava, em parte, do movimento da “Cidade-Jardim”, ao qual ele havia se familiarizado através dos trabalhos de Raymond Unwin e Georges Benoit Lévy. (Mumford,2000)

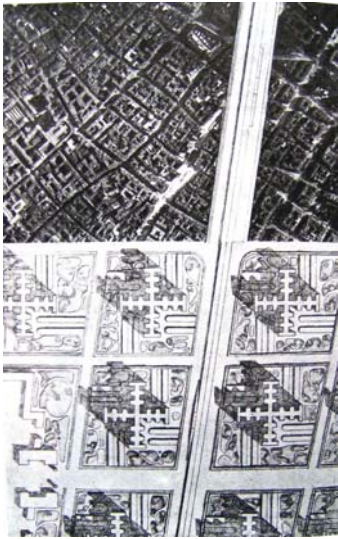


Figura 2 e 3: Plano Voisin, Le Corbusier, 1925

Sobre a questão do crescimento vertical da cidade, Mumford aponta que o desenvolvimento da famosa visão de cidade, racionalmente organizada por arranha-céus de torres de escritórios, cercadas por blocos de casas, propostos por Le Corbusier, talvez tenha sido influenciada pelos trabalhos de Auguste Perret e Peter Behrens. Ele transformou o semi-racional e historicamente contingente da cidade americana de arranha-céus, em uma naturalizada “imagem universal”, ao qual ele apresentou como o inevitável resultado racional das modernas forças sociais e técnicas. (Mumford,2000)

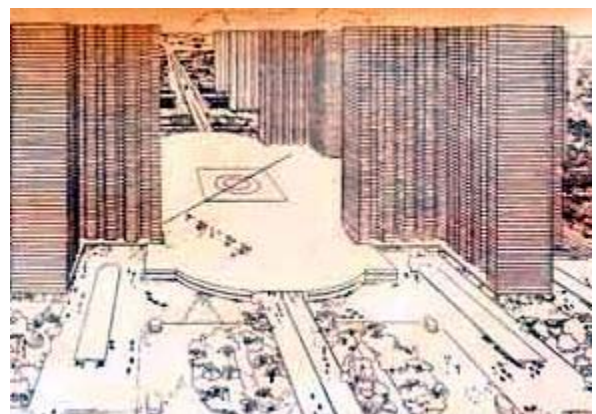
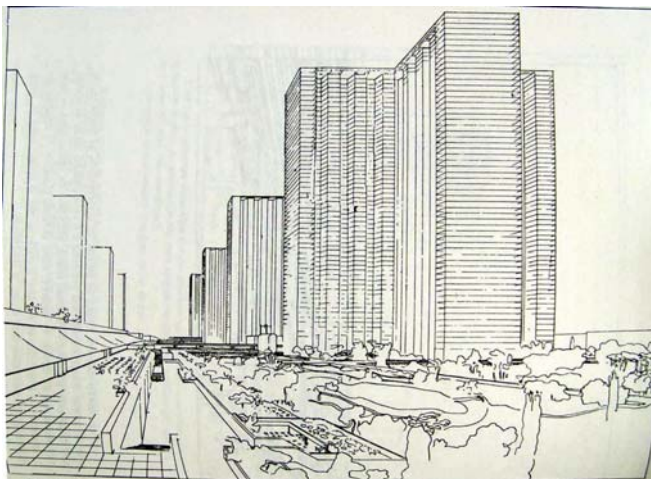


Figura 4 e 5: Imagem de cidade Le Corbusier (destaque para as áreas comuns) e Plano Voisin.

Mumford ressalta que a formação dos CIAM's pode ser vista como um esforço de ligar novas estratégias formais e técnicas, em um programa de transformação coletiva e social entre arquitetura e planejamento regional.

Na declaração de La Sarraz, escrita no 1º CIAM, o próprio termo “urbanismo” gerou debates, que começaram a definir alguns pontos à cerca da nova disciplina:

. *“Urbanismo é a organização de todas as funções da vida coletiva; ele se estende sobre ambas as aglomerações urbanas e sobre a zona rural. Urbanização não pode ser condicionada por pretensões de uma estética pré-existente: sua essência é de ordem funcional.”*

. *“Sua ordem [do urbanismo] consiste em 3 funções: habitação, produção, descanso (manutenção das espécies). Seus essenciais objetos são as subdivisões do território, regulamento do tráfego, legislação de construção.”* (Mumford,2000)

Foi ainda discutido neste 1º CIAM, o controle de tráfego e a importância de uma nova legislação para as construções, formando um conjunto de idéias que reverberaram em diversos países da Europa, estimulando assim, a conceituação e a concepção de novas formas urbanísticas para a sociedade moderna industrial.

No ano seguinte, em 1929, foi organizado o 2º CIAM, cujo tema principal foi a moradia mínima racional (*The Existenzminimum*). A situação econômica e social da Alemanha apresentava nesse momento um período de crise. Na tentativa de resolver alguns problemas sociais, foram disponibilizados, pela municipalidade, fundos para construção de novas casas de baixo custo. Apesar de algumas novas construções ainda continuarem se baseando nas idéias da Cidade-Jardim ou em formas mais tradicionais de assentamento e de moradia, Gropius e May obtiveram subsidio federal para o desenvolvimento de casas racionalizadas e standardizadas.

Observa-se que a partir de 1925 a nova arquitetura tornou-se firmemente ligada à estratégia de planejamento da cidade. May, a serviço da nova cultura socialista de habitação, desenvolveu um padrão de habitação chamado de “Nova Frankfurt”, cuja base estratégica de seu planejamento estava relacionada com o conceito de “subúrbio-jardim-satélite” de R. Unwin. Através do alargamento do sistema de ruas para circulação de carros, May e seus sócios foram capazes de ligar ao antigo centro os novos assentamentos urbanos, localizados em sítios abertos afastados, através de largas áreas verdes que compunham a ligação entre eles. Esta estratégia foi auxiliada pelo fato de que muitas indústrias já haviam se transferido para estas áreas afastadas e menos onerosas, permitindo que estas novas casas ficassem próximas dos complexos industriais.

Um dos mais importantes elementos oferecidos nestes novos espaços eram as facilidades sociais coletivas, tais como jardins de infância, salas de encontro, terraços e uma rede de jardins, parques e “parkways”, como, por exemplo, a área em torno do vale do rio Nidda, projetadas por Leberecht Migge.

Paralelamente ainda em 1920, Giedion começa a desenvolver um trabalho sobre “o nascimento do homem moderno”, com o intuito de explicar a modernidade para uma época que tinha “perdido a consciência da história”. Parte de sua tese se baseava na substituição da temática histórica que, segundo Giedion, deveria estar mais atenta aos “eventos diários menores”, ao invés de se deter apenas à “essência da época”. Para ele, o indivíduo precisava de “luz, ar e abertura”, e isso era o que a “nova arquitetura estaria apta a oferecer”.

Em sua conferência no 2º CIAM, Gropius defendeu também, como tantos outros arquitetos de sua geração, a importância biológica do acesso à luz solar e ao ar, propondo o aumento da distância entre prédios vizinhos, possibilitando assim a

conexão entre os blocos de edifícios com parque e áreas verdes. Pode-se dizer que estes arquitetos, tão ligados aos CIAMs, demonstravam já neste período uma clara preocupação com os espaços externos de uso comum.

O 3º CIAM, realizado em Bruxelas em 1930, discutiu o tema do desenvolvimento urbano “racional”, com a apresentação de Le Corbusier sobre o projeto da Ville Radieuse, onde ele defendeu a proposta de demolição de cidades existentes e reconstrução das mesmas com novas edificações, criando uma “ville verte”. Parece ser neste período que, para muitos arquitetos e urbanistas, se cristaliza a associação entre as noções de “espaços livres públicos” e “áreas verdes”, que passaram a ser vistas como um espaço que deveria desempenhar uma função de lazer e educação na cidade.



Figura 6: Ville Radieuse , LeCorbusier.



Figura 7: edificações com áreas comuns projetadas posteriormente por Gropius e Fry (1937)

“A Cidade Funcional” foi o tema do 4o CIAM em 1933. A publicação do texto “Constatações”, no jornal da Câmara Técnica da Grécia, foi a base para a redação por Le Corbusier, do que se chamou posteriormente de “Carta de Atenas”, publicada oficialmente em 1943. Destacamos deste documento o trecho que discute a setorização funcional dos espaços. “La reforma de la zonificación que armonice las funciones claves de la ciudad creará entre éstas vínculos naturales para cuyo afianzamiento se preverá una red nacional de grandes arterias.”...“La ciudad, definida en lo sucesivo como una unidad funcional, deberá crecer armoniosamente en cada una de sus partes: disponiendo de los espacios y de las vinculaciones en los que podrán inscribirse, equilibradamente, las etapas de su desarrollo.” (Mumford,2000)

A depressão econômica e os antagonismos políticos do início da década de 30, principalmente na União Soviética e na Alemanha, acabaram fazendo com que alguns arquitetos soviéticos e alemães de esquerda, deixassem mais espaços nos Congressos para as idéias da facção mais liberal de Giedion e Le Corbusier.

Os sinais destas mudanças foram vistos em março de 1933, quando o então presidente da União Soviética anunciou o adiamento do 4º CIAM, que seria em Moscou. Isso resultou na transferência do Congresso, que acabou ocorrendo no navio Patras II, durante uma viagem a partir de Marselha para o porto de Pireus, em Atenas.

Já no final de 1932, Adolf Hitler, o futuro chanceler da Alemanha, havia dissolvido o que ele chamou de Bauhaus “Judeu-marxista” em Dessau, fazendo com que Mies Van der Rohe, ainda diretor da Bauhaus, a transferisse para Berlim. Conjugada a esta transferência, a Associação Alemã de Arquitetos e as

administrações municipais começaram também a afastar os arquitetos “radicais” de seus quadros, o que ocasionou a ida de Ernst May para Turquia.

Devido às mudanças rápidas nas condições políticas e culturais, que vinham tomando corpo durante a depressão, a agenda sobre a transformação coletiva e social, que inicialmente tanto inspirara os membros dos CIAMs, começou a ser descartada das propostas da nova arquitetura.

Ainda no 4º congresso, Le Corbusier (1989) enfatizaria a base do julgamento dos CIAMs deveriam ser: habitação, como primeira na hierarquia de funções, trabalho, diversão (logo mudado para lazer), e circulação. Segundo palavras da época: *“O ambiente natural deve ser salvo dos “subúrbios leprosos” das cidades existentes. Enquanto o padrão da Cidade-Jardim satisfaz o indivíduo, ele sustenta que isso leva a perda das vantagens da organização coletiva. A cidade concentrada, favorecida pelas modernas tecnologias, assegura a liberdade do indivíduo dentro das moradas (housing-fabrics) e organiza a vida coletiva em relação a recreação. O indivíduo estaria associado diretamente as moradias, e o grupo (o coletivo) relacionado à recreação, o que inclui os esportes e estudos diários e sazonais.”*.. (Le Corbusier, 1989)

A preocupação com os espaços públicos, neste período, era movida principalmente pelo desejo de “civilizar” a sociedade através das formas físicas, propondo espaços de uso coletivo, voltados para a “função” das práticas recreativas. Observando diferentes projetos, verifica-se que estes espaços eram sempre situados próximos às edificações, possibilitando que os indivíduos de cada comunidade se educassem física e mentalmente. Importante ressaltar estes pontos, uma vez que a partir destas noções de funcionalidade e setorização do espaço público, começa a se delinear, cada vez mais a idéia, não apenas de espaços

institucionalizados e formalizados para o lazer, determinantes de um uso específico, mas de uma “cultura do lazer” e do “tempo livre”, organizados em oposição a uma “cultura do trabalho e da produção”.



Figura 8: Parque do Flamengo, Rio de Janeiro. Influência do pensamento moderno nos projetos de parques públicos no Brasil. (s/data – década de 60).



Figura 9 e 10: Parque do Flamengo, s/data (década de 60). Destaque para as áreas de estar (foto esquerda) e local para práticas de aeromodelismo (foto direita).

Le Corbusier insistia que os territórios da cidade, e também dos países, deveriam ser mobilizados pelo trabalho coletivo, desenvolvendo então cinco princípios que foram levados ao 4º CIAM para discussão de todos os membros:

1. Novos assentamentos.
2. A função dos prédios históricos e partes antigas da cidade na moderna cidade.
3. Princípios de orientação do sol.
4. Tamanho e situação dos locais para educação e recreação.
5. A rua moderna e sua relação com a habitação.(Mumford,2000)

A partir dos debates, foram determinados como resoluções do 4º CIAM, cinco princípios que deveriam guiar os arquitetos na construção de uma nova cidade e de uma nova sociedade:

Primeiramente, que a cidade deveria “*assegurar a liberdade individual e os benefícios da ação coletiva*”, tanto no plano espiritual, quanto material. Em segundo lugar, os arquitetos não deveriam esquecer que “*toda organização urbana deve ser baseada na escala humana.*” Em terceiro lugar, o urbanismo deveria “*determinar a relação entre locais voltados respectivamente para a habitação, trabalho e lazer, de acordo com o ritmo das atividades diárias dos seus habitantes*”, vistas como se sabe, de maneira tipificada. O quarto ponto seria privilegiar a habitação, “*considerada como o elemento central da organização urbana*”. Por fim, destacou a importância na relação dos “*elementos materiais que o urbanismo pode organizar e associar, sendo eles, o céu, as árvores, as moradias, os locais de trabalho, os lugares coletivos (o que inclui locais para recreação), e o tráfego.*” (Mumford,2000)

Quanto às questões da habitação, os participantes do 4º CIAM consideraram que a densidade populacional estava muito elevada e que os espaços destinados às áreas verdes eram insuficientes e insatisfatórios, levando a condições humanas não saudáveis. Assim, determinou-se que as áreas residenciais deveriam ocupar os melhores sítios e uma mínima quantidade de luz solar deveria estar assegurada em

todas as habitações. Por razões de higiene, as construções não deveriam ser construídas próximas às vias de transporte, e técnicas modernas deveriam ser usadas para construir altos prédios de apartamentos separados, liberando assim o solo para os grandes parques verdes.

A preocupação com a garantia de circulação de ar e entrada de luz solar na cidade, remonta às preocupações do higienismo do século XIX, onde os parques públicos teriam a função de “limpar” a cidade, como “pulmões verdes”, sendo ainda mais acentuadas pelos urbanistas ligados ao funcionalismo moderno.

Sobre a questão do “lazer”, os arquitetos modernos consideravam que as áreas livres eram até então mal situadas ou insuficientes para recreação, não beneficiando os habitantes das áreas centrais. Propuseram então a demolição de parte de áreas centrais, tornando-as espaços verdes, com escolas e outras facilidades coletivas próximas.

A relação do lazer estava intimamente ligada às funções educacionais, recreativas e de uso coletivo. Podemos dizer que, para a maioria dos arquitetos envolvidos no Movimento Moderno, a preocupação com a funcionalidade estava mais relacionada com o coletivo, sendo o prazer individual da experimentação do espaço público pouco debatido. Neste sentido é importante salientar que, diferentemente da virada do século XX, que foi o momento quando a rua foi celebrada como lugar de manifestação de sociabilidade, a rua moderna foi pensada para uma função básica coletiva, vista de forma genérica. Vimos que nas primeiras décadas do século XX, a rua possibilitava a ocorrência de trocas sociais, que imprimiam um forte caráter de democracia na cidade e onde o indivíduo tinha tanta importância e força quanto o grupo social, não sendo um mero elemento genérico de um grupo. Com o movimento moderno, o espaço público passa a ser discutido, não

propriamente como o lugar da liberdade, mas sim como um local programado para desenvolver funções, inclusive funções sociais, mas de forma programada, prevista e controlada pelos planejadores, que buscavam disciplinar e “educar” a sociedade. Os planos modernos se preocupavam, inclusive, com as antigas questões de estética e salubridade na cidade.

Neste sentido, a questão da cultura do corpo evidencia esta preocupação, onde as áreas verdes deveriam cumprir sua função, proporcionando áreas racionalmente projetadas para a saúde dos cidadãos, promovendo locais para jogos e desportes. (Corbusier,1989)

Sobre a questão do “trabalho”, o 4º CIAM considerou que os locais de trabalho estavam mal situados e longe das moradias. Para tanto, propuseram que as distâncias entre elas deveriam ser reduzidas.

Em relação às “áreas históricas da cidade”, os membros do 4º CIAM buscaram respeitar os monumentos históricos, quando eles fossem “a pura expressão das culturas anteriores e fossem de interesse geral”. Também poderiam ser mantidos, se sua permanência não significasse uma pior condição para seus habitantes, permitindo que as vias principais de tráfego pudessem passar no seu entorno. Propuseram finalmente, a remoção de favelas localizadas em volta dos monumentos históricos, provendo nestas áreas um espaço verde público, que viria a melhorar as condições de vida na cidade. Foram discutidas e levantadas preocupações com a paisagem urbana, construída paisagisticamente.

A crescente preocupação com a questão dos “novos tipos” de espaços públicos, que se confundiam com a necessidade de ganhos de luz/sol e conseqüentemente com as áreas verdes, fez com que o tema do 5º CIAM em Paris, 1937, fosse a habitação e a recreação. O Congresso baseou-se na discussão de

casos aplicados das cidades funcionais: Sert apresentou o plano Macià para Barcelona, Szymon Syrkus apresentou o "Varsóvia funcional" e Rudolf Steiger apresentou um plano para um bairro urbano de classe trabalhadora em Zurich, que foi estudado através da ótica da relação entre os espaços livres do loteamento com as suas unidades habitacionais.



Figura 11: Plano Macià, 1937

A questão da recreação foi discutida como uma necessidade funcional da cidade, onde o objetivo dos planejadores era "civilizar" a sociedade, através da determinação de usos distintos em áreas especificamente projetadas para tal fim. Assim, a recreação estaria destinada a acontecer nos locais de uso comum públicos ou semi-públicos.



Figura 12 e 13: Plano do projeto Pedregulho (Reidy, 1950) e detalhe da área de lazer, influência dos ideais modernos no Brasil. Preocupação com recreação.

No Brasil, desde 1936, quando Le Corbusier visitou o país, como consultor para projetos da Cidade Universitária e do MES, estas idéias racionais circulavam junto aos arquitetos, reunidos em torno de Lúcio Costa e inclusive para um público mais amplo, que teve acesso a estas discussões através de uma série de palestras, ministradas pelo arquiteto franco-suiço. (Santos, 1987)

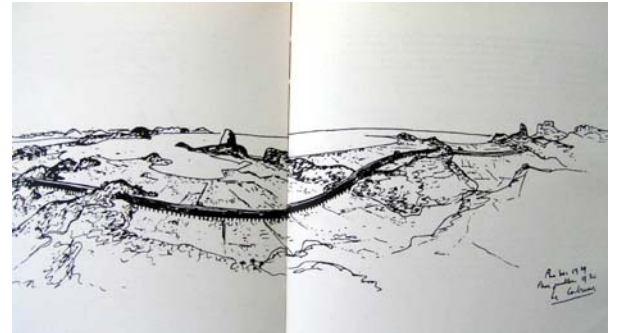
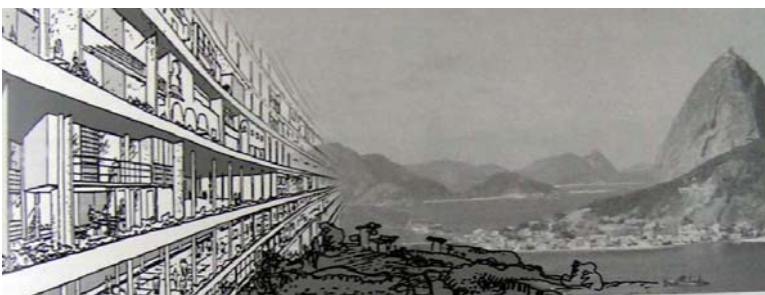


Figura 14 e 15: simulação das idéias de Le Corbusier para o Rio de Janeiro (1936) (livro - Le Corbusier e o Rio de Janeiro)



Figura 16 e 17: croquis de Le Corbusier feitas nas conferências no Rio (1936- Acervo MNBA).

As idéias discutidas nos Congressos, e disseminadas no Mundo, foram interrompidas com a 2ª Guerra Mundial.

Quando o 6º CIAM foi organizado, 10 anos depois, em 1947 na Inglaterra, os temas políticos que haviam dominado boa parte dos CIAMs, já não eram mais enfocados.

Giedion e Le Corbusier saíram da liderança, dando lugar ao grupo inglês MARS, fundado anteriormente em 1933, que defendia a passagem de um modernismo pré-guerra, considerado “equivocado”, para um novo empiricismo, proposto por J.M. Richards (editor na época da revista *Architectural Review*).

O 6º CIAM se baseou nas categorias funcionais definidas no 4º CIAM, em Atenas, reafirmando, entretanto, que o objetivo dos congressos seria “*trabalhar para criar um ambiente físico que satisfaça os desejos emocionais dos homens e suas necessidades materiais*”. (Mumford, 2000)

No 7º CIAM, que se realizou em Bergamo na Itália, em 1949, foram discutidos e desenvolvidos os temas levantados por Le Corbusier e pelo grupo Ascoral, que traziam a análise da cidade, graficamente organizada, dividida em classificações temáticas: meio-ambiente; ocupação do território; volume construtivo; equipamento; ética e estética; influências econômicas e sociais; legislação; finanças; estágios de realizações, e outros. Mantinha, entretanto, as quatro funções principais do movimento moderno: viver, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular.

Giedion considerou de enorme importância o quadro exposto no 7º CIAM, uma vez que, além de certamente impressionar grupos distintos de pessoas e instituições, esperava que despertasse reações distintas aos temas.(Mumford, 2000)

3.3- As primeiras críticas ao funcionalismo moderno, ocorridas dentro dos CIAMs:

Um dos mais significantes resultados do fracasso do 7º CIAM foi a crítica de Bruno Zevi publicada no jornal *Metron* em 1949, onde ele declarou :

“O outro braço da arquitetura moderna, o qual não mais almeja o racionalismo, é chamado de movimento orgânico, ou de arquitetura humana, ou de o Novo Empiricismo. Ele não tem representação adequada no CIAM e sua posição cultural vem sendo defendida por arquitetos, que entraram no CIAM como proponentes de uma escola racionalista, dez anos atrás e desde então resistem a evolução. Uma geração inteira de jovens arquitetos, que vem contribuindo para o progresso do movimento moderno, e todos os que aderiram a escola de F.L.Wright vêm sendo mais ou menos excluídos. Porque? O congresso de Bergamo deve enfrentar este problema.”

“Se o CIAM não deseja ser um nostálgico monumento do período racionalista, [...] então é preciso discutir os temas históricos, apesar de parecerem fora de lugar em um encontro profissional, é na realidade vital, uma vez que nos ajuda a entender nossas origens, nossos antecessores, e nossa verdadeira função histórica”
(Zevi, 1949)

Apesar da preocupação com o “Coração da Cidade”, tema do 8º CIAM em 1951, a rigidez da setorização implícita na visão da “cidade funcional” começou a provocar cada vez mais críticas, muitas delas iniciadas inclusive no interior do próprio movimento. A mais notável crítica seria à que foi feita pelo Team X, encarregado de organizar mais tarde o 10º CIAM, do qual faziam parte: Alison e Peter Smithson, G. Carlo di Carlo, Aldo Van Eyck, entre outros.

Os futuros integrantes do Team X se destacaram nos Congressos da década de 50, pois passaram a apontar uma série de preocupações que diziam respeito a uma reflexão mais aprofundada sobre as questões ligadas à comunidade e ao indivíduo. Estas questões eram vistas até então de maneira genérica, onde os grupos sociais e os indivíduos eram abordados como “elementos-tipo”, que reagiam de maneira semelhante a um determinado estímulo ou forma.

Como crítica ao pensamento funcionalista, eles iniciaram a discussão de temas relacionados aos comportamentos humanos. Segundo o Team X, as questões funcionais deveriam ser substituídas por abordagens mais humanas e mais particularizadas sobre o assunto. Procuravam nas suas reflexões rever os conceitos construídos ao longo dos congressos, colocando ênfase tanto na identidade social, quanto na escala e no significado da arquitetura, enfatizando ainda a importância das relações humanas com o meio urbano, considerando assim a relação da “comunidade” com o seu contexto físico.

A crise decisiva nos CIAMs parece ter-se dado justamente em 1953, em Aix-en-Provence, quando Alison e Peter Smithson e Aldo Van Eyck se levantaram contra as categorias funcionalistas de trabalho, agrupamento, recreação e transporte. Propuseram em contra partida, uma aproximação “*celular de agregação de formas urbanas de diferentes densidades genéricas*”. Para tanto julgaram necessário o aprofundamento na pesquisa sobre os princípios do crescimento urbano, que permitissem o debate de uma nova unidade significativa da célula familiar. (Mumford, 2000)

Suas insatisfações com o pensamento funcionalista já haviam transparecido na crítica ao tema do “quarteirão urbano”, discutido no 8º CIAM. Os futuros membros do Team X rejeitaram o “modernismo suíço” de Richards e o “novo

monumentalismo” de Giedion, uma renovação da conexão entre a arquitetura de vanguarda e a transformação coletiva social que vinha ocorrendo. Segundo eles, o objetivo do urbanismo seria a “criação da ordem sob a forma”, que combinassem as disciplinas de arquitetura e do urbanismo. Ao invés de usar categorias funcionais rígidas, como as desenvolvidas nos 1^{os} CIAMs, o Team X usou conceitos como: associação humana, agrupamentos (cluster), e mobilidade, entre outros, para propor uma reorganização da vida urbana que visasse uma “boa coletividade”. Buscavam assim, através de um aprofundamento nos estudos antropológicos, observar as novas formas de vida urbana.

Poderíamos destacar neste ponto, a relevância das preocupações levantadas por Alison e Peter Smithson: *“O cerne do urbanismo é a habilidade de compreensão e a clareza de organização. Comunidade é uma coisa compreensível, suas subdivisões devem ser apreciadas não como “grupos visuais” ou “vizinhanças”, mas como parte de uma aglomeração humana. A análise deve ser diferente para cada tipo de comunidade e cada comunidade particular deve inventar uma estrutura com subdivisões próprias. E esta é a chave da questão do habitar. Na maioria dos casos, os grupamentos não refletem a realidade da organização social, são resultados de expedientes políticos, técnicos e mecânicos. Contudo é difícil de definir os altos níveis de associações. A rua implica em contato físico comunitário e a cidade, em um contato intelectual comunitário. Deve-se construir, então, uma hierarquia de associações humanas que substituam as funções funcionais da carta de Atenas.”* (revista Architectural Design, maio 1960)

O ápice das críticas internas aos princípios funcionalistas ocorreu no 10^o CIAM, em Dubrovnik, 1956. Le Corbusier e Gropius não estavam presentes, mas

Sert assegurou que a contribuição da sua geração não podia ser ignorada, mesmo que antagônica às idéias da nova geração e do Team X.

Foi discutido neste Congresso, principalmente a “realidade dinâmica da megalópolis”, com sua natureza volátil, dependente do automóvel e com tendência a uma universal suburbanização.

Como resposta às críticas feita pelo Team X, referente ao fracasso da Ville Radieuse, Le Corbusier escreve a seguinte carta: *“Os que hoje tem 25 anos nasceram em 30 durante a profunda crise econômica política e social. Acham-se no coração do presente período, sendo apenas eles capazes de sentir os problemas atuais – uma patética urgência para situação presente. Mas eles estão fora, não mais sujeitos ao direto impacto da situação.”* (revista Architectural Design, 1960)

As idéias levantadas e discutidas durante os CIAMs alimentaram a evolução do pensamento da arquitetura e do urbanismo desde 1928, mas nos últimos anos da sua existência a confrontação com as novas situações da cidade resultaram em maneiras distintas de se pensar e abordar o espaço urbano. Essas divergências mostraram que os membros do CIAM não possuíam mais um corpo único de idéias, despertando, ao mesmo tempo, interesses para novas trocas e confrontos de idéias, e exposição de novos trabalhos para grupos distintos.

O documento do último Congresso, realizado em 1959, mostra que duas vertentes de opiniões opostas apareciam bem claras na confrontação de idéias sobre a arquitetura e planejamento da cidade: a primeira era de Neutra, e mostrava resultados e soluções de problemas, a segunda propunha idéias mais agressivas, que buscavam descobrir uma linguagem que falasse mais diretamente aos comportamentos humanos, com a preocupação com o indivíduo e com as

qualidades sociais. A maioria dos trabalhos do 2º grupo pertencia a membros do Team X.

Mumford ressalta, porém, a importância de se entender o discurso urbano construído durante os CIAMs, uma vez que as aproximações com certos conceitos continuam sendo feitas até os dias de hoje, vindo a auxiliar e modelar a construção dos ambientes arquitetônicos e urbanos.

3.4- As críticas ao funcionalismo moderno após o término dos CIAMs: As contribuições de Jane Jacobs, Edward Relph, Kevin Lynch, Cristopher Alexander, Willian Whyte.

O século XX, como ficou evidente, foi o período de “institucionalização” dos espaços de lazer e das áreas verdes, que através de inúmeras implantações de planos urbanísticos, quase sempre pautados em uma setorização das atividades urbanas, geraram uma funcionalização “programada” da vida social e do seu “tempo livre” e conseqüentemente de seus espaços públicos. Com o desenvolvimento do urbanismo “progressista”, codificado, sobretudo na Carta de Atenas e na atividade dos 1ºs CIAMs, começamos a verificar uma intensificação da reflexão e do debate sobre a complexidade espacial da cidade, assim como uma maior preocupação com os modos de socialização nos espaços urbanos.

Estas reflexões geraram novas idéias, que no plano físico geraram as novas composições urbanas, onde destacamos mais significativamente as propostas para os equipamentos coletivos destinados ao convívio social. Porém, estes ideais se calcavam em uma visão genérica, tanto das práticas sociais, quanto dos “espaços” que deveriam abrigá-los. Como resultado, foram criados planos setorizados e espaços funcionais que adotaram uma tipologia formal, passível de ser empregada

em casos indistintos, onde os usos e os comportamentos humanos deveriam se adequar às funções e formas propostas.

Neste sentido, destacamos as contribuições de Jane Jacobs(1961), Christopher Alexander (1965) e K. Lynch (1981) entre outros, que constituíram o primeiro corpo teórico que se posicionou criticamente em relação ao funcionalismo. Suas reflexões alimentaram as gerações seguintes, deixando contribuições que perduram até a atualidade.

Como vimos, foi ao longo dos anos 50 e 60 que muitos dos preceitos discutidos nos CIAMs foram postos em prática, inclusive nos planos para as áreas livres, resultando em espaços institucionalizados para o lazer. Conseqüentemente, duras críticas ao urbanismo do movimento moderno, referentes à sociedade urbana que estava se formando, calcada no individualismo começaram a tomar expressão.

Podemos destacar a construção, e efetivamente o emprego, de um programa para as áreas públicas, onde observamos a utilização de diversos equipamentos urbanos que criaram um padrão tipológico, como o de praças e parques. Destacam-se como exemplo, alguns elementos que necessariamente estariam contidos neste programa, tais como: áreas com bancos destinadas ao descanso e encontros; locais com quadras poliesportivas e equipamentos de ginástica, voltados para a educação e culto do corpo, e áreas de playground para recreação infantil, entre outros. Todos esses equipamentos teriam funções distintas, seguindo assim os preceitos racionais e funcionais defendidos nos CIAMs.

Resgatamos, porém que na aplicação desse ideário moderno no Rio de Janeiro, dada a enorme contribuição dos projetos paisagísticos para as áreas públicas propostas por Roberto Burle Marx para a cidade, principalmente até o fim dos anos 70, a materialização destes espaços funcionais, assim como o poder

exercido pelas formas físicas na disciplinarização dos modos de utilização destes espaços, não foi sentido de forma tão dramática, uma vez que estes espaços públicos, mesmo seguindo padrões tipológicos e uma setorização de áreas, foram projetados com tamanha sensibilidade aos corpos individuais que as críticas a esta padronização dos usos não foi levantada e sentida imediatamente e nem mesmo nos dias atuais. Poderíamos dizer que os reflexos da funcionalização só começaram a ser sentidos mais marcadamente a partir da década de 80, com a massificação destes modelos tipológicos de “espaços livres”.

O movimento de crítica ao pensamento Moderno, iniciado dentro dos últimos CIAMs e mais expressivamente construídos por membros do Team X, começaram a delinear críticas práticas, como a experiência de Christopher Alexander, e as de largo alcance como as pesquisas da jornalista Jane Jacobs e de Kevin Lynch. Destacam-se ainda as contribuições críticas das teorias de Edward Relph e das experiências empíricas de William Whyte em NY.

Jane Jacobs (1961), foi uma das primeiras a adotar uma postura crítica em relação às estratégias dos CIAMs, principalmente as materializadas burocraticamente nos EUA, onde os princípios funcionalistas foram acentuados com a Taylorização. Neste sentido, a autora fez uma reflexão sistemática sobre os espaços públicos e sobre a vida na cidade, destacando a importância para um olhar mais atento à vivência nas ruas.

Segundo Choay (1998), Jane Jacobs contribuiu na sua época com informações sociológicas profundas, que alimentaram “*a criação de uma nova corrente pró-urbana e inspiraram, em parte, o remodelamento do centro de grandes cidades como Boston e Filadélfia*”. (Choay 1998)

Jacobs destacou elementos que, segundo ela, poderiam existir nas áreas urbanas e, em contra partida, os que não deveriam existir, possibilitando assim a existência de bom ambiente urbano.

A rua urbana deveria possuir assim qualidades para atrair os transeuntes, como por exemplo, a relação entre a segurança e a movimentação de pessoas na rua. Neste sentido, deveriam existir “olhos para vigiar a rua”, que seriam realizados por seus “proprietários naturais”. As fachadas dos prédios, ao serem voltadas para rua, cumpririam o seu papel de vigilância do espaço urbano. Para ela, a intensa utilização da calçada “atrairia” os “olhares dos vigias”, tornando a “rua plena de atividade” e interessante de ser observada.

Ao contrário de Foucault (1977), que tanto nos alertou para o poder disciplinatório e de controle, Jacobs (1961) propunha uma vigilância muito mais participativa, buscando resgatar um senso de democracia e cidadania, há tanto perdido. Os cidadãos deveriam participar e se sentir responsáveis, se sentindo, de certa forma, donos das áreas públicas, zelando pela sua conservação e segurança e pelo bem estar nas ruas – um olhar social, diferente do olhar supremo do poder de vigilância de Foucault.

A autora acreditava que a rua deveria *“oferecer o atrativo de uma grande quantidade de lojas e lugares públicos ao longo das calçadas; alguns desses lugares devem também ficar abertos à noite. Lojas, bares e restaurantes contribuem, pois, na prática, para dar segurança à rua”*, oferecendo assim “razões concretas” para a utilização de suas calçadas, atraindo inclusive a movimentação de pessoas para lugares sem atrativos próprios, tornando-os “locais de passagem vivos”. (Choay 1998)

Assim como constatou mais tarde William Whyte (1980), Jacobs colocou que *“a atração exercida sobre os homens pela visão de outros seres humanos é um fato que, por mais estranho que pareça, os urbanistas e arquitetos desconhecem”*. Acreditava que os arquitetos e urbanistas ignoravam tal fato, uma vez que partiam do princípio que os habitantes da cidade buscavam a *“contemplação do vazio, da ordem e da calma”*. Porém, segundo a autora, *“uma rua viva sempre possui simultaneamente usuários e observadores.”* (Choay, 1998)

Jacobs ressaltou ainda que os arquitetos e urbanistas mais “moralistas” achavam *“que se estes mesmos cidadãos dispusessem de alojamentos decentes e de espaços verdes mais abundantes, não [seriam vistos] na rua.”*(Choay, 1998).

A rua deveria então construir um certo “sentimento inconsciente de solidariedade”, passando confiança aos seus usuários, estabelecida através de distintas trocas e interações sociais cotidianas e corriqueiras, e também através de uma série de contatos ocorridos nas ruas e em suas calçadas, variando de forma, conforme a localidade.

Esses contatos públicos, geralmente ocorridos espontaneamente, criariam nos indivíduos um sentimento de personalidade coletiva, baseado no respeito e na confiança, sendo difícil de ser institucionalizado.(Choay, 1998).

Podemos destacar como contribuição uma série de críticas desenvolvidas por Jacobs a respeito do ideal funcional de cidade. Ela aponta suas falhas e demonstra através de suas experiências empíricas as possíveis causas que as geraram, assim como algumas sugestões para melhoria do espaço das ruas.

A respeito dos jardins públicos e espaços verdes, ela os considerou não como *“favores concedidos às populações carentes das cidades”*, mas como *“lugares carentes aos quais devem ser concedidos artificialmente os favores da animação”*. A

autora ressalta que, os usos desses locais, assim como o prazer na sua utilização, não ocorrem pelo simples desejo dos urbanistas.

Para ela, os parques urbanos não substituiriam *“uma estrutura urbana diversificada”*, sendo, portanto absurdo se criarem *“parques nos pontos de concentração máxima de população”*, pois *“para organizar esses espaços verdes é mister precisamente destruir as razões que levaram à sua criação.”* Por outro lado, ela aponta que *“os parques urbanos que funcionam com êxito nunca constituem uma solução de continuidade dentro da atividade da cidade. Servem, pelo contrário, para ligar entre si, por meio de um elemento de prazer comum, diversas funções semelhantes e, assim, contribuem ainda para aumentar a diversidade do meio ambiente”*, podendo porém, constituir-se como um elemento atrativo de bairros que já possuem características interessantes e uma variedade de atividades.(Choay,1998).

“Quanto mais uma cidade consegue misturar em suas ruas funções diversas e cotidianas, mais ela aumenta suas probabilidades de poder, naturalmente e com poucos gastos, animar e manter parques bem localizados; reciprocamente, estes se convertem então para a vizinhança em fonte de prazer e de beleza, deixam de ser lugares vazios e aborrecidos.”(Choay,1998)

A utópica idéia funcional de utilização de áreas verdes e parques planejados, que supostamente educaria os cidadãos através de exercícios físicos, proporcionados pelos espaços de recreação, possivelmente, segundo Jacobs, estariam exercendo a função oposta, uma vez que tirariam os jovens e crianças dos “olhos atentos” dos adultos, deixando-os isolados em locais ermos e sem controle.

Assim como os parques e áreas verdes, os pátios internos protegidos e destinados à recreação infantil, herdados dos ideais urbanísticos da “Cidade-Jardim”, só seriam indicados, segundo a autora, para crianças pequenas, pois

permitiriam que os adultos exercessem um certo controle. As mais velhas criariam problema ou fugiriam, uma vez que a partir de uma certa idade passariam a *“atuar sobre o meio ambiente ao invés de deixá-lo atuar sobre elas.”* Por outro lado, este tipo de planejamento exigiria que os edifícios fossem orientados para os pátios, o que faria com que as fachadas cegas ficassem voltadas para as ruas, diminuindo assim seus *“vigias naturais”*. (Choay , 1998).

Para a autora, as crianças precisam de um *“espaço não especializado, fora de casa, para brincar, treinar e construir sua imagem do mundo.”* Um lugar onde aprendessem na prática e no contato com adultos, os princípios fundamentais da vida urbana.

Na visão da autora, os planos funcionais deram uma atenção demasiada aos veículos, destinando grandes áreas urbanas para sua circulação: *“a supressão das ruas, que tem por conseqüência a supressão de seu papel social e econômico, é a idéia mais funesta e mais destrutiva do urbanismo ortodoxo”*. Ao mesmo tempo, ela coloca que as reações críticas acerca do automóvel, segregando a cidade em duas categorias (pedestre/carro), possivelmente viria a estagnar a diversidade de atividades e formas de vida essenciais. *“O destino dos pedestres nas cidades não pode ser dissociado da diversidade, da vitalidade e da concentração das funções urbanas.”* (Choay 1998)

Quanto às funções urbanas, Jacobs acreditava que os centros culturais ou cívicos de certa maneira isolariam as funções e atividades de determinados setores da cidade. Neste ponto, ela faz uma dura crítica ao zoneamento, que setoriza e separa as funções urbanas, não permitindo uma *“mistura suficiente de funções primárias”* que trariam vida à cidade. Uma forte densidade residencial, combinada a

um “tecido urbano cerrado, seria necessária para assegurar a diversidade e o pleno funcionamento da cidade.”

Como crítica a postura funcional, a autora por fim coloca: “Os urbanistas deveriam de preferência adotar uma estratégia que integrasse, uma na outra, a arte e a vida, esclarecendo, iluminando e explicando a ordem das cidades. Querem convencer-nos de que a repetição representa a ordem. Infelizmente, a regularidade elementar e militar e os sistemas significativos de ordem funcional raramente coincidem neste mundo.”

“Uma cidade não se faz de peças e pedaços, como um edifício de ossatura metálica, ou até uma colméia ou um coral. A estrutura de uma cidade funda-se em uma mistura de funções e nunca nos aproximamos mais de seus segredos estruturais do que quando nos ocupamos das condições que geram sua diversidade.” (Choay 1998)

A partir das reflexões sobre a vivência nas ruas, como tão salientada por Jacobs, consideramos importante o resgate dos estudos que envolvem a noção de “espaço percebido”, desenvolvidos posteriormente pelo geógrafo canadense Edward Relph (1976).

Estes estudos abordaram temas relativos ao entendimento dos mecanismos que atribuem “importância” a um espaço, o que possivelmente vem torná-lo um “lugar” significativo pelas possibilidades de experiências e trocas que promovem.

O autor em seu livro “*Place and Placelessness*”, já apontava em 1976 a necessidade de compreensão do ambiente urbano, através da análise de suas diversas situações, colocando a ênfase não nos mecanismos genéricos e de funções, mas no que escapava deles. Sem se preocupar com as relações de controle e poder exercidos em uma dimensão coletiva, como abordados por

Foucault, ele acreditava que as experiências humanas seriam comuns e que, portanto deveriam ser entendidas como parte de um mesmo contexto sócio-espacial. Hoje sabemos que este pensamento simplista, que vê o problema de forma genérica, reduz a complexidade das reflexões sobre as experiências humanas nos espaços urbanos.

Para tanto, ele se apoiou nas idéias do antropólogo Levi-Strauss (1967):

“Quando uma sociedade é indiferente ao espaço ou a certo tipo de espaço (em nossa sociedade, quando um espaço urbano não foi um objeto de planejamento) o que acontece é que estruturas inconscientes parecem tomar vantagem (...)sobre a indiferença, com o fim de invadir as áreas vagas (ou disponíveis, simbolicamente, ou de fato. Isto é aplicado tanto nas chamadas sociedades primitivas, que parecem ser indiferentes a expressão espacial, como nas mais complexas sociedades, que tem a mesma atitude.”(Relph, 1976)

Refletindo sobre tal citação, entendemos que, mesmo sem serem planejados, os lugares não são indiferentes para distintos indivíduos. Os significados associados a estes espaços, impressos por cada indivíduo ou grupo social, tornam um “lugar” identificável e sensível, justamente e especificamente para aquele indivíduo ou grupo social.

Neste sentido, é importante colocar que o fato do espaço não ser planejado, não o torna desprovido de significado, uma vez que os significados são construídos por cada indivíduo, no plano das idéias e experiências vividas, e não necessariamente, através do planejamento e de seus espaços instituídos para fins específicos.

Segundo Relph, o conteúdo e significado do espaço físico e, portanto, ainda mais dos espaços públicos, não são separados das experiências e intenções

humanas, coletivas e sociais.

“O espaço nunca é vazio, mas seu conteúdo e substância derivam ambos da intenção e imaginação humana e do caráter do lugar.”(Relph, 1976)

Embora a obra de Relph tenha sido escrita bem antes da explosão dos estudos da Nova História Cultural, e ainda seja por vezes marcada por um tom estruturalista e behaviorista dos anos 60/70, é neste ponto que vemos como certas preocupações apontadas por ele estão também enfocando o indivíduo como um ser social. Como exemplo, destacamos a sua reflexão sobre a relação analisada entre o “lugar” e a “comunidade”, baseado principalmente na interação do indivíduo com o outro, mais do que com o ambiente físico.

Para ele, as pessoas se sentem bem quando estão próximas de outras com interesses similares, independentes do lugar físico. *“Contatos humanos onde se sintam comprometidos e identificáveis são construídos quando pessoas partilham do mesmo pedaço de solo.”* (Relph, 1976)

Neste contexto, a definição de “espaço público” de Relph não só se aproxima da definição de Simmel, como também dos estudos mais recentes de I. Joseph e S. Bordreuil (2000). Assim, para Relph, “lugares” são públicos, criados e reconhecidos através de experiências comuns, que envolvem símbolos e significados também comuns.

Importante fazer uma ressalva a cerca dos escritos de Relph. Ao contrário do que ele enfatizou, sabemos que atualmente as discussões contemporâneas sobre o assunto não são mais calcadas na noção de “espaço público” enquanto possuidor de uma essência ou significação única. A noção mais atual vem sendo analisada através da ótica de uma construção histórica, menos funcionalista e genérica, onde o “lugar” seria “construído” pelo cruzamento de vários significados particulares, e

impressos por aqueles que vivenciam um determinado espaço, em um período histórico marcado.

Ao lado das contribuições de Relph nos anos 70, destacamos inicialmente a contribuição de Christopher Alexander no plano da formalização física das críticas ao funcionalismo moderno.

Em seu livro “*A Pattern Language*” (1965), Alexander propôs a criação de uma linguagem de padrões, que poderia ser empregada em casos indistintos para construir e planejar, auxiliando assim a análise, o planejamento e efetivamente o projeto de cidades, bairros, casas, jardins, quartos, sendo, segundo o autor, um texto de consulta atemporal.

O autor buscou neste trabalho, entender a natureza do processo de construção de um problema, para, a partir daí, construir um padrão atual que possibilitaria a sua solução. Os “patterns” seriam padrões (exemplos, modelos ou normas), e valores (importância, significância, qualidade) espaciais, existentes em qualquer comunidade.

Cada “pattern” descreveria um problema e em seguida, complementarmente, propunha determinar um conjunto de soluções para este problema. A proposta do autor seria que os padrões pudessem ser utilizados e reutilizados constantemente, empregados individualmente ou utilizados agrupados, auxiliando assim na solução de uma única problemática. Essa forma de conectar os “patterns” uns com os outros, visava criar uma linguagem infinita, que possibilitasse várias combinações, não estando nenhum padrão isolado, mas sim dando suporte para o outro. Isso demonstrava o entendimento e a preocupação sobre a complexidade da intervenção urbana. Os “patterns” também foram pensados para que pudessem ser utilizados em qualquer época (sentido de atemporalidade), em qualquer cultura, para qualquer

sociedade e qualquer indivíduo, tendo, porém que se adaptar a modificações, tais como as nuances do tempo, da cultura, da sociedade e dos indivíduos.

Baseado na experiência da aplicação destes conceitos, o autor acreditava que alguns “patterns” tiveram “sucesso” e alcançaram o objetivo desejado, definindo assim uma “invariante verdadeira”. Porém, outros “patterns” não tiveram tanto sucesso. Para estes, o autor incentivou a improvisação de novos “patterns”, acreditando que toda sociedade viva e completa possuiria uma linguagem de “patterns” única e distinta, compartilhada por todos os indivíduos pertencentes a ela.

A maneira como a publicação foi organizada, permitia sua utilização como uma espécie de manual, onde se detectaria uma “causa-problema”, e uma resposta-efeito como solução. Tal abordagem, de certa maneira reduziria os problemas arquitetônicos e urbanísticos a meros problemas de função e forma.

Importante salientar que, já nesta época, as propostas modernas vinham sofrendo críticas justamente por não lidarem aprofundadamente com problemas de ordem social e humana. Estes críticos consideravam que a função primordial da arquitetura e do urbanismo deveria ser a de “abrigar” e proporcionar espaços mais adequados e agradáveis aos indivíduos, estando atento principalmente às relações que ocorrem entre eles e o espaço.

Neste sentido, C.Alexander abriu campo para se pensar em um urbanismo mais participativo, onde as experiências das comunidades locais seriam importantes, além de apontar para diversos problemas de ordem física que vinham ocorrendo no território urbano. Porém, o autor foi um pouco utópico ao propôr “padrões-respostas” iguais e atemporais que poderiam ser empregados em qualquer lugar e para qualquer sociedade indiscriminadamente.

Por ter como origem “uma maneira atemporal de construir”, não levou em conta as pessoas e as relações, desconsiderando o caráter de transitividade das relações sociais e físicas, que permitem que as formas construídas acompanhem as mudanças do tempo. Essa utilização de “respostas- padrão” para “problemas-tipo”, de certa forma ignorou a questão do contexto sócio-histórico-cultural ao qual determinada sociedade e seus espaços físicos estão inseridos.

Os “patterns”, assim como a setorização proposta pelos planos funcionalistas modernos, acabaram por definir os usos do espaço em “tipos”, quase que formatando os comportamentos humanos, reduzindo assim as múltiplas formas de utilização dos espaços.

Porém, a contribuição principal de C. Alexander foi ter apontado para diversos problemas de forma física gerados pelo pensamento funcional moderno, em um momento em que se iniciavam os debates em torno de tais questionamentos. No entanto, estas idéias devem ser analisadas de forma atenta e com um certo distanciamento, entendendo que esta foi à forma encontrada pelo autor para tentar responder os problemas detectados na época, e que não são necessariamente fórmulas que deverão ser adotadas indiscriminadamente. Como se sabe, a atual reflexão sobre o espaço urbano, alcançou uma forma bem mais ampla de problematização, envolvendo indivíduos, relações complexas, forma física arquitetural e urbana, formas sociais e a própria dinâmica de informações, fluxos e temporalidades.

Assim como C. Alexander, Kevin Lynch (1981), em seu livro “*Uma teoria sobre a boa forma da cidade*”, inicia um questionamento a respeito da forma espacial da cidade.

Neste trabalho, o autor buscava entender o meio urbano e as percepções apreendidas pelos seus habitantes, procurando indicar diretrizes para uma melhor intervenção no espaço, criando, assim, uma “boa forma urbana”.

Para tanto, estabeleceu cinco "dimensões básicas de rendimento" que, segundo ele, seriam características ou qualidades identificáveis e importantes para todas as pessoas e culturas, sendo então dimensões que qualquer pessoa identificaria e valorizaria em um espaço físico. Estas dimensões se refeririam basicamente à forma espacial da cidade. Os valores dessas dimensões poderiam variar de acordo com a cultura e também no decorrer do tempo, mas a dimensão e o método de análise deveriam permanecer os mesmos. As cinco dimensões básicas seriam: “vitalidade”, que seria o grau em que o espaço físico sustenta as funções humanas vitais; “adequação” da forma física às ações humanas; “acessibilidade”; “controle” do espaço físico; e “sentido”, que seria o grau em que o espaço é percebido e identificado. Para Lynch, o “sentido” seria a raiz dos sentimentos pessoais referentes à cidade, permitindo a ocorrência de uma articulação entre a forma espacial e os processos humanos de percepção e cognição, criando assim uma inter-relação entre o indivíduo e o lugar.

Quanto à questão da percepção humana nos espaços urbanos, Lynch acreditava que em comunidades sociais existiriam, além de percepções individuais e sistemas de valores distintos, alguns elementos de percepção comuns a todos. Para tanto, propunha uma intervenção urbana participativa, onde a comunidade local estaria presente desde o desenvolvimento da proposta até a implantação do projeto.

No seu discurso criticava a rigidez da tradição racionalista, que possivelmente “esquecera” de relacionar, de maneira correta, a forma espacial com a escala humana. Como exemplo, poderiam ser destacadas as intervenções de caráter

monumental, onde as grandes avenidas e as novas construções não se relacionavam adequadamente com a escala humana e com o tecido urbano existente.

O autor mostrava a necessidade de se criar espaços urbanos de qualidade, resgatando e mantendo as malhas urbanas antigas, mais adequadas à escala humana, trazendo vida aos espaços vazios (estéreis ou mortos) da cidade. Detectamos, neste ponto, o início dos estudos desenvolvidos por Lynch e Halprin sobre os espaços públicos da cidade. Para eles, as praças, calçadas e as ruas de pedestres reforçariam uma “identidade local” (genérica), criando uma dinâmica na cidade. Esses espaços revitalizados e dinamizados trariam vida ao lugar, satisfazendo os desejos dos habitantes e valorizando o comércio, a moradia e uso local.

Lynch acreditava que a vivência na cidade deveria permitir a utilização do seu mobiliário, tirando partido dos elementos da paisagem urbana, criando assim uma “identidade” da cultura local (entendida de forma genérica). Também pensava que deveriam ser criados ambientes naturais dentro da cidade, para a melhoria do bem estar dos seus habitantes, permitindo o acesso aos elementos naturais, tais como: vegetação, água, ar.

Para Lynch, o bom lugar é aquele apropriado às pessoas e à sua cultura, permitindo tomar consciência de sua comunidade, seu passado, sua vida, o universo, o tempo e o espaço. Neste sentido coloca que *“a vida é um estado contínuo de transições, e a sua continuidade se fundamenta no crescimento e desenvolvimento mais competentes e com mais interconexão”*, onde o bom assentamento seria aquele que realça a continuidade da cultura e a vivência de sua gente, aumentando o sentido de conexão no tempo e no espaço e permitindo

fomentar o crescimento individual. O espaço deveria ser assim aberto, acessível, diverso, descentralizado e adaptável a experiências. (Lynch, 1981)

Sua contribuição nos estudos sobre os espaços urbanos, e mais especificamente sobre os espaços públicos, foi fundamental, uma vez que chamou atenção para a necessidade de uma visão mais crítica a cerca dos espaços que vinham sendo construídos de maneira pouco sensível às relações humanas, onde os comportamentos deveriam se adequar a uma forma pré-estabelecida.

Até certo ponto, Lynch nos ajudou a ficar mais atentos com a qualidade dos espaços livres públicos que nos cercam, prestando atenção às boas formas da cidade transparecidas nas características ou dimensões que as compõem.

Ele privilegiou *“a clareza das formas físicas, tal qual elas são percebidas pelos habitantes”*. Porém, como tão bem colocou M.Roncayolo(1997), *“(…)os habitantes não são neutros. Eles constroem neles mesmos a imagem que ajuda as experiências de sua memória. A imagem da cidade não teria então mais uma concepção global, a priori. Ela é partilhada, construída a partir de seqüências ao mesmo tempo topográficas e temporais (notadamente as seqüências de mudanças), diferente e igualmente amplas, segundo os grupos”*. Mas Lynch, malgrado estas fortes nuances, parte essencialmente da forma e da distribuição dos objetos físicos, se tornando, assim, um designer, ao lado dos “produtores de espaço”. Na mesma vertente de pensamento de K.Lynch, Willian Whyte na década de 80, se preocupou em analisar pequenos espaços públicos de NY, descritos em seu livro “The Social Life of Small Urban Spaces”. Sua questão inicial era porque alguns espaços públicos “davam certo” e porque outros não davam. De maneira um pouco superficial aos olhos da Nova História Cultural, o autor colocou que certos fatores físicos poderiam

favorecer o desenvolvimento de algumas atividades e comportamentos humanos específicos.

Através de observações feitas nos espaços públicos, ele iniciou a reflexão sobre as formas de utilização destes espaços, observando inclusive quem eram os usuários, e a que grupos sociais pertenciam. Neste sentido, optou pela utilização de métodos de observação (com registros fotográficos e filmagens), por acreditar que as outras maneiras de abordagem, como questionários, poderiam ser falhos ou induzirem respostas. Como veremos, esta metodologia nos auxiliou na análise e compreensão das atuais resignificações dos espaços livres públicos contemporâneos.

Como mostrado anteriormente por Jane Jacobs, Whyte colocou que pessoas atrairiam outras pessoas, e um bom lugar estimularia novos hábitos. Para ele, o simples movimento de pessoas em um espaço público se tornaria um espetáculo, uma cena viva de movimentos e cor. Como exemplo, ele utilizou suas observações de campo nos quais constatou que alguns indivíduos permaneciam no meio do fluxo de circulação, conversando, enquanto outros ficam nos pontos mais agitados de uma praça, muitas vezes parados junto a objetos, como esculturas ou outros equipamentos urbanos.(White,1980)

Assim como Lynch e Alexander, Whyte constatou que determinados elementos físicos possivelmente contribuiriam para a existência de um bom lugar, favorecendo assim o uso dos espaços públicos. Destacou entre eles: locais para sentar, pontos de venda de comida, sombra e água, entre outros, além da própria existência de pessoas, que possibilitaria experiências sensitivas como o toque, o ouvir, e também teria a função de ornamentar o espaço público.

Whyte apontou ainda que um dos principais fatores que faz o espaço “funcionar” é a “triangulação”. Como veremos no capítulo conclusivo que aborda o caso atual da cidade do Rio de Janeiro, estes pontos de atração e de possibilidade de trocas de opiniões, continuam até hoje ocorrendo. Para o autor, a triangulação ocorre quando um processo externo, e não esperado, estimula o contato entre pessoas estranhas, impulsionando a troca de comentários. Os elementos que suscitariam este contato/triangulação poderiam ser os comediantes de rua, as performances, ou até um estímulo visual, como esculturas, que chamassem a atenção das pessoas.

De certa forma ignorando a cultura local, Whyte coloca de maneira genérica, que todos os indivíduos se comportariam da mesma maneira, independente da cidade, caso as mesmas possuíssem elementos similares, como: volume, concentração de pedestres e misturas de atividades.

Whyte levanta ainda o caso dos “indesejáveis” (“os moradores de rua”), que possivelmente também brigariam pela permanência e uso do espaço. Para o autor, não seria a existência deles, mas sim a quantidade, que talvez viesse a “incomodar”. Segundo ele, quando o espaço é qualificado e tem um uso intenso e “desejado”, os “indesejáveis” vão embora, e o espaço se torna agradável e ativo novamente. Entendemos, porém, que sua abordagem neste assunto foi de certa forma superficial, uma vez que este problema deveria ser tratado muito mais como uma questão social e política, do que apenas como um problema de forma física. Contraditoriamente neste ponto, Whyte afirma que todos teriam direito ao espaço público e liberdade de ir e vir, sem constrangimentos ou imposição de horários.

Porém, é importante ressaltar que a contribuição dos estudos de Whyte foi atribuída principalmente pelo fato de nos despertar o interesse em observar “os

comportamentos de pessoas comuns nas ruas da cidade, seus rituais no encontro da rua”, assim como a “regularidade de encontros, a tendência a gestos recíprocos nas conversas na rua.” (Whyte, 1980)

Assim com Alexander, Whyte propôs uma espécie de manual, no qual descreve suas descobertas e suas recomendações, dando inclusive uma série de sugestões que seriam utilizadas nas futuras regulamentações para os projetos de espaços públicos, como por exemplo, a definição de locais para sentar, a indicação de como e onde deveriam ser plantadas as árvores, a iluminação indicada para determinado local, e o acesso para os deficientes físicos, entre outros. Com isso, apontou elementos que, segundo ele, permitiriam criar bons lugares, mas que, de uma maneira muito simplista, reduziu a complexidade do entendimento sobre os espaços urbanos.

Observamos que todas estas abordagens privilegiaram primordialmente as formas físicas e levantaram superficialmente as questões das formas sociais. Restamos saber como, a partir destas análises, superar, além da herança do movimento moderno, todo o movimento de crítica posterior a eles, entendendo de que maneira eles contribuíram historicamente para a construção do pensamento atual.

A abordagem de outros autores, principalmente na área de história e sociologia, deu um tratamento mais aprofundado sobre o tema. Entre algumas destas contribuições, que envolvem a crítica ao pensamento funcionalista moderno, destacamos as reflexões de Michel Foucault e de Richard Sennett.

3.5. As críticas sobre o pensamento funcionalista de Michel Foucault e Richard Sennett

Foucault (1977), assim como Sennett (1988) viria posteriormente a desenvolver, fez uma crítica à Cidade Moderna, que através da ilusão da construção de uma cidade perfeita, acabou caindo na armadilha dos mecanismos do poder. Para ele, os planos de funcionalização do espaço geraram propostas que congelaram as ações humanas, fixando-as assim em funções determinadas.

Neste sentido, consideramos relevante resgatar a questão levantada por Foucault, sobre o poder disciplinatório, traçado em paralelo com a noção de espaço público. Importante lembrar que a noção de disciplinarização vem ao longo da História se relacionando intimamente com a questão dos comportamentos humanos em sociedade, e com a própria utilização dos espaços públicos, balizando, até os dias de hoje, os comportamentos no espaço urbano.

Poderíamos dizer que as intervenções urbanas que tomaram corpo principalmente no período de grande disseminação dos ideais modernos, transpareceram um certo desejo de disciplinar os comportamentos humanos, onde os atos dos planejadores, muitas vezes impuseram certas utilizações do espaço físico, que não estavam em consonância com a sociedade local.

Foucault, através de seus estudos, nos desperta para a consciência da existência de um poder e um controle sobre o indivíduo, que permeiam a História das Sociedades, onde possivelmente o processo de disciplinarização do comportamento humano, exercido muitas vezes através das formas físicas, gerou um “silenciamento” do corpo. (Foucault, 1977)

Observando a cultura ocidental em um longo recorte temporal, Foucault nos mostra que o poder vem sendo exercido historicamente na civilização ocidental,

através de atos disciplinarizadores, tais como os atos de vigiar e punir, onde se verifica a perda da dimensão da liberdade do indivíduo.

As reflexões de Foucault sobre a disciplinarização são quase um contraponto as reflexões de Sennett sobre a individualização, onde o cidadão perde sua liberdade através de regras funcionais impostas aos seus comportamentos. O autor demonstra ser necessário compreender o processo no qual o homem veio perdendo esta liberdade, tendo seus comportamentos coletivos mediados pelo exercício de práticas funcionais e “disciplinatórias”.

Para Foucault, a própria política teria como objetivo principal conter ou evitar os distúrbios sociais, sendo assim de certa forma, disciplinadora da massa. Essa reflexão é bastante pertinente se formos pensar na apatia política citada por Sennett, como uma das causas do declínio da vida pública.

“A política, como técnica da paz e da ordem interna, procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil...”(Foucault,1977).

Neste sentido, Sennett faria posteriormente um contraponto as reflexões de Foucault, acreditando que a vida na cidade moderna havia gerado uma individualização do homem e perda da interação social em função do crescimento da cidade.

“Como resultado do temor diante da vida pública que atacou o século passado, resulta hoje um senso enfraquecido de vontade humana.”(Sennet, 1988)

Interessante observarmos que, ao mesmo tempo em que Sennett questiona a ordenação e funcionalização dos espaços “modernos”, que buscavam disciplinarizar os comportamentos humanos no espaço físico, ao que tudo indica, ele parece não conseguir se desvencilhar da própria noção de ordem, e acaba caindo na armadilha

da existência de uma possível criação de um modelo icônico e ideal de vida na cidade, onde destacamos: *“a aproximação entre pessoas é um bem moral”*, e *“através de experiências de aproximação e do calor humano para com o outro”* se construiria uma personalidade individual. Esta visão romantizada de uma cidade ideal, já havia sido levantada por Camilo Sitte em 1889, que propôs um retorno ao passado, resgatando antigas relações sociais.

Porém, para Foucault, a disciplina surge como uma forma de adestrar os comportamentos humanos, objetivando otimizar e multiplicar os “rendimentos” individuais, transformando assim os indivíduos em “instrumentos” de seu exercício.

“Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla,...uma individualidade...e, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras;impõe exercícios, enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas””, onde o indivíduo se transforma, através de ajustes ,em um elemento útil. Assim: *“a disciplina fixa; ela imobiliza ou regulamenta os movimentos; resolve as confusões, as aglomerações compactas sobre as circulações incertas, as repartições calculadas.”*, sendo, portanto, um conjunto de *“...técnicas que assegurariam...a ordenação das multiplicidades humanas”*. (Foucault, 1977)

A questão da disciplinarização dos comportamentos, evidenciado através da setorização e funcionalização dos espaços, talvez aponte para a força do poder dos planejadores, que determinam os modos de utilização deste espaço. Neste ponto, os estudos de Foucault auxiliaram no entendimento da maneira como o poder é exercido através da imposição da disciplina, buscando garantir um controle nos comportamentos humanos.

Pode-se dizer que, com as diferentes técnicas disciplinares, o homem passou

a ser visto não mais como um indivíduo, possuidor de características e desejos próprios, mas sim como uma peça que é “formatada” para um trabalho em série, onde o corpo-individual é apenas uma parte da engrenagem de uma grande máquina. É através desta programação, sob uma ótica funcionalista, que seria possível um melhor desempenho do desenvolvimento do sistema como um todo.

Segundo o autor, o poder disciplinatório reduziria o indivíduo a uma representação :*“O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade, mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo, e o conhecimento que dele se pode ter, se originam nessa produção.”* (Foucault, 1977)

O tom de Foucault, que certamente pareceria extremamente “diretivo” aos olhos da História Cultural, não impede que consideremos como pertinentes e válidas suas reflexões sobre os mecanismos de controle social, sobretudo nos séculos XIX e XX.

O momento de passagem do plano dos discursos à construção de cidades marcadamente funcionalistas, variou de um país a outro, mas “culturalizou” o modo de vida dos cidadãos no século XX. As conseqüências deste programa funcional, empregado nos territórios da cidade, não foram sentidas imediatamente. Sua implantação sofreu poucas adaptações, gerando ambientes extremamente funcionais e programados. Assim, a cidade foi se dividindo em setores e funções, e o cidadão passou a ser entendido como um “homem-tipo” ou um “homem genérico”, com padrões fixos para viver, se divertir, trabalhar e circular.

Assim, o período que compreendeu o movimento moderno se caracterizou como o momento de cristalização e formalização racional dos espaços públicos, entendidos como uma função a ser ocupada no espaço da cidade.

Historicamente a sociedade ocidental veio se estruturando na cultura do trabalho, que institucionalizou comportamentos, vivências e costumes, como, por exemplo, a determinação de horários semanais voltados para as funções de trabalho e os fins-de-semana voltados para o lazer. Neste sentido, o movimento moderno auxiliou na sedimentação destas idéias, ao propôr espaços específicos voltados para acolher as funções de lazer e tempo livre.

Porém, as críticas posteriores ao Movimento Moderno, que começaram a questionar a hegemonia do planejamento funcional, passaram a observar de forma mais sensível os aspectos sociais de cada local, contribuindo para se repensar o planejamento das cidades e de seus espaços públicos. Neste sentido, o planejamento enquanto fator disciplinador começou a ser questionado, possibilitando o surgimento de novas idéias de um planejamento não tão disciplinador e mais participativo, o que viria a permitir a contribuição de novas visões e de vivências do lugar, como evidenciado inicialmente no trabalho desenvolvido por Lynch. Para alguns autores, o fato de não ser planejado não tornaria o lugar desprovido de significações. Estas significações seriam construídas no plano das experiências vividas e não necessariamente a partir de um plano físico.

4-CAPITULO 3- DIFERENTES ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

Nos últimos quinze anos, vimos surgir um grande esforço teórico de um grupo de autores que procurou quebrar os vínculos remanescentes do pensamento funcionalista moderno, buscando assim encontrar novas alternativas para as suas reflexões. Neste período, observamos o crescimento dos debates direcionados principalmente às formas e significações do espaço urbano e conseqüentemente dos seus espaços públicos. No entanto, ainda são poucos os que se dedicam a observar e refletir sobre as atuais diferentes formas não planejadas de apropriação destes espaços públicos, voltados para o prazer e lazer na cidade.

Os teóricos que se propuseram a discutir a questão dos espaços urbanos, o fazem a partir de um viés sócio-político e cultural, mais atentos às mentalidades e representações, dando ênfase às dimensões da sociedade e aos temas ligados a vida coletiva.

Nestas discussões contemporâneas que vêm tematizando a questão do espaço urbano e mais especificamente do espaço público, podemos apontar duas diferentes abordagens sobre a questão. A primeira abordagem, que se difundiu principalmente até meados dos anos 90, ao qual podemos classificar como uma “visão pessimista”, enfatizou o declínio da esfera pública, vista até então enquanto local democrático de expressão e trocas sociais, levantando inclusive a questão da privatização dos espaços públicos e a redução das relações sociais e diminuição da liberdade individual no âmbito público. Sob esta ótica, as noções de mobilidade e da dinâmica contemporânea das cidades seriam também consideradas circunstâncias negativas do espaço urbano, que salientariam ainda mais o isolamento dos

indivíduos e a apatia social na cidade. Neste sentido, podemos resgatar as reflexões de Sennett (1988), Augé (1994), entre outros.

A segunda abordagem, que se difundiu mais recentemente, apontou para uma visão mais “otimista” sobre o ambiente urbano, indicando talvez a existência de re-significações de algumas noções relacionadas com as questões urbanas, como por exemplo, a noção de “espaço público”. Para estes autores, não seria a morte da esfera pública o que estaria ocorrendo, mas sim a morte da hegemonia de determinados modos de viver a cidade, e também a morte de antigas formas de projetá-la, permitindo com isso o nascimento de novas formas urbanas, novas maneiras de apropriações e diferentes possibilidades de vivências no espaço urbano. Destacamos como autores representativos desta vertente, Joseph (2002), Bordreuil (2002), Gourdon (2001), e Guattari (1992), entre outros, além de destacarmos ainda o resgate das contribuições dos estudos de Simmel (1898), Arendt (1958) e Habermas (1978).

De uma maneira geral, ao que tudo indica, parte dos teóricos e planejadores contemporâneos ligados à área do urbanismo, ainda se mantêm presos à antiga forma de abordagem e discussão sobre as questões da cidade. Eles se fundamentam, principalmente na reflexão sob o ponto de vista das práticas do planejamento urbano, dando ênfase aos aspectos materiais, tipológicos e funcionais da cidade, e deixando um pouco de lado o debate sobre as temporalidades urbanas, o cruzamento com as reflexões sociais mais aprofundadas, a cultura e as diversas significações de cidade que cada indivíduo constrói. Este pouco aprofundamento dos debates, efetivamente ajudou com que estas reflexões viessem a influenciar nas formas físicas da cidade, vindo a disseminar no espaço urbano uma série de espaços “desconectados” das “realidades” de determinado local e comunidade.

Importante ressaltar que ainda hoje observamos que esta abordagem, baseada principalmente na análise e forma física, vem ocorrendo não obstante aos esforços contrários de autores tão diferentes como Choay (1988), Sennett (1988) e Roncayolo (1997), entre outros, e de debates mais recentes, como os discutidos nos seminários sobre espaços públicos e culturas urbanas, realizado no Centro Inter-regional de Formação Profissional (CIFP) de Paris. Este movimento tem contribuído para uma nova reflexão sobre o pensamento urbano, tocando ainda mais de perto a interface entre as questões políticas, sociais e urbanísticas, e que pretendemos ressaltar no presente capítulo.

Como já mencionado, a expressão “espaço público” é abrangente e pode designar noções distintas, como sendo relacionada à questão das práticas sociais, e também podendo ser entendida através de sua materialidade e especificidades tipológicas, como a rua, a praça, o parque, o jardim. Essa generalização urbanística sobre a questão, foi bastante empregada nos anos 80. Destacamos ainda, outras categorias que também alargaram o seu significado e sua abordagem, como por exemplo, a compreensão e/ou a associação da noção de “espaço público” com a noção de “espaço verde”, “espaço livre” e “espaço aberto”.

A abordagem atual sobre a noção de “espaço público”, assim como a importância que a expressão ganhou nas décadas de 80 e 90, pode possivelmente significar uma inquietação com a qualidade de vida na cidade e das relações interpessoais.

Neste ponto, observamos ser sintomático o aparecimento e o fortalecimento da figura do arquiteto paisagista que vem gradativamente absorvendo as novas preocupações no que diz respeito às questões da paisagem, do tempo, das variáveis imbricações das relações sociais atuais, gerando uma evolução nas

demandas paisagísticas.

Por outro lado, observamos que mais significativamente desde a década de 80, afirmam-se os movimentos associativos e de participação social. A este respeito, observamos, por exemplo, novas parcerias das intervenções urbanas, gerados através da ação de indivíduos em comitês de bairros, que permitem que eles registrem seus testemunhos sobre a vida na cidade, além de efetivamente apresentarem propostas para melhoria do espaço urbano, como apontado por estudiosos no assunto:

. “São os usuários que legitimam sua palavra, através de associações, onde se mobilizam para expor seu ponto de vista, suas expectativas, suas práticas e interesses. Neste processo, a associação é um dos atores do arranjo, onde é adotada uma postura de reivindicação em um movimento democrático direto, de natureza política e coletiva, entendendo que a forma de delegar a apenas um indivíduo é insuficiente.”

. “Existem mediadores profissionais cuja competência é servir de ligação entre a demanda social, espontânea e suscetível, e os profissionais que detêm o poder da intervenção urbana. Essa profissão ocorre em diferentes estruturas, possuindo profissionais militantes remunerados ou especialistas em comunicação. A forma de organização é bem próxima a dos ateliers públicos, ou a região administrativa de bairro, onde este movimento se afirmou no curso dos últimos vinte anos.”

. “Existem ainda profissionais que produzem conhecimentos. Esses profissionais são oriundos das ciências sociais, sociologia, etnologia, geografia, e exercem seus ofícios em escritórios privados, universidades e laboratórios de pesquisa. Suas pesquisas são sobre a vida social e visam a operacionalidade das ações.”

(CIFP,2000-2002)

A necessidade de rever, sob uma ótica atual, às noções de “espaço público” e de “urbanidade”, e de lugares destinados ao “tempo livre” e ao “lazer”, se torna pertinente, a partir do momento que verificamos uma reflexão contemporânea com pouco aprofundamento sobre as questões históricas, culturais e sociais, no que diz respeito à questão específica dos espaços públicos, e onde observamos que sua abordagem aparece basicamente calcada na discussão exaustiva sobre os seus aspectos físicos. De fato, boa parte da literatura que aborda a questão do espaço público, vem passando de forma superficial e genérica por questões sociais, bem como sobre a importância do indivíduo e de sua percepção ou a significação própria do lugar, assim como a sua história específica do ponto de vista social e cultural.

Este resgate também se faz necessário, sobretudo quando observamos que os modelos racionalistas e funcionais vem sendo há algum tempo utilizados. Destacamos neste ponto, a continua utilização de uma tipologia de “espaço público”, como por exemplo, as praças e parques, que contém programas que definem setores destinados a determinadas funções (áreas de estar, playgrounds, áreas de celebração, áreas de esportes com seus equipamentos específicos).

Poderíamos apontar como hipótese, que a implantação de tais idéias e tipologias funcionais, observadas ainda nos dias de hoje, nada mais são do que uma forma de abordagem, ainda calcada na herança do pensamento moderno que, de certa forma, condicionava as práticas sociais às formas físicas da cidade, com a finalidade de “educar” os comportamentos humanos. Neste pensamento funcionalista, a questão dos lugares e dos atores sociais era enfocada de maneira pragmática e genérica, demonstrando assim a pouca ênfase em um cruzamento aprofundado entre a forma física e a forma social, para além de uma visão binária e de causa e efeito. (Pereira,1998)

Baseando nos debates dos seminários sobre a problemática do espaço público realizado pelo CIFP em Paris, entre 2000 e 2002, buscamos introduzir os questionamentos atuais sobre a noção de “espaço público”, procurando repensá-lo a partir da História de sua construção física, tipológica, funcional e cultural, que ao longo dos anos vieram delineando-o. Estes questionamentos perpassam a questão da cidadania, do movimento urbano, e da própria História da construção de sua noção.

• **A introdução dos debates atuais sobre a questão do espaço público:**

Os debates atuais que envolvem a noção de “espaço público” ressaltam a complexidade do seu entendimento e também de sua “ordenação” atual, quando os atores sociais e profissionais multidisciplinares se misturam e participam dos debates sobre sua compreensão e sobre a própria concepção física destes espaços. As ciências sociais ocuparam um papel importante na análise das apropriações dos lugares públicos, utilizando métodos de observação, com percurso comentado, e também observações recorrentes dos locais, que ajudaram a um melhor entendimento dos usos sociais ocorridos no ambiente urbano.

Neste sentido, Joseph (CIFP,2000-2002) ressaltou a importância de um retorno reflexivo e crítico sobre as atuais práticas do planejamento da cidade, dando uma maior atenção para as diferentes formas de uso e modos de vida no espaço urbano.

Segundo o autor, o debate sobre espaço público vem ocorrendo ainda recentemente de forma difusa, e para demonstrar isso, destacou dois exemplos na França. Há apenas alguns anos, em 1986, Michael Amiot realizou uma pesquisa minuciosa sobre a cidade e a sociologia urbana, deixando de lado uma abordagem

mais aprofundada sobre a questão do espaço público. Por outro lado, no mesmo período, Isabelle Billiard (1988) desenvolveu um trabalho que se deteve exclusivamente na análise dos espaços públicos, porém, deixando de lado uma análise mais fina sobre o planejamento.

Para Joseph (2002), o enfrentamento da noção de “espaço público” continuava ainda disperso nos anos de 2001 e 2002, podendo ser explicado por alguns fatores históricos. Para ele, possivelmente um dos fatores históricos foi a impregnação de um pensamento funcional nas propostas de organização do território, fruto da herança de uma política de reconstrução pós-guerra, seguido por uma política de habitação social nos anos 70, e somado por fim, a um possível descrédito urbanístico e sociológico na questão da rua. Joseph supôs que este descrédito estaria também se refletindo na diminuição da noção de cidadania, mais evidentes nos dias atuais. Complementando Joseph, François Loyer (2002) coloca que, depois da guerra, a urgência de se pensar a questão da habitação social, sob o efeito doutrinante da Carta de Atenas e do pensamento de Le Corbusier, possivelmente ocasionou uma desatenção quanto ao caráter social do espaço público, como por exemplo, a abordagem das praças apenas enquanto um espaço físico destinado a uma função específica no espaço urbano.

Segundo Otilia Arantes (1993), foi a partir dos anos 60 que a questão do espaço público tomou um grande vulto, havendo uma *“verdadeira obsessão pelo lugar público, em princípio o antídoto mais indicado para a patologia da cidade funcional”*, como se o espaço público pudesse desempenhar uma função física que desse uma certa “leveza” ao plano funcional. (Yasigi,2000.)

No campo da sociologia e filosofia, observamos que a literatura do fim dos anos 70 se concentrou na reflexão das questões do habitante, podendo citar neste

período, o resgate e a difusão dos trabalhos dos filósofos Heidegger e Bachelard, que estavam prioritariamente preocupados com as experiências humanas ocorridas no espaço físico. Ainda neste período, destacamos que boa parte dos trabalhos de sociologia urbana começou a problematizar a questão do habitante e de sua vivência na arquitetura e no espaço urbano.

Joseph e Loyer consideraram ainda que a reflexão sobre o “espaço público” vem ocupando um espaço marginal na História das cidades, destacando como exceção os estudos da psico-geografia das ruas de Paris e o projeto do “Internationale Situationniste”, que começaram a abordar a rua e o espaço urbano como um espaço de exploração e de deriva, no fim dos anos 50.

4.1. A atual noção de “espaço público”

Segundo Joseph (2002), a noção de espaço público permitiria a existência de um novo regime de enunciação e manifestação, de uma forma de se comunicar em público. O ato do falar, produzido pelas interações sociais, respeitaria as regras de conversação e seriam os dispositivos de civilização de uma sociedade democrática, em uma urbanidade nascente.

Assim como Joseph, Roncayolo (CIFP,2000-2002) sublinha que a noção de “espaço público” perpassa as ciências sociais, as ciências políticas e o urbanismo. Para o autor, o espaço público não seria simplesmente um espaço físico, sendo um objeto metafórico que se aplica em múltiplas coisas, não podendo, portanto ter uma definição muito restrita. Seria igualmente um espaço visual e sonoro, e principalmente um espaço de agentes. Segundo ele, esses agentes mudariam constantemente de orientação, fazendo com que o espaço público tomasse formas diversas, mantendo, porém, a condição de ser um lugar aberto e de possibilidade do

público, como por exemplo, uma praça, uma estação de metrô, ou até uma agência de correio. Seria assim, um espaço de reencontro, mas também um espaço de atividades, que possibilitasse trocas entre os objetos e agentes.

Para Gomes(2002), geógrafo brasileiro que discute também na atualidade esta questão, o espaço público, entendido na sua materialidade, é o local físico onde se possibilita o desenrolar de convivências, e que de certa maneira vem a orientar as práticas e comportamentos, permitindo inclusive a existência de conflitos, sendo assim o lugar da problematização da vida social.

Porém, para o autor, o conceito de espaço público fundamentado sobre a idéia de uma coletividade estruturada por uma identidade única, parece um pouco genérico, não entrando na complexidade das diferentes práticas de diferentes lugares. Para ele, a cultura pública *“não exige que renunciemos ao estatuto da diferença individual”*. Neste sentido coloca que: *”do ponto de vista simbólico, poderíamos dizer que esse espaço é composto pelo espetáculo da tensão entre a diferença e a possibilidade de coabitação. Ele é assim a condição fundamental de expressão da individualidade dentro de um universo forçosamente plural.”* (Gomes,2002)

Gourdon (2001), outro estudioso que vem refletindo sobre o espaço público, colocou que, um certo uso social de um lugar define o espaço como sendo comum e não privado. No entanto, a sua transformação em um espaço público depende do momento e de conjunturas históricas, e também da interface entre os atores sociais que operam determinadas transformações, sendo, porém, sua gestão uma função da autoridade municipal. Portanto, não é um fenômeno espontâneo ou uma realidade instituída.

Para ele, os espaços públicos são fundamentalmente “úteis”, tanto aos indivíduos como à sociedade, sendo por um lado difícil de imaginar um contrato social sem um contato físico entre os indivíduos - os produtores dos espaços públicos. Por outro lado, a “mise en scène” da sociedade civil, e sua diversidade social e cultural, tornam os lugares, espaços privilegiados de aprendizagem da alteridade cívica. (Gourdon,2001)

Segundo Gourdon, o espaço público permitiria ao indivíduo ao mesmo tempo se distanciar da comunidade, possibilitando o reconhecimento das diferenças, se aproximando, porém, das semelhanças entre eles e os outros. Neste sentido, ligaria a pluralidade dos indivíduos à comunidade, fazendo acender diferentes modos de visibilidade e de efeitos sociais e políticos.

Referindo-se ao caso brasileiro, Yásigi (2000) coloca que a finalidade da sociedade não é construir cidades, mas sim viver. Para o autor, a calçada, e porque não, os espaços livres públicos, são os lugares de encontro do outro, do diferente, cujo ser dá sentido à democracia. Para tanto, cita André Breton, que diz que a rua é o único campo de experiência válido. Segundo ele, seria no espaço livre público o lugar onde somos submetidos ao encontro do lugar e da experiência, possibilitando a existência do nosso sentido coletivo. Para o autor, o planejamento seria, a princípio, uma ordem que nos protege. Mas que acaba por cercear a liberdade das ações e de certa forma a beleza das experiências a serem vividas no espaço livre público.

4.2. “Visão pessimista” da cidade contemporânea

A primeira abordagem que envolve as questões da cidade atual, diz respeito à reflexão à cerca do “declínio do espaço público”, em termos de vulnerabilidade

social, e que, ao que parece, foi intensificado pela preocupação com a violência e com a segurança, podendo também ter se agravado pelo crescente aumento do uso do automóvel, que, ao longo dos anos vieram isolando os indivíduos nos espaços privados, como havia sido ressaltado por Jacobs e Sennett.

Sennett (1988) ressaltou a complexidade que vem sendo impressa no espaço urbano contemporâneo, que para ele estaria em constante movimentação. Ele chama a atenção para a compreensão das questões relacionadas com o corpo individual e a maneira como estas questões foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana.

Segundo ele, apesar de inicialmente ter sido pensado que a arquitetura poderia vir a tolhir o indivíduo, e que os planejadores modernos “*tinham de alguma maneira perdido a conexão com o corpo humano*”, ele nos faz perceber que existiam causas abrangentes e de origens históricas mais profundas, que de certo modo eram balizadas pelo desenvolvimento de um “poder disciplinarizador” e pela origem da noção de privação do indivíduo na cidade, questões estas já estudadas anteriormente por Foucault (1977).

Em seu livro “*O declínio do homem público*”, Sennett, nos anos 80, desenvolveu, através de uma análise em um longo arco temporal, uma reflexão a cerca da construção da noção de “domínio público”, detendo sua atenção ao processo de declínio da esfera pública.

Nesta publicação, o autor salienta que o conceito inicial de “república” veio perdendo seu significado ao longo da História moderna ocidental, apontando para o esvaziamento da noção de “domínio público”, que passou a ocorrer quando as relações sociais começaram a se dar de maneira mais impessoal. Observando certos fenômenos sociais na década de 70, ele escreveu: “*Como na época romana,*

a participação na res publica é hoje, na maioria das vezes, uma questão de estar de acordo; e os fóruns para essa vida pública, como a cidade, estão em estado de decadência..” (Sennett, 1988)

Continua ainda afirmando que *“uma res publica representa, em geral, aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços de família ou de associação íntima; é o vínculo de uma multidão, de um “povo”, de uma sociedade organizada, mais do que vínculo de família ou amizade.”*

Sobre esta questão, Arendt (1999), já havia chamado a atenção para a importância das noções de “polis” e de “república” em cruzamento com a noção de “indivíduo”: *“A polis era para os gregos, como a república para os romanos, em primeiro lugar a garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra essa futilidade e reservado à relativa permanência, senão à imortalidade, dos mortais.”*

Neste sentido, Sennett (1988) se propôs então, a compôr um quadro do surgimento e do declínio da cultura pública moderna ocidental, criando *“uma perspectiva a respeito das crenças, das aspirações e dos mitos da vida moderna que parecem ser humanos, mas que de fato são perigosos.* Para ele, coube salientar que a preocupação com o “ser público” foi, ora aparecendo e ganhando destaque, ora sumindo do debate e da preocupação de determinada época.

Segundo ele, é fácil perceber que nestes últimos tempos, devido a diversos fatores políticos, econômicos e sociais, a questão do domínio público vem sendo pouco debatida e conseqüentemente vem perdendo importância. Resulta assim, em um esvaziamento da própria noção ou ao que ele chama de “declínio” no âmbito público. Sennett indica ainda, que o declínio da vida pública contemporânea seria

resultado da apatia política e do narcisismo cínico, e que estaria engendrando uma forma individualizada de se colocar perante o mundo, anulando, assim, *”o senso de contato social significativo fora de seus limites, fora dos limites do eu único, em público.”* (Sennett,1988)

Foi a partir do resgate da História da vida pública, que veio à tona a questão da “impessoalidade enquanto mal social”, onde, segundo Sennett, *“a impessoalidade parece definir um panorama de perda humana, uma total ausência de relacionamentos humanos.”* Destacamos assim, a existência de um mito que nos leva a acreditar que os males da sociedade são produtos dos *“males da impessoalidade, da alienação e da frieza”*. Para ele, estes males constituiriam uma ideologia da intimidade, onde possivelmente esta ideologia transmutaria categorias políticas em categorias psicológicas.

“As pessoas procuravam encontrar significações pessoais em situações impessoais”, como não conseguiam, fugiam para tentar *“encontrar nos domínios privados da vida, principalmente na família, algum princípio de ordem na percepção da personalidade”* . (Sennett,1988)

Quanto à questão da individualização do cidadão, a nova dinâmica da cidade moderna industrializada, e o acesso às novas tecnologias, intensificadas a partir do século XIX, provavelmente, deram origem à sociedade segmentada dos dias atuais. Nela, os indivíduos passaram a se relacionar mais superficialmente, e o homem, pouco a pouco, veio se tornando um ser cada vez mais individualizado.

“Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma liberação.” E ainda acrescenta que:

“Aumentou a preocupação com as questões relativas ao eu, enquanto a participação com estranhos para finalidades sociais diminuiu”

“Em grupos comunitários, por exemplo, as pessoas sentem que precisam chegar a se conhecer umas às outras enquanto pessoas, a fim de atuarem juntas; ficam então presas a processos imobilizantes para se revelarem umas às outras enquanto pessoas e vão gradualmente perdendo o desejo de atuarem juntas.” (Sennett,1988)

Para Sennett, *“falar do fim da vida pública é primeiramente falar de uma conseqüência, extraída de uma contradição na cultura do século passado. A personalidade em público era uma contradição em termos: levada às últimas conseqüências, destruía o termo público.”*

Assim como Sennett, Arendt (1999), também coloca que, na era moderna e no conseqüente declínio da esfera pública, os indivíduos vêm cada vez mais se voltando para a esfera privada: *“esta ampliação da esfera privada, o encantamento, por assim dizer, de todo um povo, não a torna pública, não constitui uma esfera pública, mas, ao contrário, significa apenas que a esfera pública refluíu quase que inteiramente, de modo que, em toda à parte, a grandeza cedeu lugar ao encanto, pois embora a esfera pública possa ser maior, não pode ser encantadora precisamente porque é incapaz de abrigar o irrelevante.”*

Para ressaltar a postura passiva dos cidadãos modernos, Sennett (1988) destacou a existência de uma recusa: *“recusamos, também, que deva haver quaisquer barreiras na comunicação entre as pessoas. A lógica toda da tecnologia das comunicações do século XX foi determinada por essa abertura de expressão. E ainda assim, apesar de termos venerado a idéia da facilidade de comunicação, ficamos surpresos com o fato de que a “mídia” resulte numa passividade ainda maior da parte daqueles que são os espectadores”.* Assim, gradualmente o indivíduo foi

perdendo a vontade de atuar publicamente, adotando uma postura passiva, esvaziada do desejo de expressão, tornando-se o espectador, *“mais do que testemunha. A platéia perdera, assim, um sentido de si mesma como força ativa: como público.”*

Em relação ao caso brasileiro, Gomes (2002) coloca que também parece estar havendo uma certa apatia, com os indivíduos deixando de participar, passando a meros espectadores passivos. Para ele, tal fato foi influenciado principalmente pela ação demagógica dos governantes e pela mídia que adotou uma postura crítica, pouco posicionada e dócil.

• A questão da “ mobilidade”

Apesar da luta pela quebra de barreiras físicas, alcançadas através da facilidade de circulação na cidade, Sennett apontou que o deslocamento e a mobilidade, geraram um certo congelamento das possibilidades de trocas sociais. *“Em termos puramente físicos, recusamos quaisquer limitações na movimentação pública na cidade, inventamos uma tecnologia de transporte para facilitar essa movimentação pessoal absoluta, e ficamos então surpresos com o fato de que o resultado disso é o entorpecimento da cidade enquanto um organismo.”*

Quanto à questão contemporânea no que diz respeito à experiência do homem na “velocidade”, Sennett coloca que ela possibilitaria a intensificação ainda maior do caráter efêmero do espaço, fazendo com que os indivíduos convivessem com a rapidez do mundo que os cerca. Os frutos da velocidade, ao qual o autor se refere, seriam: a dinâmica, a rapidez de geração e compreensão de informações, e a maneira rápida e efêmera que se dão às relações sociais.

“O espaço tornou-se um lugar de passagem, medido pela facilidade com que

dirigimos através dele ou nos afastamos dele.” “Transformado em um simples corredor, o espaço urbano perde qualquer atrativo para o motorista, que só deseja atravessá-lo.” (Sennett,1987)

Neste sentido, Augé (1994), complementa, preocupado com a questão dos atuais “lugares” contemporâneos, colocando que o deslocamento do corpo em velocidade *“reforça a desconexão (do corpo) com o espaço, tornando suas referências secundárias”*, possibilitando também uma perda de vínculos no contato com outras pessoas, onde *“a medida que as vias são cada vez mais expressas e bem sinalizadas, o motorista precisa cada vez menos dar-se conta das pessoas e das construções para prosseguir seu movimento.”*

O arquiteto Rem Koolhaas (1995), outro estudioso no assunto, acrescenta: *“A serenidade da Cidade Genérica é alcançada pela evacuação do domínio público, como em um treinamento de emergência contra incêndios. O plano urbano agora só acomoda o movimento necessário, fundamentalmente o carro: highways são a versão superior dos bulevares e praças, tomando mais e mais espaço; seu design, aparentemente clamado por uma eficiência automotiva, é, na verdade, surpreendentemente sensual, uma pretensão utilitária penetrando no domínio do espaço liso. O que é novo sobre este locomotivo domínio público é que ele não pode ser mensurável. A mesma distância (vamos dizer 10 milhas) produz um vasto número de experiências completamente diferentes: pode durar 4 ou 40 minutos; não pode ser dividida com quase ninguém, ou com toda população.”*

Conjugada a esta perda de vínculos, geradas pela velocidade, estaria a questão da tecnologia, que segundo Sennett, entorpeceria o corpo humano: *“O viajante, tanto quanto o telespectador, vive uma experiência narcótica; o corpo se move passivamente, anestesiado no espaço, para destinos fragmentados e*

descontínuos.” (Sennett,1987)

A partir destas considerações, destacamos a atenção para o uso do carro, que impulsionou de certa maneira, a mudança da forma da vivência na cidade. A materialização da mobilidade trouxe um princípio morfogenético novo, resultando em uma rede entremeada e sobreposta de estruturas, que possivelmente tem contribuído para a geração da forma (física, social) complexa de cidade.

• **Os comportamentos sociais e a segregação social nos espaços da cidade**

Ao contrário das formas de comportamento do séc. XVIII, que segundo a idealização de Sennett, tinham um *“equilíbrio entre a geografia pública e privada”*, os rituais de troca, que ocorrem atualmente, são puramente formais. *“Hoje, a vida pública também se tornou questão de obrigação formal.”* (Sennett,1988)

Observamos então, na sociedade contemporânea, o nascimento do sentimento de comunidade ligado a uma segregação de grupos sociais, algumas vezes materializado no que podemos comumente chamar de *“bairrismo”*. Isso seria a representação da formação de um grupo social, cujos indivíduos se reconhecem como parte pertencente de um mesmo grupo, e onde os seus interesses possivelmente se mantêm coesos e transparentes no desejo de se manter diferentes de outros grupos sociais. *“O próprio medo da impessoalidade, que governa a sociedade moderna, prepara as pessoas para verem a comunidade numa escala cada vez mais restrita”,* e *“o compartilhar desse eu fica também reduzido a excluir aqueles que são muito diferentes em termos de classe, de política, ou de estilo.”* (Sennett,1988)

Neste sentido, Sennett se refere a atual privatização ocorrida nas relações sociais: *“É natural que as cenas, onde os sociólogos falam da manifestação dessa*

vida afetiva, são cenas íntimas: a família, a vizinhança, a vida passada entre amigos.”

Sobre certos aspectos, a violência que veio crescendo nos grandes centros urbanos, principalmente nas últimas décadas, juntamente com o grande crescimento não só físico e demográfico, mas da própria complexidade da cidade, vieram a afetar as relações humanas na cidade, contribuindo assim para aumentar a introspecção humana, como apontado por Sennett. Tal fato criou também ao mesmo tempo, barreiras físicas concretas nos espaços da cidade (muros e grades), e barreiras invisíveis que se ergueram entre os indivíduos, afastando parte da sociedade do seu possível convívio social na rua.

Anteriormente, Guy Debord, já na década de 60, chamava a atenção para a questão do enfraquecimento da esfera pública, onde ele salientou: *“A produção capitalista unificou o espaço através de um processo onde o acúmulo das mercadorias produzidas em série para o espaço, homogeneizou-os, ocasionando uma dissolução da autonomia e da qualidade dos lugares, banalizando-os.”*

Ele alertava no seu estudo, sobre o esforço dos poderes estabelecidos, em *“ampliar os meios de manter a ordem na rua”*, ressaltando que *“afinal com a supressão da rua, o isolamento da população revelou-se um meio de controle bem mais eficaz.”*

A noção da dinâmica da cidade, que segundo o autor, possibilitaria a reconstrução permanente dos espaços, imprimiria nestes espaços urbanos um certo caráter de semelhança, aproximando os seus espaços planejados a uma monotonia imóvel e padronizada.

Assim como Debord, outros teóricos mais recentes, como Augé e Koolhaas, vêm discutindo a questão dos reflexos negativos da dinâmica na cidade.

Augé (1994), em seu livro "Os não lugares" defende a tese de que "a supermodernidade é produtora de não-lugares isto é, de espaços que não são em si lugares "antropológicos", sendo o não-lugar definido como "não identitário, relacional e histórico".

O autor afirma que vivemos em um mundo de "simulações" e que as "imagens" geradas por elas exercem uma forte atração em nós. Adverte também que a imagem é apenas uma representação, uma espécie de interpretação do real, mas que, nunca seria "a realidade", sendo, portanto necessário evitar esta alienação.

Na área da arquitetura e do urbanismo, Koolhaas (1995), vêm refletindo sobre as novas dinâmicas e se perguntando sobre as conseqüências que elas estariam gerando nos comportamentos humanos. Destacou como exemplo, o caso dos novos meios de transporte e comunicação, como o telefone e a internet, que distanciaram os homens das relações físicas compartilhadas. Para ele:

"(...)A Cidade Genérica é o que resta após grandes seções de vida urbana inter cruzando-se até o ciberespaço. É um lugar de sensações fracas e distendidas, poucas e distantes emoções, discreta e misteriosa como um grande espaço iluminado por um pequeno abajur. Comparada a cidade Clássica, a Cidade Genérica está sedada, ao ser percebida de uma posição sedentária. Ao invés de concentração-presença simultânea- na Cidade Genérica, os "momentos" individuais são distantemente espaçados para criar um transe de experiências estéticas quase imperceptíveis; a variação cromática na iluminação fluorescente de um edifício de escritórios minutos antes do pôr-do-sol, as sutilezas das pequenas diferenciações nos brancos de um painel luminoso à noite."

Os avanços tecnológicos, que possibilitaram estas novas "realidades", são vistos por Koolhaas, ao mesmo tempo, com um certo fascínio e também com

desconfiança, atentando para o perigo da “alienação”.

Devido à “*explosão de oferta e invasão*” de imagens, oriundas em boa parte da dinâmica dos dias atuais e da globalização (que tornam as imagens impessoais, expressas em padrões genéricos), é que foi possível existir os não-lugares, “*simbólicos da condição humana atual*”. Seriam eles os lugares onde estas imagens dominam, como por exemplo, os lugares virtuais (a internet), o aeroporto, o hipermercado.

Para o autor, os não-lugares “...*seriam um espaço com a finalidade de comunicação, consumo e circulação. São ambientes não simbolizantes e sem significado, lugares que não geram memória histórica, espaços para o anonimato.*”

Quanto à questão do esvaziamento do caráter público e do compartilhamento dos atuais espaços urbanos, Gourdon (2001) chama atenção para a existência de uma lógica capitalista que vem, provavelmente, gerando os atuais espaços urbanos. Segundo ele, assim como Debord já havia se referido anteriormente, os espaços públicos dos sítios históricos seriam o primeiro tipo de espaço gerado por esta lógica, onde através de um processo de museificação de bairros antigos, reservados ao turismo, seriam encorajadas manifestações lúdicas do patrimônio, oferecendo “o espetáculo de ritual de uma identidade coletiva”. Esta identidade seria gerada pela instrumentalização dos espaços públicos, dos malls e centros comerciais, e dos parques temáticos e outros espaços urbanos.

Ele aponta ainda outro tipo de território gerado por esta lógica capitalista, que seriam os espaços privados, mas abertos ao público. Segundo o autor, estes espaços estariam seduzindo famílias e grupos de jovens, oferecendo uma ambiência de segurança, nos quais os indivíduos são reduzidos a meros consumidores. As ruas privadas de malls, com suas cores, formas e música, organizadas de forma a

celebrar o consumo através de cenários de magazines e produtos, criariam templos de consumismo, sendo uma espécie de simulacro de espaço público, onde as ruas temáticas seriam a materialização destas simulações.

Outra situação gerada por esta lógica capitalista, seria quando uma enorme desigualdade social passa a existir, tendendo a separar indivíduos no espaço, segregando assim determinados grupos sociais. A partir desta situação, observa-se então o nascimento de espaços de desigualdade, levando a redução da noção do “espaço público”. Para ele, os fatores que geraram esta redução, seriam a depreciação e a pauperização do espaço, que afetam diretamente os modos de vida da sociedade. Como resultado, levou ao fechamento da vida social e a formação de territórios isolados, produzindo uma crise que devastou o espaço urbano, ao contrário de definir e fortalecer o espaço público como sendo um terreno concreto que possibilitasse a vida coletiva.

Além disso, ressaltou que o uso de cancelas e de segurança privada (que permitiria o controle de entrada e saída de veículos), fechando ruas, seria o primeiro estágio de isolamento que antecederia o cercamento total de determinado território, como vem acontecendo nos condomínios fechados.

Neste ponto, Gourdon (2001) cita Gomes, que denominou todo este processo como um discurso da diferença, baseado em uma identidade social, que tem como princípio a homogeneidade e a produção de um espaço de tipo comunitário ou coletivo, mas que fundamentalmente recusa a presença do diferente, sendo assim dissociado da sociedade urbana.

Para Gomes, no caso brasileiro, o refúgio de certos segmentos da população seria morar em locais vigiados e ditos “seguros”, que possuísem condições que reproduzissem certas funções urbanas como: transporte coletivo, infraestrutura de

lazer, escolas e creches. Esta atitude faria, conseqüentemente, com que as noções de “cidadão” e de “consumidor” passassem a ser associadas e a se confundirem. Estas classes sociais viveriam cercadas por grades, e através do uso “protegido” do carro, criariam e suprimiriam toda ocasião do contato físico. Assim, o uso da via pública progressivamente se restringiria a seu valor instrumental primário de circulação. (Gourdon, 2001)

Malgrado a observação destes fenômenos, veremos no capítulo conclusivo que no caso específico do Rio de Janeiro, o caráter de “informalidade” e extroversão do carioca criou também uma espécie de movimento de resistência a estas tendências de privatização de seus espaços públicos, possivelmente quebrando a apatia das relações sociais.

Parece-nos que, ao contrário do que Sennett coloca sobre a perda da vontade dos indivíduos de “atuarem socialmente”, o que poderia estar ocorrendo na cidade contemporânea não seria um “declínio do domínio público”, como ele apontou, mas sim uma espécie de mudança na maneira de apreender determinados espaços físicos. Para Sennett, o espaço público seria um espaço social, conseqüentemente gerando um espaço físico. Esta mudança salientou a existência do “envelhecimento” de certos modelos tipológicos urbanos, tais como alguns equipamentos como parques e praças, e, sobretudo a setorização de usos que vemos neles, fazendo surgir uma nova concepção de vida social, substituindo assim os antigos modelos de se pensar, projetar e utilizar os espaços públicos da cidade.

Porém, é certo que Sennett nos ajudou a compreender, até certo ponto, as nossas próprias interrogações, ao chamar a atenção sobre a relação do indivíduo com a cidade. Ele nos mostrou que muitas das ações, desejos e interesses individuais ou de um grupo social se materializam não apenas na sua forma

construída, mas na forma como os atores sociais se relacionam com a dimensão física da cidade, demonstradas nas suas apropriações.

Neste sentido, Bordreuil(2002) complementa-o, salientando que certos lugares devem ser analisados com mais atenção, pois são zonas com particularidades, onde a co-presença não se resume a um único registro, sendo necessária uma atenção em seus atores.

Entretanto, malgrado o sucesso e a acolhida que as reflexões de Sennett tiveram, o que podemos pensar hoje, mais de vinte anos depois destas afirmações? O que podemos generalizar e manter como atual? E o que as atuais formas de sociabilidade no Rio de Janeiro e o uso dos seus espaços públicos, podem oferecer de singularidade?

De fato, acreditamos que muito deste “declínio” talvez não seja relacionado especificamente à “esfera pública”, mas sim a certos modos de exercer a própria vida pública na cidade, o que levaria ao declínio e morte de certos “espaços públicos”, havendo, porém a criação de outros e a resignificação de vários comportamentos sociais. O “declínio”, seria de certas estruturas físicas pensadas para acolher a vida pública, propostas inicialmente no século XIX e que foram cristalizadas com o urbanismo funcionalista pautado, entre outros, no “postulado ecológico”.

4.3. As atuais discussões sobre “urbanidade” e “civildade”:

Antes de entrarmos na questão das contribuições teóricas a cerca da “visão otimista” da cidade, faz-se necessário retomar o debate que envolve algumas noções que, por hora, parecem pouco abordadas quando observadas em conjunto com a noção de espaço público, tais como as noções de “urbanidade” e “civildade”.

O contexto de ausência de um debate mais aprofundado a cerca da noção de “espaço público” fez surgir, segundo Joseph (2002), a necessidade do resgate, para os dias de hoje, da noção de “urbanidade”. Esta questão está intimamente ligada à abordagem do espaço público.

O entendimento da noção de “urbanidade” na França é bem próximo à noção de “civildade” e de cortesia. É vista através da sua dimensão cultural, cujo efeito ou consequência estaria calcada nas práticas e relações sociais.

Sennett também retoma o debate a cerca do sentido do termo “civildade”. Para ele, o seu sentido mais antigo estaria ligado aos deveres da cidadania, no entanto, atualmente, estaria relacionado “*ao frêmito da vida pública*”. Ele conceitua a civildade como: “*a atividade que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras. Usar máscaras é a essência da civildade. As máscaras permitem a sociabilidade pura, separada das circunstâncias do poder, do mal-estar e do sentimento privado daqueles que as usam. A civildade tem como objetivo a proteção dos outros contra serem sobrecarregados por alguém.*”

“As máscaras precisam ser criadas por ensaio e erro, por aqueles que as usarão, por intermédio de um desejo de viver com os outros, mais do que pela compulsão de estar perto dos outros. Quanto mais esse comportamento tomar corpo, mais vivos se tornarão a mentalidade da cidade e o amor pela cidade.”

Ainda, “*civildade é tratar os outros como se fossem estranhos que forjam um laço social sobre essa distância social. A cidade é esse estabelecimento humano, no qual os estranhos devem provavelmente se encontrar.*” (Sennett, 1988)

Sendo assim, a urbanidade estaria sendo levantada em uma dupla dimensão, tanto como um dispositivo do cidadão, como um dispositivo de socialização no

centro urbano.

Para Joseph (2002), *“pensar a urbanidade e democracia significa levantar uma tradição europeia de pensar o espaço público”*.

Coloca, porém, que tais reflexões não seriam apenas uma singularidade francesa, uma vez que diferentes filósofos alemães, como Jurgen Habermas (1978), já havia indicado a separação da esfera pública do espaço público urbano, o que continuou presente nas suas últimas reflexões sobre a questão da rua e do espaço público.

Para Habermas (1978) a esfera pública seria o local democrático que possibilitaria ao cidadão manifestar suas opiniões de modo coletivo, sendo o espaço público o local físico onde se manifestam estas possibilidades. A esfera pública é entendida como o espaço social, e não necessariamente o espaço físico, que seria uma consequência, sendo um local físico de possibilidade dos encontros sociais. Porém, devido à própria evolução da cidade, vimos atualmente que estes espaços públicos (físicos) não necessariamente são locais de ocorrência de manifestações e trocas e de exposição social que viriam caracterizar a esfera pública. Tal fato talvez seja herança principal do movimento funcionalista moderno, que em sua busca excessiva de “padronização” esvaziou o caráter social e sensível, passando a empregar funções determinadas para cada local. O próprio espaço público (físico) passou a exercer a função de lazer e educação e recreação do indivíduo através de áreas planejadas para determinado fim, deixando de apresentar um caráter político que é o que demarca a esfera pública.

Segundo Joseph (2002), a urbanidade possibilitaria a recomposição dos registros humanos nos espaços, redefinindo constantemente a competência dos cidadãos como membro de um corpo social capacitado para o confronto, implicando,

portanto, em uma redefinição da cidadania.

Sobre a importância da compreensão da própria noção de “urbanidade”, Samuel Bordreuil (2002) complementa, colocando que este termo funciona a partir de dois registros: as qualidades urbanas que se relacionam aos aspectos físicos, mas que também acolhem um aspecto humano, com uma preocupação nos indivíduos urbanos. Portanto, a urbanidade não seria simplesmente a qualidade arquitetural ou os julgamentos formados por elementos físicos do ambiente, mas sim os critérios que fundem sua diferença, como o tratamento das qualidades das ambiências sociais, designando uma qualidade social. Falar de urbanidade seria, para ele, falar de lugares ou ambientes arquitetônicos, sendo as possíveis relações sociais que ocorrem nestes lugares, seus critérios decisivos.

Um dos objetivos da urbanidade seria então, proporcionar “condições de felicidade” nos ambientes sociais. Para tanto, deveria possuir dois valores ou dimensões: a hospitalidade, que estaria relacionada à questão dos sentimentos de acolhimento de um local, e a transitividade, que seria ligado à capacidade de se passar de uma certa relação ou situação para outra, mesmo que por ventura existissem tensões nesta transição.

A cidade seria então o lugar da transitividade. Do ponto de vista de suas qualidades sociáveis, ela permitiria a existência de experiências sociais no espaço urbano, possibilitando assim promessas de alargamento das relações sociais.

4.4. A “visão otimista” da cidade

A partir das reflexões de Sennett, buscou-se questionar a pertinência atual sobre os conceitos elaborados, contrapondo com uma visão otimista de cidade.

Sob certo aspecto, a vida na cidade contemporânea pode ser lida sob uma

nova ótica, onde outros ritmos, distintos dos antigos padrões, regem as percepções atuais. De certa forma, este debate abre a discussão para uma “nova” forma de compreensão das relações atuais, onde esta privatização das relações pessoais seria uma das faces das múltiplas relações que ocorrem na cidade contemporânea.

“É o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo. Durante muitas eras antes de nós – mas já não agora- os homens ingressavam na esfera pública por desejarem que algo seu, ou algo que tinham em comum com os outros, fosse mais permanente que as suas vidas terrenas”. Com esta citação, Arendt (1999), através de uma visão otimista de cidade, exalta a importância do espaço público.

Assim como apontado anteriormente por Foucault (1977), observa-se nos dias atuais uma possível resistência a disciplinarização, transparecida através dos usos “informais” no âmbito público da cidade, fazendo suscitar assim a percepção das “engrenagens” específicas que são os indivíduos.

Entre a sociedade disciplinada, a qual Foucault mencionou, e a planejada por algumas gerações de urbanistas e indivíduos, observamos atualmente um momento de crise destas técnicas panópticas, onde vemos “surgir” espaços urbanos que resistem aos dispositivos de controle, justamente graças às experiências que promovem.

A relação público e privado, assim como o papel do “homem público” na cidade, também estão sendo levantados em uma ótica positiva, por diversos estudiosos brasileiros, tendo como ponto focal a discussão da cidade enquanto lugar de trocas sociais, onde ocorrem as experiências atuais de sociabilidade.

Neste sentido, o arquiteto e urbanista Carlos Nelson Santos(1985) citava que:

”cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com as fantasias de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis” .

Para ele, estas reflexões e análises deveriam anteceder as primeiras concepções projetuais, visando assim uma melhor compreensão da situação. Quanto à questão do distanciamento entre o planejador e a situação local, colocou que muitas vezes este fato possibilitaria a geração de espaços não relacionados com a vivência de determinada comunidade.

Em *“Movimentos urbanos no Rio de Janeiro”*, o pesquisador já apontava para importância de um olhar mais aproximado nas intervenções urbanas, baseando-se em estudos sociológicos que buscassem respostas mais próximas às vivências da comunidade local.

“De observador de padrões e arranjos dos espaços públicos e privados, fui me transmutando em observador das inter-relações sociais e das redes de significados que, como ia percebendo, era o que, de fato, os sustentava tanto ou mais do que as razões materiais ou práticas, em cujo incontestado domínio acreditava, ao entrar nas favelas como neófito.”

Enquanto arquiteto, via seus objetos (frutos de futuras intervenções), de maneira pragmática e objetiva, mas algo lhe parecia incompleto ou superficial nas suas análises do local e de suas futuras proposições. Surgiu assim a necessidade de trabalhar os sistemas de culturas inerentes a cada local, costurando as “teias” de significados contidos neles. Entendia que estes sistemas culturais, construídos

constantemente pela sociedade urbana, possuía uma extrema complexidade de apreensão.

Para tanto, se baseou nos estudos de Gilberto Velho(1978) que observou :
“Há um “anonimato relativo na grande metrópole” onde existem “áreas e domínios até certo ponto autônomos que permitem um jogo de papéis e de construção de identidades bastante rico e complexo”

4.4.1. Reflexão sobre a dinâmica atual da cidade, e a questão da mobilidade vista positivamente

As argumentações atuais sobre a mobilidade urbana são extremamente relevantes na discussão sobre a cidade. Esta reflexão nos leva a pensar em uma certa idéia de região urbana, não só um centro, mas um território onde as pessoas percorrem longas distâncias, instaurando assim a relação entre a mobilidade e a velocidade com a urbanidade.

Sobre esta questão Bordreuil (2002) afirma que, a velocidade cria novas formas de vivência no meio urbano, que não necessariamente são ruins, mas são diferentes. Juntamente com a mobilidade, ela vem impulsionando uma maior inter-relação na cidade. Assim como no século XIX, a circulação na cidade favoreceu as inter-relações e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento. Esta complexidade não é só espacial, mas também cria um sistema de estruturas e de relações que se entremeiam, se cruzam e se sobrepõem.

Quanto à relação entre a mobilidade e a sociabilidade, a idéia corrente seria que a mobilidade possivelmente interromperia ou dificultaria as comunicações entre os indivíduos. Porém, para Bordreuil, é preciso entender que outras sociabilidades estão tomando corpo, talvez mais dinâmicas e efêmeras, compondo então as atuais

trajetórias urbanas. *Este grande fluxo de informações e o aumento da velocidade na dinâmica da vida contemporânea parecem estar modificando as relações humanas nas cidades, criando talvez novos hábitos e valores da vida social e coletiva. Ao que tudo indica, estes novos comportamentos sociais estão gerando novas práticas em relação aos espaços livres públicos, criando ou re-significando os “territórios” de sociabilidade nas cidades.*

De fato, parece que, de um modo geral, os cidadãos vêm percebendo, utilizando e interagindo nas distintas áreas públicas urbanas, de uma maneira diferente, onde, possivelmente, é verificada a ocorrência de apropriações “informais” dos espaços, que ocorrem de forma menos programada e não previstas pelos planejadores.

Bordreuil propõe que uma nova forma de análise deve ser adotada para estabelecer os comportamentos humanos face à mobilidade vigente, cruzando, contudo, com um perfil sociológico, de maneira a relacionar os novos fluxos ao crescimento demográfico. Para tanto, ressalta que as antigas formas de observação, assim como as enquetes clássicas, não são suficientes para compreensão da problemática atual.

Poderíamos destacar que existe uma espécie de regra de comportamento no espaço público, no qual as pessoas mantêm um certo anonimato e respeito mútuo. Contudo, a mobilidade gera a possibilidade de existência de relações em transição, onde as pessoas se comunicam, mesmo que superficialmente, havendo assim uma interação social.

Esta transitividade relacional é tipicamente urbana, onde os encontros nas ruas relacionam a densidade da cidade à mobilidade, podendo ser um fator de convivência, uma vez que possibilita novas formas de interações, costurando assim,

encontros e reencontros.

Bordreuil acredita que a mobilidade poderia estar gerando uma espécie de “sociabilidade ingrata”, onde o contato social existe, e está contido na transferência, mas o relacionamento entre os indivíduos possui obstáculos e vem ocorrendo de certa forma superficialmente. Neste caso, a sociabilidade seria então a relação entre indivíduos, ocorrida neste espaço público de circulação. Assim, o movimento no espaço urbano atual possivelmente produziria interações sociais, e elas passam por negociações “efêmeras” e dinâmicas entre os indivíduos em movimento.

Para auxiliar na reflexão da dinâmica da cidade contemporânea, resgatamos, através dos estudos de Joseph, a noção de “ecologia urbana”, tributária da Escola de Chicago. Segundo o autor, ela apontava para a importância de sair de um pensamento fixo de mosaico urbano, uma vez que a famosa metáfora do mosaico, largamente utilizada na descrição das grandes cidades americanas, não era suficiente para descrever a vida e a dinâmica de uma sociedade urbana.

Um dos princípios da ecologia urbana seria pensar nestas dinâmicas, através da análise da competição pelo espaço exercida pela sociedade urbana que vinha tomando corpo nas cidades. Essa competição poderia aparecer de diferentes maneiras, como por exemplo, através das formas de co-habitação de grupos de populações diferentes em um mesmo quarteirão.

Interessante notar que essa noção de competição pelo espaço é coerente com a idéia levantada atualmente, de que o espaço é um lugar de troca, podendo também indicar a inserção, a integração, ou a posição que o lugar ou o indivíduo ocupam na paisagem urbana atual.

Nas discussões contemporâneas sobre esta noção, ressalta-se que a questão da dinâmica urbana e os fenômenos de mobilidade são temas atuais que foram

herdados dos estudos empíricos desenvolvidos sobre mobilidade social, como dissemos da Escola de Chicago.

A idéia de competição pelo espaço, que está relacionada com a questão da mobilidade social e com a idéia de segregação, inicialmente discutida pela Escola, foi re-introduzida por Joseph, e assim como as idéias de mobilidade e de acessibilidade deveriam ser entendidas como questões centrais, e que de certa forma estariam substituindo a problemática da apropriação. Segundo ele, a questão não seria somente de apontar para a apropriação, mas também refletir sobre a capacidade de levantar certos recursos da cidade. O questionamento da noção de “acessibilidade” gerou, nos anos 80, uma política de valorização dos espaços públicos, iniciando trabalhos que enfocavam a preocupação com deficientes físicos nas cidades.

A Escola de Chicago apresentou dois padrões de mobilidade: a física, dos deslocamentos que acontecem na cidade, e a própria mobilidade social que está relacionada com a mudança e ascensão do indivíduo de um grupo social para o outro, que permite que o indivíduo se torne “móvel” socialmente.

4.4.2.O resgate da noção de sociabilidade

Neste ponto, consideramos relevante a contribuição de Bordreuil (2002), sobre a questão “positiva” do espaço público, enquanto local de sociabilidade, vistos até então através dos conceitos de Georg Simmel.

Para tanto, Bordreuil ressalta que o caráter atual da noção de “espaço público” traz junto à noção de “sociabilidade” urbana, e perpassa uma noção urbanística e também uma noção política, onde o espaço público passou a ter um valor notadamente dos regimes democráticos. Sua noção é fluida, pois ela está entre

o ideal e o que é construído socialmente, entre os espaços físicos e seus princípios, sendo exatamente esta ambigüidade o que traria a riqueza ao tema e que alimentaria a atual discussão. Seria a partir desta ambigüidade que se construiria a noção de “sociabilidade” e das relações concretas e observáveis no espaço urbano. O autor partiu da oposição entre as noções de “convivialidade” e “urbanidade” para pensar positivamente as sociedades urbanizadas. Ressalta também que a dualidade da noção de “urbanidade”, que abarca ao mesmo tempo os valores de hospitalidade e transitividade, além da relação entre política e urbanismo, são importantes quando se começa a trabalhar com o espaço público.

Para Bordreuil, retomar as questões que envolvem os comportamentos sociais positivos, possibilitaria pensar as sociabilidades positivas, que se caracterizam como um modelo de convivialidade do encontro. Neste ponto, o autor critica o urbanismo contemporâneo, que segundo ele, negligencia ou trabalha insuficientemente a questão dos espaços públicos, inclusive diante da importância dos mesmos, como suporte para estas convivialidades e reencontros.

Para tanto, resgata na literatura sociológica, a referência americana dos trabalhos de Erving Goffman (1973), que se interessaram pelas interações de proximidade entre atores sociais, e pela “micro-sociologia”.

Sob a perspectiva da micro-sociologia de Erving Goffman, que aponta para a situação de “ver, mas não ser percebido”, Bordreuil identificou a existência de um tipo de seqüência que acontece no convívio público, denominado de “inatenção civil”. Esta ação se caracteriza por um regime de interação social nos espaços públicos baseada no respeito mútuo, sendo a base do senso de um ritual de hospitalidade nesses espaços. Este comportamento se desenrola quando uma pessoa entra em um campo de percepção da presença do outro, iniciado a partir do

cruzamento dos olhares, mas onde um não intervem nas ações do outro. Uma espécie de ritual de civilidade. Se por algum motivo este respeito passar a não existir, as pessoas possivelmente se sentirão observadas e desconfortáveis. Porém, freqüentemente isto não acontece, uma vez que os atores já estão acostumados com outra presença no espaço.

4.4.3. O atual resgate do lugar da rua

A rua, entendida como espaço que possibilita que o sujeito individual possa partilhar as suas experiências pessoais com os demais, é então um espaço aberto às novas apropriações, possibilitando a celebração da coletividade.(Santos, 1985).

Quanto a questão do direito à rua, Yásigi (2001) remete as observações de Henri Lefèbvre: *"a rua arranca as pessoas do isolamento e da insociabilidade. Teatro espontâneo, terreno de jogos sem regras precisas, e por isto mais interessantes, lugar de encontros e solitudes múltiplas – materiais, culturais, espirituais, a rua resulta indispensável"* (1973), sendo, portanto, a possibilidade de um espaço (físico) para a própria construção da cidade.

Em uma breve revisão, constatamos que Gourdon enfoca a rua enquanto um espaço concreto, no qual se estabelecem as relações humanas, devendo estar em consonância com a sua temporalidade. Neste sentido, ela poderia ser referida como uma figura simbólica, a partir da qual, se desenvolveriam as dimensões múltiplas da cidade, podendo ser considerada, assim, como um emblema da urbanidade ocidental. A rua seria então um lugar privilegiado, que permitiria descobrir situações dialéticas, tais como: movimentos x estabelecimentos, circulação x habitação, privado x público, patrimônio x capital, construção x desconstrução, enriquecidas pela contribuição humana."

Através de seu elogio à polivalência das ruas tradicionais, Choay critica o atual funcionalismo que se instaurou na cidade, que segundo a autora, cria a estigmatização de um “pensamento único” e acaba por disseminar, assim, a monotonia do estereótipo dos comportamentos ditos “únicos”.

Neste sentido, Gourdon levanta ainda as disfuncionalizações atuais da rua em confronto com uma análise histórica. Para ele, a forma da rua se compõe da definição e da adição de suas funções, onde as funções presentes e futuras são transparecidas nos projetos individuais e coletivos, revelando “*uma capacidade de conformação e a capacidade de transformação.*” (Gourdon, 2001)

Assim, a rua é considerada como um “*espaço de articulação imediata de funções: de habitar, de atividades, de circulação multimodal ..., e de todos os modos de uso e gozo do espaço público e do espaço privado, comercial e residencial*”, ficando clara a sua noção de multifuncionalidade. Suas múltiplas funções não necessariamente se enriquecem mutuamente. Elas não se complementam e nem se reforçam, uma vez que um uso é independente do outro, mas a coexistência dos usos se daria de maneira estável, e a existência de antagonismos possivelmente alimentaria a civilidade.

Porém, o autor coloca que a uniformidade de um só uso, em um mesmo espaço físico, como é o caso de eventos como o carnaval ou uma manifestação política, não depende da multifuncionalidade da rua, mas sim do seu caráter de transfuncionalidade e de polivalência. Neste sentido, a rua se prestaria bem a estas transformações em uma longa duração, onde a plasticidade da sua forma inicial atestaria a capacidade de evoluir no tempo, integrando os novos usos.

Sua legibilidade provém de características da forma: continuidade espacial, continuidade ou descontinuidade temporal, mudança ou permanência, renovação ou

duração. Para ele, a forma da rua emerge das reflexões geradas a partir de uma ordem cultural, refletindo os aspectos de determinada cultura. Construiria, assim, diferentes relações que estão em consonância com as representações de determinado local, ressaltando a importância na reflexão sobre as formas que classificamos de visíveis (materiais) e também nas formas invisíveis (sensíveis) do espaço

A rua seria, então, um espaço público, visto como lugar permanente de inscrições, de indicações mútuas, de uma multitudine de presenças, atividades, existências, ocupações, itinerários, passagem, destinos singulares. Sendo também o lugar da percepção e dos conhecimentos comuns, que permite possíveis confrontos e reencontros, produzindo trocas concretas entre o universo privado e ativo e o espaço público.

Permitiria então o cruzamento entre as formas de significações da pluralidade e da singularidade, produzindo efeitos de valorização e de desvalorização recíproca, móvel e intercambiável. Sua questão mais aprofundada residiria na coexistência de um respeito mútuo das relações públicas e privadas, representando assim nossos valores e atribuições democráticas e coletivas.

Depois de levantados brevemente os debates atuais que estão circunscrevendo o debate sobre o espaço público na atualidade, vimos a necessidade de voltarmos nossas atenções para um estudo de um caso concreto onde podemos ver estas resignificações tomarem corpo. Para tanto, veremos no capítulo 4 – capítulo conclusivo, o caso específico da cidade do Rio de Janeiro.

5-CAPÍTULO 4- OS ESPAÇOS DE PRAZER E SOCIABILIDADE NA CIDADE CONTEMPORANEA - O CASO ESPECÍFICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Os espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, enquanto local físico, assim como sua própria noção como espaço social, estão possivelmente em mutação. Foi a partir desta constatação que começamos a levantar uma série de questionamentos que apontavam para uma possível re-significação de caráter positivo, que vem ocorrendo no entendimento sobre o espaço público. Como exemplo desta re-significação, percebe-se o início de um certo resgate da rua como espaço social. No entanto, há uma certa evidência de uma série de outras iniciativas menos positivas, quanto à força predominante de um “caráter social”, como a proliferação de condomínios, com suas áreas comuns privadas e também o crescimento de um certo receio de utilização dos espaços públicos da cidade, ocasionadas pela violência urbana.

Neste sentido, um dos pontos principais de reflexão que fizemos, foi o estudo da complexidade e da dinâmica da vida em comunidade na cidade contemporânea, e a maneira como alguns fatores interferem na significação e utilização dos seus espaços públicos.

Do ponto de vista formal e tipológico, as áreas de uso público vêm sendo conceituadas de diversas maneiras, podendo ter definições distintas, nas quais a noção de público e privado é complexa e se confunde nas relações de uso e propriedade, de individual e coletivo, e de acessibilidade, além dos entendimentos enquanto espaço social e político.

Na forma urbana de cidades como o Rio de Janeiro, são observadas diversas áreas livres públicas, funcionalmente planejadas, e classificadas como modelos

tipológicos, podendo tomar forma de: parques, praças, ruas, largos, calçadas.

A maior parte destas áreas foi se formando no tecido urbano a partir de legislações e planos de intervenções, como vimos no período de Pereira Passos, e mais tarde, através de projetos específicos de planejamento urbano. Elas representam, muitas vezes, diferentes ideários em relação, ora ao diálogo cidade-natureza, ora ao ritmo urbano de trabalho-lazer, sendo também permeadas por engrenagens de disciplinarização e por uma visão funcional e setorial da vida nas cidades, como historicamente tem acontecido e que já apontamos nas páginas precedentes.

Estes espaços, por terem atingido um elevado grau de generalização, tornaram-se modelos pré-estabelecidos e atemporais, que não incorporaram as importantes contribuições dos usuários e principalmente das mutações históricas, tantas vezes apontadas até aqui. Possivelmente a utilização de um “modelo tipológico padrão” não estaria mais em consonância com os novos usos e com a percepção e experiência de modo mais complexo da vida urbana, pois além de compartimentar as ações, não abarcam necessariamente os anseios dos indivíduos e de suas comunidades culturais e os seus códigos de sociabilidade, prazer e lazer.



Figura 1 e 2: Praça na rua Oswaldo Cruz (Flamengo). Praça gradeada, localizada entre pistas de grande circulação de veículos, possuindo equipamentos como bancos e mesas, mesa de pingue-pongue, e que normalmente são pouco utilizados. Apesar de se encontrar isolada e longe das edificações, esta área possivelmente foi destinada para o uso dos alunos de uma escola pública próxima que não possui espaços ao ar livre para recreação.



Figura 3: Praça Paris (Glória). Área também gradeada que restringe de certa forma o uso. Praça com caráter contemplativo, contendo como equipamento apenas bancos.

Entre estas áreas, os grandes parques urbanos possivelmente sejam os que mais representam e “denunciam” a sua natureza “planejada”. Pode-se dizer que através de um complexo programa estabelecido de usos nestes espaços, criou-se setores destinados ao: estar, recreação (playground), a contemplação, aos esportes (ciclovias, pista de skate, campo de futebol, quadra de tênis) e a ginástica, entre outros. Apontamos, porém, que talvez por estes espaços serem criados para serem utilizados de maneira muito “programada”, algumas vezes o usuário acaba por se sentir impossibilitado de se apropriar de forma mais diversificada, sendo evidenciado assim, o caráter disciplinador do local, o que já ressaltamos anteriormente.



Figura 4 e 5: Praça Garota de Ipanema, localizado junto à orla do Arpoador. Devido à existência de grades (e também por outros fatores) a área vem sendo pouco utilizada.



Figura 6 e 7: Parque do Flamengo, áreas com funções específicas (quadra poli-esportiva ao fundo e mesas de pingue-pongue no primeiro plano). Outro exemplo é a praça localizada na rua Pinheiro Machado (Laranjeiras), com áreas destinadas ao estar (banco e mesas de jogos), playground (brinquedos) e ginástica.

Por outro lado, a cidade do Rio de Janeiro, apresenta um tecido urbano complexo e fragmentado, gerado pelas sucessivas intervenções no seu sistema viário e na sua forma de ocupação. Destacamos neste tecido, além das áreas planejadas, como praças, parques e largos, faixas de descontinuidade que são áreas não construídas, situadas principalmente ao longo das vias de circulação de veículos e de pedestres. Muitas são apenas áreas que margeiam as ruas, como as calçadas, com tratamento projetual voltado para circulação de pessoas, apresentando algumas vezes dimensões que a princípio desestimulariam o uso e uma permanência prolongada. Porém, é possível verificar que, alguns destes espaços são apropriados por segmentos da população e utilizados como “locais de sociabilidade”.

Observamos que nesses espaços acontecem, através de “apropriações informais e efêmeras”, intercâmbios e manifestações culturais, passando assim a servir como locais para encontros, trocas, lazer e atividades culturais das mais diversas, mostrando um grande poder de articulação e estruturação de fragmentos da população na cidade.



Figura 8 e 9: Largo da Carioca. Apresentação de show de palhaço. (agosto 2003)

Neste sentido, Velloso (2004), tão bem frisou que seria *“através desses fragmentos de imagens urbanas que podemos alcançar as determinadas territorialidades, espacialidades e memórias culturais, que não foram integradas ao moderno espaço”* e *“que traduzem essa vivência múltipla do urbano”*.

Ainda sobre as apropriações não previstas, destacamos que esse fenômeno também vem ocorrendo nas áreas planejadas para o lazer, tais como as ocorridas nas praças, parques, largos e calçadas, que ajudam a demonstrar a força dessas intervenções efêmeras no espaço.

Podemos assim, indicar que estes são alguns espaços de resistências, nos quais socialmente, a cidade como instituição coletiva, é celebrada. Nesta perspectiva, estamos em um certo sentido, fazendo uma reflexão contrária ao argumento de Sennett (1988), pois apesar da constatação da ocorrência de uma certa crise na esfera pública, no que diz respeito às questões políticas e sociais relacionadas à afirmação da cidadania, como ele tinha detectado e que de uma certa maneira vem tomando corpo, supomos que no Rio de Janeiro existe hoje também, uma espécie de re-significação das relações sociais no ambiente público, onde vemos serem “territorializados” novos espaços de prazer que reagiriam a esta tendência.

É necessário ressaltar também que este movimento de utilização e apropriação dos espaços públicos, e mais especificamente da rua, ficou mais evidente a partir dos anos 80, com a abertura política e conseqüentemente com a possibilidade de maior participação dos cidadãos nestas manifestações sociais. Neste sentido, as associações de moradores desempenharam um papel fundamental na organização de setores da sociedade, tanto através das

reivindicações políticas e sociais, como da busca pela reconquista dos espaços democráticos/públicos e de prazer na cidade.



Figura 10:– celebração política no calçadão de Ipanema (20/10/2002).

5.1. A rua atual - o caso específico da cidade do Rio de Janeiro:

Assim como na virada do século XX, “na vida cotidiana carioca, as ruas têm se constituído em uma forma de organização identitária, apresentando-se como pólo agregador de valores e interesses”.(Velloso,2004)

Referindo-se ao conceito da rua enquanto local de coletividade, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, alguns autores mais recentes têm vindo celebrá-la como lugar de sociabilidade. Foi Santos (1981), porém, que inicialmente destacou a importância da rua como espaço livre público, sendo fator importante na questão da afirmação da cidadania. Segundo ele, “a pedagogia da rua, a rua como método, é o meio fundamental de elaboração da cidadania e da civilidade. A cidadania, mais do que um estatuto formal é o exercício da responsabilidade com relação ao que é comum”. Ele acrescenta ainda que “planejar

espaços de lazer não é construir [somente] campos de futebol, ciclovias ou criar áreas verdes... o planejar é cultivar no sentido primeiro da palavra; acompanhar o dia-a-dia, intervir dia-a-dia na escala do dia-a-dia”, atento aos indivíduos, a comunidade ao qual faz parte, e a questão do tempo e do espaço ao qual estão inseridos.(Velloso,2004)



Figura 11: apropriação da rua de forma efêmera. Apresentações rápidas de teatro, “flash mob”. Centro do Rio de Janeiro.(O Globo, 20/08/2003)

Com esta visão, Yásigi retoma a discussão iniciada por Santos (1981), ao considerar que suas reflexões se mantêm atuais, à medida que continuamos a observar que a experiência vivida continua a colocar em questão as teorias urbanísticas (tidas como científicas) e suas idealizações utópicas sobre o uso do espaço e sobre as formações sociais que comporta. Para Yásigi (2000), a rua se confirma “como o lugar por excelência do outro, da novidade, do inesperado, do espetáculo, do palco ideal da sociedade.”



Figura 12: Rodas que se formam no Largo da Carioca.(2003)

Particularmente no caso do Rio de Janeiro, a rua seria o local de materialização do espaço comunitário, um universo de múltiplos eventos e relações, possuidora de uma “alma dinâmica e dinamizadora da vida social”.

Isso é ainda mais verdadeiro pelo caráter de extroversão do carioca, registrado por Lessa quando diz: “O povo do Rio, com residência pequena e precária, sempre se utilizou abundantemente e de forma desinibida dos espaços da cidade. Foi exaltada a extroversão como componente típico do comportamento carioca. O clima e a disponibilidade de praias abertas, lagoas e florestas reforçam esta tendência”, “a extroversão carioca renasce facilmente. O povo do Rio é mobilizável por qualquer evento, especialmente se lúdico e com potencial de alegria.”



Figura 13: Dança na Lagoa, movimento lúdico.

A rua é vista assim, como o local onde se desenrolariam os encontros, o local de trabalhos, de circulações de pessoas e objetos, e onde a vida acontece ao ritmo de fluxos constantes e intensos, permitindo que todos estes acontecimentos partilhem de um só espaço físico.



Figura 14: Saída do metrô Estação Carioca, centro do Rio, movimento de pessoas e atividades.

Uma vez na rua, o limite entre o público e o privado ora fica claro, ora se confunde, sendo legível apenas por aqueles que vivenciam o local, gerando assim uma espécie de código de respeito e civilidade.

Neste sentido, apontamos para a relação do indivíduo com a rua, que também foi alvo de atenção de Lessa, ao colocar que:

“(…)Ao considerar o espaço público uma extensão de sua residência, foram desenvolvidas cordialidade e a descontração no convívio. No subúrbio carioca, única região do Rio com poucas praças e áreas verdes, as calçadas das ruas secundárias são a continuação da sala de visitas (…)”. Assim: “(…)na rua do Rio, o escravo, circulando e sobrevivendo, foi menos escravo; nela o migrante prospectou seu espaço de possibilidades; a rua foi palco para o rico exibir sua opulência; na rua a festa religiosa-profana foi o momento de máximo lazer. A rua do Rio foi sempre

espaço de “socialização” que a casa do pobre não pôde conter. O pobre amplia o amor da rua de seus vizinhos para a Cidade Maravilhosa, como síntese de natureza e trabalho público. Tem orgulho de ser co-proprietário da cidade(...).”

A importância da rua na vivência do carioca, foi ressaltada também por Velloso (2004) ao dizer que: “o uso do espaço público é continuamente reconstruído no cotidiano, destacando-se, sobretudo, na ocasião das festas populares”. Estas festas, realizadas nas ruas da cidade, “são importantes nos movimentos de reterritorialização dos espaços urbanos”. Assim como na virada do século XX, estas celebrações hoje são vistas “como momento denso de emoções, capaz de expressar as ambigüidades e conflitos sociais”, além da alegria da celebração. Importante lembrar que festas de rua sempre aconteceram na cidade, porém passaram a ocorrer de forma mais freqüente e participativa a partir dos anos 80, com a abertura política, que possibilitou a organização popular em Associações de Moradores, que passaram a utilizar a rua como local de celebrações.



Figura 15 e 16: carnaval nas ruas do centro do Rio, 2002.

Ainda para Velloso (2004), as questões levantadas na atualidade sobre o espaço urbano revelam que: “por mais que se busque ordenar o espaço urbano, vazam movimentos e interferências buscando ampliar a esfera de atuação e os

limites fixados no dia-a-dia. Reinventam-se espaços, dilatam-se fronteiras do lúdico...” Isto aponta para a possibilidade da rua, enquanto espaço de prazer na cidade.



Figura 17: apropriação das ruas da Lapa, 2002.

Importante entender também a existência do movimento constante de “influências culturais”, que faz com que a cidade seja continuamente construída e desconstruída sob a influência da cultura das ruas, “quer seja através da ação dos compositores musicais, dos cronistas, dos caricaturistas que transitam pelos diferentes espaços sociais, quer seja pelos capoeiristas, pelos sambistas, pelos carnavalescos, ou pelos que se dispõem (ou são induzidos) à condição de transeuntes, nômades, participando de um jogo de relações marcado pela mutabilidade e tensão social”.

Ao contrário do que possa parecer, Velloso (2004) relembra que “o imaginário da cultura das ruas ainda não morreu no Rio de Janeiro. Ele é freqüentemente

retomado e re-elaborado, ensejando comentários, notadamente referentes à nossa cultura musical ou durante as festas carnavalescas.”

Neste sentido, é importante lembrar que particularmente durante o carnaval a temática da cultura das ruas se impõe ao debate público, no qual o “Sambódromo associado aos tempos da globalização e ao espetáculo-exportação é freqüentemente contraposto ao carnaval de rua, identificado como a verdadeira face do carioca”.



Figura 18 e 19: carnaval nas ruas do centro do Rio, Cordão do Bola Preta, 2002.

Em relação às festas populares, destacamos, porém, que ao contrário do que Bordreuil (2002) havia levantado a respeito dos comportamentos sociais ocorridos no âmbito público, no qual enfatizou a questão do respeito à privacidade individual, observamos que nas relações sociais que se desenrolam nas áreas públicas da cidade do Rio de Janeiro, a privacidade não é um fator tão predominante na preocupação pública, e isso é refletido na sua utilização atual.

Poderíamos dizer que possivelmente a informalidade e, de certa forma, a maior proximidade física ocorrida nos relacionamentos pessoais, como vemos, por exemplo, nas festas ocorridas na rua do Rio de Janeiro, iria de encontro à questão do respeito à privacidade individual levantada por Goffmann (o rito da “inatenção

civil”), e resgatada por Bordreuil (2002). Nestas festas de rua, os usos normativos dão lugar aos usos “informais”, e esta vivência do espaço permite novas interações entre os indivíduos. Observamos então, que estes usos não previstos que vem ocorrendo em alguns espaços públicos da cidade permitem a existência de uma forte relação de convivência positiva, transparecida nas manifestações e atividades que favorecem as trocas sociais além de trazer o caráter alegre e festivo do local.

Neste ponto, destacamos que outros grupos culturais “fazem reaparecer a geografia afetivo-cultural das ruas cariocas. A atuação dos mediadores culturais aparece como garantia da sobrevivência dessa cultura, fazendo valer, sempre que possível, forças e táticas de expressão”.(Velloso,2004)

5.2. Os espaços de prazer na cidade do Rio de Janeiro:

Para melhor compreensão das atuais re-significações que vêm ocorrendo na noção de espaço público, fizemos um breve mapeamento de algumas áreas (centro/zona sul), onde observamos a ocorrência das apropriações de prazer e sociabilidade na cidade.

Ressaltamos, porém, que este mapeamento não objetivou esgotar e nem tão pouco indicar todas as apropriações ocorridas nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, mas sim teve a preocupação em fazer uma breve amostragem, demonstrando assim a ocorrência presente de tais vivências na cidade. Importante lembrar que esta ocorrência possui um caráter efêmero e temporal.

Vimos que muitas vezes tais apropriações tomam caráter distinto, podendo ser materializadas através de uma dança na rua, de um chorinho na praça, de um churrasco na calçada e até mesmo de manifestações artísticas como a pintura de sal ocorrida no calçadão. Contudo, apesar de serem apropriações distintas, com

características e escalas também distintas, se assemelham na intenção, que é a conquista de um local de possibilidade de relacionamentos sociais, de manifestações artísticas e de busca do prazer no espaço público da cidade.

Também consideramos importante destacar alguns exemplos de espaços públicos planejados para o lazer, nos quais verificamos algumas apropriações não previstas no seu projeto original:

● “NOVOS TERRITÓRIOS” DE SOCIABILIDADE

- 1.Rua do Bar do Juarez
- 2.Rua do Mercado
- 3.Rua do Catete
- 4.Rua Alice
- 5.Praça em Laranjeiras
- 6.Largo da Prainha
- 7.Largo da Carioca
- 8.Orla (Leme/Leblon)
- 9.Lagoa Rodrigo de Freitas
- 10.Parque do Flamengo



Figura 20: Mapa da cidade do RJ.

Entre os espaços observados, destacamos alguns locais que consideramos significativos para o presente debate:

1. Estrada Joaquim Mamede, 98 (próximo ao do Clube Lagoinha): o “bar do Juarez”, localizado neste endereço, no alto de Santa Teresa, se transformou no fim dos anos 90 em um importante local de prazer ao ar livre na cidade. Inicialmente era um pequeno bar, em um lugar de difícil acesso, de poucos atrativos, e com infraestrutura precária. Aos poucos, se tornou um local de encontros de música, inicialmente freqüentado por poucas pessoas. Neste bar, uma roda de samba começou a atrair diversos jovens, que passaram a freqüentar o local todas as sextas-feiras. Durante toda a noite uma multidão de jovens, a maioria moradora da zona sul, se aglomera na rua em frente ao bar, onde dançam, conversam, conhecem pessoas e se relacionam socialmente. O caráter de informalidade está impresso no despojamento da apropriação da rua, com os usuários passando a ter um certo sentimento de pertencimento e de domínio deste espaço público.



Figura 21: Bar do Juarez, celebração do prazer ao ar livre. 2002.

2. Rua do Mercado. Observamos que nas sextas-feiras, no fim do expediente, um grande número de pessoas que trabalham no centro do Rio se encontra nas ruas para um “happy hour”. Estas ruas são tomadas por diversas pessoas que se encontram, movidas pelo prazer de relaxar com os amigos, depois de uma semana de trabalho. Fica evidente o caráter de prazer na utilização destes espaços, cujo uso começou a ocorrer inicialmente de maneira bem informal, com bancos improvisados na rua, e que atualmente, por causa da demanda de pessoas, novos espaços (bares e restaurantes) foram sendo abertos, não tirando, porém, a característica básica do lugar, de ser um espaço descontraído e que utiliza a rua como local de trocas e encontros sociais.



Figura 22 e 23: Rua do Mercado, centro da cidade (Rio de Janeiro, 2004)



Figura 24: Rua do Mercado, centro da cidade (Rio de Janeiro, 2004)

Porém, foi entre os sobrados da rua do Mercado, no centro da cidade, que começou a se formar um pequeno grupo de músicos e artistas (Cordão do Boitatá, Flor de Chorume e Teatro do Anônimo), que se juntaram movidos pelo desejo de se encontrarem, ouvirem e tocarem uma música, conversarem e apresentarem seus trabalhos.



Figura 25 e 26: Samba de roda, grupo “Flor do chorume” e espetáculo de trapézio apresentado na rua, grupo “Teatro do Anônimo”. Rua do Mercado, 2003.

Aos poucos o grupo foi crescendo, através do “boca-a-boca”, passando a ser freqüentado pelos amigos dos componentes deste grupo, e depois pelos amigos dos amigos, ampliando ainda mais o público. Até hoje, todas as sextas-feiras este grupo se reúne, sendo uma atração não somente para as pessoas que trabalham no centro da cidade, evidenciando a utilização e apropriação da a rua como local de encontro e de prazer.



Figura 27: Espetáculo de teatro infantil, grupo “Teatro do Anônimo”.



Figura 28: Placa da sede do grupo, Rua do Mercado, centro do Rio.

3. Rua do Catete, calçada localizada na frente do Palácio do Catete. Projetada principalmente para fins de circulação, esta calçada atualmente vem sendo utilizada por ambulantes com suas barraquinhas de comida e comércio informal, que a partir das 18hs, horário de fechamento das lojas comerciais,

espalham bancos, tornando o espaço uma grande lanchonete a céu aberto. Estão se tornando uma referência para a população local, como alternativa de comércio e intercâmbio social. Do outro lado da rua, junto ao Palácio, grupos de adolescentes aproveitam o piso de granito, original da época da construção do Palácio, para deslizarem seus skates e fazerem performances, se apropriando das calçadas como lugar de prazer.



Figura 29 e 30: Utilização da Rua do Catete depois das 18hs. Barracas de comidas, com mesas e bancos nas calçadas, 2004. Calçada utilizada por grupo de adolescentes para práticas de skate, 2004.

4. Rua Alice. Em frente à “mercearia Alice”, verificamos que todos os fins de tarde, especialmente as sextas-feiras e nos sábados de manhã, um grupo de amigos (que, a cada dia que passa, cresce mais), se junta na calçada, pelo simples prazer de se encontrar e conversar. Esta apropriação da rua e da calçada demonstra um forte desejo, e efetiva concretização, do prazer da vivência comum na rua. Observamos que os usuários colocam informalmente cadeiras e mesas na rua e na calçada, consumindo petiscos e bebidas comprados na mercearia, ou fazendo, muitas vezes, pequenas festas e até churrascos comunitários.



Figura 31: Utilização da rua e da calçada para encontros com amigos. (2003)



Figura 32: Caráter descontraído nesta apropriação não prevista da rua. (2003)

5. O chorinho na praça em Laranjeiras, Praça da Rua General Glicério, localizada em um canteiro central da rua, até os anos 80 era local de estacionamento de carros e banheiro informal aos sábados no dias de feira livre. No ano de 1992 o escritório Burle Marx doou o projeto de re-qualificação da área à Associação de Moradores, que basicamente propunha a implantação de alguns bancos e arborização na área.



Figura 33 e 34: A praça nos dias de semana é utilizada por moradores do local. Aos sábados, conjugada a feira livre, acontece uma pequena feira de artesanato e de música. (2004)

Em meados dos anos 90, um grupo de músicos, moradores de Laranjeiras e freqüentadores e usuários da feira livre, começou a se juntar informalmente nesta praça depois da feira, para trocar idéias e “levar” um som. Pouco a pouco, mais pessoas começaram a se juntar ao grupo, como ouvintes ou participantes da pequena roda de música que começava a se formar. Atualmente estes encontros se tornaram uma referência de um programa prazeroso de encontros sociais no início das tardes de sábado.



Figura 35 e 36: Show de chorinho que acontece quase todos os sábados do mês. (2003)



Figura 37: os músicos.



Figura 38: está roda informal de chorinho vem atraindo dezenas de pessoas que assistem maravilhados ao show, se divertindo com a boa música, deixando transparecer o prazer da vivência ao ar livre. (2003)

6. Largo de São Francisco da Prainha (próximo à Praça Mauá). Originalmente um grupo de amigos que trabalhava próximo ao local, começou a se reunir informalmente todas as sextas-feiras, para conversar, relaxar da semana intensa de trabalho e tocar uma música para descontrair.



Figura 39: Observamos que durante o dia, o Largo de São Francisco da Prainha é pouco utilizado. (foto: domingo de manhã, 2004)



Figura 40: Porém, nas noites de sexta-feira ele é tomado por uma multidão de pessoas que se aglomeram e celebram a vida ao ar livre, dançando e cantando.

Com o passar do tempo, mais pessoas foram se juntando ao grupo, muitas vezes movidas pelo simples prazer de ouvir uma música ou movidos pela vontade de se relacionar socialmente. Estas rodas de samba deram origem a dois blocos, os

“Escravos da Mauá” e o “Samba da Mauá”, que tocam até os dias de hoje algumas sextas-feiras do mês, levando um imenso grupo de pessoas ao largo. Estas pessoas são movidas pelo desejo de dançar, cantar, se conhecer e de usufruir de uma opção de divertimento agradável e público/gratuito, ao ar livre. Durante o período de carnaval, uma multidão se aglomera nesse espaço, tornando o lugar uma grande festa popular, em uma celebração viva e efervescente da rua como local de vivência do prazer, da democracia, do lúdico e do encontro. Além do “boca-a-boca”, os freqüentadores mais assíduos são avisados pela internet quando está prevista uma roda de samba.



Figura 41 e 42: O Largo no início da noite de sexta-feira. Apropriação não planejada, calçadas e o largo tomados por pessoas.



Figura 43: O uso das calçadas. Diversas barracas de comidas, vendas de CD's.



Figura 44 e 45: Apresentação do grupo de samba “Escravos da Mauá”. Momento em que as pessoas dançam e cantam e clima descontraído. (2004)

7. Largo da Carioca. Desde o período colonial, o Largo da Carioca, localizado no Centro do Rio de Janeiro, vem se caracterizando como um local de uso público na cidade.

Foi, porém, a partir dos anos 80, com a maior abertura política no País, momento que foi permitida uma maior aglomeração da população nas ruas, que este espaço começou a se tornar um local de manifestações artísticas populares no centro da cidade. Observamos hoje a formação de algumas rodas de pessoas, onde

ocorrem as mais diversas manifestações, tais como cultos evangélicos, cospe-fogos, palhaços, e rodas de capoeira, além de esporadicamente ocorrerem feiras de artesanato.



Figura 46: Apresentação de show de palhaço, uma das inúmeras apresentações que se formam em roda no Largo da Carioca diariamente. (2003)



Figura 47: As rodas que se formam no Largo.



Figura 48: As rodas que se formam no Largo.

Em um trecho mais reservado, próximo à estação de Metrô, observamos diariamente pequenos shows de sax, exposições de desenhos e pinturas, vendas de artesanatos, vendedores ambulantes e uma profusão de sons, cheiros, objetos e pessoas em movimento.



Figura 49 e 50: Entrada da estação de metrô Carioca. Apresentação diária de show de sax. (2003)

8. A orla das praias da zona sul do Rio de Janeiro (Leme ao Leblon). Ao longo de toda extensão da orla da zona sul carioca, principalmente entre o Leme e o Leblon, vimos tomar corpo uma série de apropriações não planejadas do espaço. A princípio projetado para caminhadas no calçadão e passeios de bicicleta na ciclovia, além da própria função de circulação de carros nas avenidas, durante a semana, são fechados ao tráfego de veículos nos fins de semana, sendo tomados por uma infinidade de apropriações distintas.

Torna-se palco de manifestações artísticas espontâneas, com apresentação de rodas de capoeira, pequenos shows de música, pinturas de sal, teatro de fantoche, além das apropriações individuais, aonde os usuários vem criando espaços para as práticas de patinação, skate, entre outros, favorecendo tanto o exercício do prazer individual como coletivo ao ar livre.



Figura 51 e 52: Show de fantoches no calçadão de Ipanema (2003).



Figura 53: Show de fantoches no calçadão de Ipanema (2003).

Importante salientar que o próprio fechamento das avenidas nos fins de semana foi um ato de institucionalização de uma necessidade não planejada de mais áreas de lazer junto à orla.



Figura 54 e 55: Apresentação de grupo de percussão e pista improvisada de skate (2003).



Figura 56 e 57: Apropriação da rua para “transformá-la” em percurso de patinação e o uso “institucionalizado” da ciclovia (2003).



Figura 58 e 59: Show de MPB em um quiosque em Ipanema. Exposição de “pinturas de sal” em Copacabana (2004).

A orla também se torna palco de passeatas contra a violência, ou a favor de causas ambientais, ou em alguns momentos de crise, quando se expõem questionamentos e reivindicações sociais, sendo, porém, em períodos de eleição, quando vemos uma maior manifestação política e social tomar corpo.

Isso foi marcante durante as últimas eleições à Presidência da República. Tomados por uma comoção nacional, os cidadãos foram às ruas da cidade comemorar, se sentindo vivos e parte de uma sociedade democrática e com possibilidades de mudanças. Essas comemorações foram mais presente na orla da zona sul, local escolhido pela maioria da população, não só dos bairros próximos a praias, mas de outras zonas, numa confraternização de reconquista da democracia.



Figura 60 e 61: Comemoração política, Ipanema, 2002.

9. Lagoa Rodrigo de Freitas. Assim com a orla da zona sul, a área do entorno da Lagoa é um espaço público institucionalizado e reconhecido pelos cariocas há muitas décadas. Foi projetada nos anos 70 pelo escritório Burle Marx, como um grande parque circular voltado para o lazer, sendo reformada nos anos 90. No programa de seu planejamento observamos a existência de áreas destinadas às práticas de esportes, como as quadras poli-esportivas, as quadras de tênis, a ciclovia, as pistas de patinação, além de áreas voltadas para recreação infantil como os playgrounds e as áreas de ginástica, havendo também um local destinado para shows e eventos, no grande anfiteatro circundado por uma pérgula.



Figura 62 e 63: Pérgula e área de deck flutuante planejados (2004).



Figura 64: Ciclovia (2004).



Figura 65 e 66: Área de playground e brinquedos provisórios (2004).

Mas mesmo planejado, vimos surgir uma série de apropriações não previstas, que de certa forma incitaram algumas modificações de parte do projeto original, como a implantação dos quiosques de alimentação ao longo de toda a área. Próximo a estes quiosques ocorrem pequenos shows, que atraem uma maior aglomeração de pessoas, propiciando um convívio social informal. Vimos também que algumas vezes são colocados provisoriamente brinquedos móveis próximos aos quiosques.

Outro tipo de apropriação nesta área é o forró que ocorre junto a um dos quiosques todos os domingos à noite. Neste local um grande número de jovens se encontra, movidos pelo prazer de dançar e também de conhecer novas pessoas ou reencontrar conhecidos. Estes encontros se dão ao ar livre, tornando o lugar um salão a céu aberto, com uma vista deslumbrante da paisagem carioca.

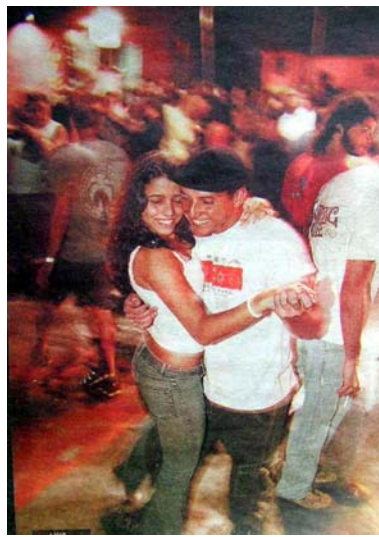


Figura 67: Forró de todos os domingos em um quiosque.(2004)

Porém, um dos eventos mais significativos que vimos ocorrer neste local foi o projeto “dança no trânsito”, cuja proposta (de iniciativa de grupos de dança, patrocinado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro) era se apropriar, de forma efêmera e lúdica, de espaços públicos da cidade.

Entre alguns dos espaços escolhidos pelos grupos de dança, a Lagoa, por ser um espaço público de grande utilização nos fins de semana, foi um dos que houve mais aceitação e participação do público. Observamos tanto nos espectadores, como nos participantes, uma forte sensação de prazer na utilização deste espaço público, celebrando assim a vivência ao ar livre. Além desses e outros eventos, como o abraço à lagoa, acontecimento esporádico, foram implantados temporariamente novos brinquedos para crianças, perto dos quiosque, cuja função lúdica é aliada a questões de segurança das crianças.



Figura 68: Performance de dança no gramado. (2003)



Figura 69: Apropriação da quadra poli-esportiva para apresentação de dança.



Figura 70: Apresentação de outros grupos de dança.



Figura 71: Caráter lúdico e de prazer na utilização dos espaços públicos. (2003)

10- O Parque do Flamengo. O parque projetado pelo escritório Burle Marx na década de 60, é considerado um dos mais importantes parques públicos do Brasil. Com cerca de 1.200.000m², ele se caracteriza como um parque linear que vai do fim da orla de Botafogo até o centro da cidade. No seu planejamento observamos a existência de áreas de estar, áreas destinadas ao esporte (quadras poli-esportivas), áreas de playground, entre outras áreas. Porém, mesmo com uma setorização dos espaços de lazer (uma marca do pensamento funcional moderno), vimos surgir apropriações que demonstram o prazer na utilização destes espaços, como por exemplo, piqueniques no gramado, festas de aniversários no parque, comemorações como o “dia da árvore”. Observamos inclusive, várias áreas sendo utilizadas para a sua função prevista, como é o caso dos playgrounds e das quadras poli-esportivas, demonstrando que mesmo depois de quase 50 anos de projetado, este parque ainda está atual sendo seu projeto desenvolvido de forma tão sensível ao indivíduo que até os dias atuais se mantém como um dos lugares de referência de prazer e convívio social na cidade do Rio de Janeiro.



Figura 72 e 73: Área de playground utilizada aos domingos. Crianças brincam também utilizando as palmeiras como “brinquedos” (brincadeira de corda), 2004.



Figura 74 e 75: utilização do gramado para piqueniques. As caixas de areia são utilizadas pelos adultos como local para sentar (2004).



Figura 76 e 77: Comemoração de aniversário próximo as quadras de futebol e comemoração do dia da árvore. (2004 e 2002).

5.3. A questão da informalidade:

Berenstein (2001) sublinhou que, as atuais apropriações “efêmeras” ou não institucionalizadas dos espaços públicos, que destacamos rapidamente nos estudos de caso analisados no presente trabalho, provavelmente indicam a possibilidade de criação de novos lugares não “estéreis” aos indivíduos. Neste sentido, ressalta ainda

que, até pouco tempo, a singularidade, ou melhor, a alteridade, desses espaços ditos “informais” ou “selvagens” não era considerada pela maioria dos arquitetos e urbanistas. Além disso, a evidência da existência dessas práticas de utilização do espaço público demonstra que a apropriação destes espaços não vem sendo feita, necessariamente, conforme estabelecida pelos planos urbanísticos, mostrando, portanto, a “força” dos cidadãos, demonstrada no ato “livre” de apropriação da “rua” e da cidade, segundo outras lógicas.

Pensando nestas novas formas de apropriação, Berestein se pergunta se o ato de planejar “não seria uma imposição autoritária de uma estética formalista visando à uniformização do tecido urbano?” Neste sentido, ela coloca que, “porque não assumir de uma vez a estética de um lugar sem imposições padronizadas, quer sejam elas estéticas, arquitetônicas e urbanísticas”. Para a autora os “atuais projetos de urbanização, acabam provocando a destruição da arquitetura e do tecido urbano original criando novos espaços genéricos, dos quais, muitas vezes, a população local não se apropria, e que ficam rapidamente deteriorados e abandonados”. Assim, Berestein (2001) reflete sobre a questão de imposição de planos que visam uma uniformização do espaço, pouco sensível às especificidades de cada local e de cada período histórico.

Acrescentamos ainda que, atualmente, e de modo geral, o caráter de apropriação “informal” dos espaços livres públicos está cada vez mais intenso, provavelmente devido à velocidade da vida contemporânea, que faz com que as pessoas destinem pouco tempo para os encontros sociais marcados e formalizados, deixando os encontros quase ao acaso.

Para nós, estas apropriações não planejadas parecem ocorrer normalmente em espaços conectados ao cotidiano das pessoas, estando localizados

principalmente entre o percurso casa/trabalho/casa, como é o caso de alguns dos exemplos citados nesta pesquisa e detectados na cidade do Rio de Janeiro, passando a permitir assim formas de apropriação de grande flexibilidade e revelando-se como “lugares” de grande capacidade de adaptação a lógicas de vida marcadas pelo dinamismo e pela mobilidade. Podemos destacar o caso do Largo da Carioca, a rua do Mercado, o Largo de São Francisco da Prainha, a calçada da rua Alice, a rua do Catete, entre outras, objetos de nossa pesquisa e já descritas anteriormente.

A “informalidade” na maneira de utilização e atribuição de significados sociais a estes espaços, talvez seja uma forma de resposta às necessidades e carências de locais mais abertos a possibilidades, voltados para o uso comum. Através destas formas de recriação dos espaços de sociabilidade, que se apresentam em consonância com a dinâmica e fluxo da cidade contemporânea, se evidencia a relação entre os indivíduos no território, onde se concretizam os desejos de existência de “lugares” de possibilidades de compartilhamento de idéias e conhecimentos, estimulando o surgimento de novas oportunidades de relacionamentos sociais e novas vivências nos espaços públicos.

Poderíamos dizer também que essas apropriações mais efêmeras e não necessariamente “dirigidas” seriam talvez, uma alternativa ao excesso de planejamento e normatização dos espaços urbanos ressaltado por Berestein (2001) e que, de certa forma, apontariam para uma espécie de resistência a estes planos, resistência esta materializada na apropriação e geração de espaços considerados mais “sensíveis” aos diferentes grupos de indivíduos.

Porém, mesmo em espaços que possuam uma estrutura mais definida, como por exemplo, as praças e parques, podemos observar a existência de elementos que

exercem uma força de atração e que possivelmente podem induzir a um uso não previsto, como é o caso da simples instalação de um comércio (barracas de comida com música), que faz movimentar determinado local. Como já destacado anteriormente, o parque da Lagoa, o parque do Flamengo, o Largo da Carioca, e o calçadão da orla do Leme ao Leblon, se caracterizariam como alguns dos locais planejados para o lazer, onde estas apropriações estariam ocorrendo.

Esta tendência de uso não institucionalizado nos espaços públicos planejados parece contrariar assim, a própria cultura do planejamento urbano, principalmente os calcados nas teorias modernas de setorização e funcionalização racional do território, que são, ainda nos dias de hoje, empregados.

Como levantou Velloso (2004), desde a década de 1960 e 1970, estudiosos como Roncayolo, vinham insistindo sobre um modo de pensar o fenômeno do urbanismo através de uma ótica que não privilegiasse “historicamente a percepção dos chamados “produtores de espaço” – incluindo aí os profissionais do urbano, como engenheiros, arquitetos, urbanistas, médicos e sanitaristas”. Este autor propôs que as representações da cidade fossem “consideradas a partir da perspectiva dos próprios habitantes das cidades, que são aquelas que usam o espaço urbano sem interferir tecnicamente na sua criação”. Segundo Roncayolo (1997), “os produtores fabricam a cidade, ao realizar intervenções técnicas que priorizam a função de circulação”, contudo, os cidadãos não se “comportam passivamente”, quando selecionam o espaço, sendo “a partir de suas vivências, que se criam intervenções sensíveis no cotidiano”, e são essas vivências que seriam capazes de “modificar o sentido atribuído aos locais urbanos”. Através destas intervenções, seriam passíveis de ocorrer diálogos entre distintos grupos sociais permitindo que imprimissem suas marcas, e “fazendo valer a sua percepção e as suas idéias”. Desta forma, o espaço

passaria então a ser percebido “como objeto de uma batalha simbólica que se estabelece no dia-a-dia, reconceituando-se continuamente valores e práticas”. (Velloso,2004)

Poderíamos dizer que esses usos “informais”, assim como a implantação de planos funcionalistas, fazem parte de um processo histórico que vem englobando o próprio planejamento urbano, sua implantação, seu uso e apropriações, construindo assim a própria noção do espaço público, principalmente ao longo dos séculos XIX, XX e neste início de século.

Acreditamos neste sentido ser possível hoje discutir as questões que envolvem os espaços públicos contemporâneos, não apenas através de suas formas físicas, mas compreendê-lo a partir de um viés antropológico e cultural ao qual fazem parte, ficando então mais atentos às “representações” e aos temas ligados a vida coletiva, na interface entre as questões políticas, sociais e urbanísticas.

5.4. O resgate da “cidade subjetiva”

Ao observarmos o atual esvaziamento de algumas áreas públicas planejadas da cidade e o surgimento de espaços “alternativos” para o “prazer na rua”, podemos supor serem eles a prova concreta e “materializada” pelos cidadãos, dos desejos de atualização dos espaços públicos, que possivelmente foram implantados sob outra ótica. Estas utilizações vêm a demonstrar também a necessidade de flexibilização das antigas formas de planejamento urbano.

A importância de uma reflexão sobre a possível da morte da cidade e a perda das relações sociais na esfera pública, reflexões trazidas por Jacobs (1965) e Sennett (1988), foram até certo ponto importantes para despertar o olhar para estas questões. Porém, opondo-se a estas duas idéias convergentes, acreditamos que,

apesar da crescente violência e rapidez das vivências instauradas na vida urbana atual, a cidade pode ainda ser vista como lugar da possibilidade de trocas sociais, sendo acolhedora de subjetividades e afetos, havendo assim uma re-significação na maneira de se pensar, representar e viver a cidade, como as apropriações não planejadas destacadas neste trabalho, vem demonstrando.

Segundo a idéia de resgate da “cidade subjetiva”, difundida por Guattari (1992) entre outros, apesar da existência do intenso fluxo de informações e da dinâmica de acontecimentos, que aparentemente poderiam desfavorecer a existência e manutenção de vínculos e relações pessoais no espaço físico, a cidade atual não estaria gerando necessariamente, este suposto distanciamento entre os indivíduos. Ao contrário, talvez estivesse fomentando novas maneiras de vivência no espaço urbano, onde as relações entre os indivíduos estariam possivelmente ocorrendo através de uma outra dinâmica.

Guattari (1992) também acreditava que a dinâmica atual poderia possivelmente ter levado a desterritorialização do homem contemporâneo, fazendo com que ele não se fixasse mais em um ponto específico, “mas se incrustando no essencial, em universos incorporais”, perdendo assim a referência e significação de uma terra natal, e se fixando em lugares breves, imediatos e momentâneos. Para o autor, “a subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado.”

Os tempos modernos teriam, assim, criado um paradoxo: ao mesmo tempo em que as coisas circulam e estão em um fluxo contínuo de movimento, outras parecem permanecer imóveis, petrificadas, padronizadas. Nessa massificação, a mesmice e o genérico tomam conta. Esses seriam os não-lugares, com as mesmas cabines de avião, quartos de hotel, paisagens standard já vistas pela t.v. e apontados por Augé (1994).

Acreditamos, porém, ao contrário da hipótese defendida por Augé (1994), e em consonância com a tese de Bordreuil (2002) sobre a liberdade individual no espaço público atual, que o que vêm ocorrendo não é a perda das referências das relações pessoais e do entendimento do processo histórico, mas sim mudanças no tempo e na maneira de apreensão destes lugares, que atualmente ocorre de um modo mais dinâmico, devido à própria velocidade que marca o ritmo da construção da “realidade” da vida urbana.

Apesar da globalização e da grande oferta de informações e imagens, observamos que a cada dia que passa, estão sendo formados e transformados novos lugares onde indivíduos se relacionam. O surgimento, e também o desaparecimento desses espaços ocorre de uma maneira muito mais rápida, apontando para as suas características efêmeras e dinâmicas. As vivências e apropriações destes espaços são de maneira geral ignoradas pelos planejadores e algumas vezes parecem “invisíveis” aos olhos não atentos.

Acreditamos que estes novos territórios que vemos nascer, e que citamos anteriormente, (e também os futuros que virão a surgir) juntamente com as formas como eles estão sendo vivenciados, a despeito da globalização e do consumo, estão gerando novos espaços de sociabilidade. Estes espaços “vivos” estão disseminados em diversos pontos do território público, imprevistos, mais ou menos perenes, usados em ritmos e formas cuja programação pode ser mutável e cheia de significados próprios, possibilitando, portanto afirmar que a “super-modernidade” não estaria assim gerando apenas os “não-lugares”, como acreditava Augé(1994), mais criando novos espaços, que se contrapõe a esses não lugares.

Em relação aos intercâmbios sociais, Guattari (1992) acreditava que novas relações estariam se travando de maneira mais dinâmica e efêmera, sem perder de

vista as relevâncias destas relações. Para tanto, propõe uma “restauração de uma “cidade subjetiva”, que engajassem tanto os níveis mais singulares do indivíduo, quanto os níveis mais coletivos” re-significando “as finalidades da atividade humana” numa busca de uma (re)conquista do espaço.

Neste sentido, o autor se pergunta: “Como infletir o destino coletivo em um sentido menos serial? Tudo dependerá da re-finalização coletiva das atividades humanas e, sem dúvida, em primeiro lugar, de seus espaços construídos.”(Gattari,1992).

O autor conclui essas reflexões, afirmando que “as cidades são imensas máquinas, produtoras de subjetividade individual e coletiva”, e constatando a importância de uma “colaboração, de uma transdisciplinaridade entre os urbanistas, os arquitetos e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, das ciências ecológicas, trabalhadas juntas”, para uma revisão da questão social: “é o socius, em toda sua complexidade, que exige ser re-singularizada, re-trabalhado, re-experimentado.”

Em contraponto às reflexões positivas de Guattari, outros autores vêm chamando atenção para o papel positivo dos espaços públicos que talvez estejam sendo ameaçados.

Em recente estudo, intitulado “Sinais da Cidade”, André Bueno chamou a atenção para um certo “mal estar” que vem marcando a vida urbana nas últimas décadas.

A cidade contemporânea, para ele, parece estar gerando nos seus cidadãos uma espécie de “mal estar”, provavelmente acarretado pela industrialização e pelo capitalismo que instaurou uma nova forma de vida na cidade, menos humana e sensível, e mais mecânica e alheia às relações sociais. Este fato fez com que os

indivíduos da cidade começassem a perder suas referências e seus vínculos culturais e afetivos, perdendo também o sentido coletivo e de humanidade, tão exaltado e salientado por Santos e Lessa.

Na trilha de Guattari, Bueno salienta a importância de fazer com que a alienação deixe de existir neste “sujeito humano”, que é a essência do “sujeito social”, propondo uma re-ligação do indivíduo com o lugar, com seu cotidiano, seu passado, seu futuro, não perdendo de vista matizes, contradições e estranhamento positivos e curiosos perante a cidade.

Propõe assim um tempo de re-significação da cidade, sendo ela a produtora de subjetividade individual e coletiva: “É tratar daquilo que na vida cotidiana é ou pode vir a ser um mundo de relações solidárias, pessoais e comunitárias, que dê satisfação e permita encontros, fortalecendo o indivíduo.”

Ainda a respeito do destino da cidade contemporânea, Portella ressaltou que seria preciso entender e vivenciar a cidade como local onde a imaginação e a memória (o simbólico e a capacidade de inventar) seriam tão importantes quanto à materialidade do espaço físico, cabendo aos habitantes fazerem um novo contrato urbano, produzindo e impulsionando os desejos dos cidadãos. Este novo contrato urbano seria então, a essência da civilidade, da coabitação cidadã, de hospitalidade fraterna, unindo urbanidade, individualidade e sociedade.

E sintetiza: “a cidade deve acolher, nutrir, e proteger seus membros”, onde “formamos o inferno estando juntos, na vida cotidiana e comum. Mas é preciso buscar no inferno o que não é o inferno. E resistir, E insistir, com um sentido ético e político.”(Portella)

Concluimos assim, que a experiência humana na metrópole deve ser pensada levando-se em conta os fatores físicos e subjetivos, sendo ela o lugar ao

mesmo tempo do inferno e do paraíso, subentendendo-se, portanto em aceitá-la, buscando construí-la de forma positiva. Neste mundo de relações solidárias e pessoais, que parece resistir e insistir em continuar deixando marcas na forma urbana e conseqüentemente nos seus espaços públicos, ao que tudo indica, de modo distinto e novo, expressos nos “novos” territórios de sociabilidade.

6-CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Importante colocar como consideração final que não se pretendeu na presente dissertação, tirar conclusões definitivas, mas sim levantar questões para novos debates em relação aos espaços públicos, os quais consideramos de total relevância para a reflexão atual sobre a cidade.

Em relação ao Rio de Janeiro, acreditamos que a cidade continua sendo hoje uma espécie de “termômetro” urbano e social, refletindo as atuais crises dos espaços urbanos brasileiros, como por exemplo, o caso dos arrastões na praia e da “invasão” e “domínio” dos traficantes nas ruas da cidade. Esses fenômenos pontuais e temporais refletem outras questões sociais complexas que não estão incluídas nesta discussão. Porém, a cidade do Rio de Janeiro, talvez por força da sociedade carioca, que de certa forma vem resistindo às imposições sociais e inclusive aos planos que procuram balizar os comportamentos, nunca chegou a ter espaços tão disciplinadores, como os que Foucault tanto chamou atenção, garantindo assim, uma certa “igualdade” no acesso ao espaço público, mesmo que a noção de “liberdade” tivesse que, em determinados momentos, ser mediada e negociada socialmente, passando a permitir a existência de “territórios sociais”. Entendemos, que é evidente que em outros períodos históricos, tensões e conflitos também eram transparecidos nas relações públicas, porém, tais tensões e discussões presentes

levantadas no presente estudo, balizam um determinado momento de retorno ao debate sobre as questões que envolvem a cidadania, o resgate da esfera pública e a própria significação do espaço livre público, enquanto local físico de possibilidades de trocas sociais. Mais significativo fica o caso da cidade do Rio de Janeiro que, por suas próprias características naturais, torna o espaço público o lugar de celebração, local onde a discussão e o exercício da cidadania aparecem nitidamente no plano físico das apropriações, marcadamente ligadas ao prazer.

Se, por um lado, temos mostra dessa indisciplinarização em diversos planos (transparecida principalmente nas vivências não previstas de certos espaços públicos), os cariocas vêm demonstrando também uma enorme capacidade de fugir de certos espaços ditos “disciplinadores” e setorizados para o lazer, inclusive se colocando contra o movimento de esvaziamento do espaço urbano, trazido pelo medo atual da violência urbana.

Procuramos, assim, ressaltar o resgate da cidadania e o direito de ir e vir nos espaços urbanos, vistos através destas vivências nos espaços públicos, que salvaguardaram e continuaram a alimentar o prazer na experiência da vivência social nos espaços livres públicos da cidade.

Entendemos assim que, observado o processo histórico de setorização funcional das áreas de lazer no Rio de Janeiro, par e passo com a construção da noção de espaço público, talvez o que esteja entrando em crise hoje é muito mais esta setorização e/ou algumas soluções urbanísticas, do que propriamente o exercício de uma vida pública e social, que talvez esteja assumindo outras formas, outros sítios, outros ritmos.

Neste sentido, salientamos que para se iniciar a reflexão sobre o espaço público e as novas práticas sociais que vem ocorrendo nele, foi preciso analisar

estes espaços inseridos em uma abordagem global de cidade, procurando entendê-los dentro de uma dinâmica da cidade, confrontando os discursos teóricos com a observação das práticas sociais.

Assim, ressaltamos ter sido um desafio pessoal refletir sobre tal tema, pois, ao mesmo tempo, que as experiências vividas na cidade enquanto cidadão e usuário dos espaços públicos, foram confrontadas com a visão enquanto pesquisador (que buscou refletir sobre as questões teóricas que envolvem o tema) e também de certa forma, enquanto interventor (por força da atuação profissional) que vem efetivamente planejando tais espaços da cidade.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- . Augé, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Ma. Lúcia Pereira. Campinas, SP, Editora Papirus, 1994.
- . Araújo, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, RJ, Editora Rocco, 1993.
- . Arendt, Hannah. *A condição humana*. 9ª edição- Rio de Janeiro, RJ, Editora Florense Universitária, 1999
- . Almeida, Marco Antônio Ramos (apres.). *Os centro da Metrópole – reflexões e propostas para a cidade democrática do séc. XXI*. São Paulo- SP, Ed. Terceiro Nome. 2001.
- . Bordreuil, Samuel. *Espace public, urbanité et mouvements*. In: *Espaces publics et cultures urbaines. Actes du séminaire du CIFP de Paris. 2000-2001-2002*. In: Jolé, Michèle, Paris, França. Editora IUP, 2002
- . Bobbio, Norberto. *Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant*. 3ª Edição, Brasília, Editora UnB, 1995.
- . Carr S., Francis M., Rivlin L., Stone. *Public Space*. Massachussets, Cambridge University Press. Cambridge, 1992.
- . Carneiro, Ana Rita. *Espaços Livres do Recife*. Recife, PE, Editora UFPE. Prefeitura da Cidade do Recife, 2000.
- . Calvino, Ítalo. trad. Diogo Mainardi. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro, RJ, Editora Companhia das Letras. 1990
- . Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro, RJ, Editora Campus, 1997.
- . Choay, Françoise; Merlin, Pierre. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'Aménagement*. Paris, França. Presses Universitaires de France. 1988.
- . Choay, Françoise. *O Urbanismo*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Perspectiva, 1998
- . Costa, Lúcia M. S. Antunes. *Parque do Flamengo: a construção cotidiana de um espaço democrático*. Rio de Janeiro. Cidade e Produção do Cotidiano, 1992.
- . Costa, Renato da Gama-Rosa. *A Abertura da Av. Brasil: dos discursos aos planos, 1926-1955*. Rio de Janeiro. Tese de doutoramento, Proureb FAU-UFRJ, 2004
- . Cerdá, Idelfons. *Ciudad y território, Una Visión de futuro – Exposición 1994-1995*. Barcelona, Espanha. Editora Electa, 1995
- . Claude, Viviane. *Histoires d'espace public (et de ses métiers)*. In: *Espaces publics et cultures urbaines. Actes du séminaire du CIFP de Paris. 2000-2001-2002*. In: Jolé, Michèle, Paris, França. Editora IUP, 2002

- . Foucault, Michel. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Edit.Vozes, 1977
- . Filho, Paulo Venâncio. *Rio, Cidade sensorial*.
- . Gattari, Felix. *Caosmose:Um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lucia de Oliveira, Lucia Claudia Leão. São Paulo, SP, Editora 34. 1992
- . Gomes, Paulo C.da C. *A condição urbana – ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro, RJ, Editora Bertrand Brasil, 2002.
- . Gourdon, Jean-Loup. *La rue, Essai sur l'économie de la forme urbaine*. Paris, França. Éditions de l'Aube, 2001
- . Yásigi, Eduardo. *O Mundo das Calçadas -Por uma política democrática de espaços públicos*. São Paulo, SP. USP- FFLCH, Edit. Imprensa Oficial, 2000
- . Halprin, Lawrence. *Urban Open Spaces*. Londres, Inglaterra.The Smithsonian Institution,1979.
- . Habermas, Jurgen. *L'espace public:archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris, Payot , 1978. In: *Espaces publics et cultures urbaines. Actes du séminaire du CIFP de Paris. 2000-2001-2002*. In: Jolé, Michèle, Paris, França. Editora IUP, 2002
- . Holanda, B. Aurélio. *Novo Dicionário Aurélio* Rio de Janeiro- RJ, Editora Nova Fronteira, 1998.
- . Hertzberger, Herman. *Lições de Arquitetura*. São Paulo-SP, Editora Martins Fontes, 1999.
- . Haussmann, Baron. *Mémoires*.Edition établie par Françoise Choay.Paris, França, Editions du Seuil, 2000
- . Jacques, Paola Berestein. *Estética da Ginga:Arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Casa da Palavra, RioArte. 2001.
- . Jolé, Michèle
Espaces publics et cultures urbaines.Actes du séminaires du CIFP de Paris 2000-2001-2002. Paris, França. Editora IUP, 2002
- . Joseph, Issac. *Espace public, urbanite, citoyenneté*. In: *Espaces publics et cultures urbaines. Actes du séminaire du CIFP de Paris. 2000-2001-2002*. In: Jolé, Michèle, Paris, França. Editora IUP, 2002
- . Kolhaas, Rem & MAU, Bruce. Office for Metropolitan Architecture. *Small, Medium, Large, Extra Large*. Nova Iorque, Estados Unidos. The Monacelli Press. 1995.

- . Ladriere, Jean. *Vida Social e destruição*. São Paulo, SP, Editora Convívio. 1979.
- . La Rue – Essai sur l'”economie de la forme urbaine. Paris, França.Éditions de l'aube, 2001.
- . Le Visiteur – ville, territoire, paysage, architecture, no 1, Paris, automne 1995.
- . Le Corbusier. *Princípios de Urbanismo, (La Carta de Atenas)*. Barcelona, Espanha. Editora Ariel, 1989.
- . Le Corbusier. *Urbanismo*, Paris, 1925.
- . Levi-Strauss C., *Structural Anthropology*, NY, 1967.
- . Lessa, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis*. Rio de Janeiro – RJ, Editora Record.
- . Lima, Rogério; Fernandes, C. Ronaldo (org.). *O imaginário da cidade*. Brasília, D.F. Editora UNB.
- . Lopes (Org.), Antonio Herculano. *Entre Europa e África: A invasão carioca*. Rio de Janeiro- RJ, Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks. 2000.
- . Lynch, Kevin. *A Theory of Good City Form*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1981.
- . L'Espace du public – Lês competences du citadin – Coloque D'arc et Senans 8 – 10 nov. 1990 – Plan Urbain – D.A.U. – B.R.A.
- . Santos, Carlos Nelson. *Quando a rua vira casa – A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro-RJ, Editora IBAM- 1985.
- . Ortega, Francisco. *Genealogias da amizade*.
- . Pereira, Margareth S. *História e Teoria do Urbanismo – notas de curso* PROURB, Rio de Janeiro, RJ.2003.
- . Pereira, Margareth S. L'ephémère et la perennité. Rio de Janeiro:La construction de la ville au XIXes, Paris-EHESS,tese de doutorado.1998
- . Peixoto, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*. São Paulo, SP. Edit. SENAC, Marca d'água. 1996
- . Paiva, Maria Arair Pinto. *Espaço público e representação política*. Niterói, RJ. EdUFF, 2000
- . Paisagens da mobilidade (catálogo da exposição). Rio de Janeiro, RJ. Centro de Arquitetura e Urbanismo.Pref. Da cidade do Rio de janeiro, 2002/2003.
- . Penso Cidade (catálogo da exposição). Rio de Janeiro, RJ. Centro de Arquitetura e Urbanismo. Pref. Da cidade do Rio de janeiro, 2002.

- . Portela, Eduardo. *Cidade e Educação-Texto: Educação pela cidade*.
- . *Paisagem redesenhada, o Rio de Pereira Passos*. Rio de Janeiro, RJ, 1994
- .Rio Antigo do fotografo Marc Ferrez. *Paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro, 1865 a 1918*. São Paulo, SP. Editora Ex Libris, 1984
- . *Rio de 400 anos*, publicação de autores diversos, ilustrada de O Cruzeiro, 1964.
- . Roncayolo, Marcel. *La Ville et ses territoires. Paris. França. Collection FOLI/ESSAIS No 139 EDITIONS GALLIMARD*, 1997
- . Roncayolo, Marcel. *Texto: Pour des espaces de pratiques multiples - Réflexions sur l'espace public*.Paris, 1990.
- . Relph, Edward. *Place and Placelessness*. Londres, Inglaterra. Pion Limited , 1976
- . Sennett, Richard. *O declínio do homem público – As tiranias da intimidade*. São Paulo–SP, Edit. Schwarcz (1974-1a Edição), 1988.
- . Sennett, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro, RJ,Edit. Record –1997
- . Sitte, Camillo, trad.Henrique,Ricardo F. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo- SP,Ed. Ática –1992.
- . Simmel, Georg. Org. Evaristo de Moraes Filho Trad. Carlos Alberto Pavanelli, *Sociabilidade: Um exemplo de sociologia pura ou formal.(1898)* São Paulo – SP,Ed. Ática, 1983
- . Southworth, Michael, Banerjee, Tridib. *City sense and city design, writings and projects of Kevin Lynch*. Londres, Inglaterra. The MIT Press, Cambridge, Massachussetts, 1990.
- . Whyte, Willian. *Small public spaces*. Nova Iorque, EUA, Cambridge Press, 1980.
- . Vieira, Mariana D. *Poética do Largo*. Rio de Janeiro, RJ. tese de dissertação de mestrado – Proub—dez. 2001
- . Varella, Drauzio; Berestein, Paola; Bertazzo, Ivaldo.*Maré vida na favela*. Rio de Janeiro- RJ, Editora Casa da Palavra. 2002.
- . Velloso, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro – 1900-30. Mediações, linguagens e espaços*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Casa Rui Barbosa, 2004.
- . Zevi, Bruno. *Della architettura:messaggio al Congrès International d'architecture Moderne – Metron*, 1949.